



Leandro Serra Silva Pereira

**Dinâmica Territorial resultante do Acesso e
Uso do Microcrédito Rural nos Territórios
Quilombolas de Oriximiná - P.A.**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Rua

Rio de Janeiro

Abril de 2019.



Leandro Serra Silva Pereira

**Dinâmica Territorial resultante do Acesso e
Uso do Microcrédito Rural nos Territórios
Quilombolas de Oriximiná - P.A.**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof. João Rua

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof.^a Flávia Elaine da Silva Martins

Departamento de Geografia – UFF

Prof. Rodrigo Penna-Firme

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof.^a Regina Célia de Mattos

Suplente

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 9 de abril de 2019.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Leandro Serra Silva Pereira

Graduou-se em Geografia pela Universidade Federal Fluminense em 2017. Durante a graduação realizou iniciação científica e tecnológica (PIBITI/CNPq) sobre Tecnologias Sociais nos Territórios Quilombolas de Oriximiná-PA, tema de sua monografia. Publicou artigos, organizou e participou de congressos voltados para a área. Tem interesse em Geografia Humana, Altos Estudos Amazônicos e Geodireito.

Ficha Catalográfica

Pereira, Leandro Serra Silva

Dinâmica territorial resultante do acesso e uso do microcrédito rural no territórios quilombolas de Oriximiná - P.A. / Leandro Serra Silva Pereira ; orientador: João Rua. – 2019.

170 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2019.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Território quilombola. 3. Dinâmica territorial. 4. Microcrédito rural. 5. Desenvolvimento. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

À minha família, em especial à minha mãe, Maria Marlete, minha grande mentora intelectual.

Às famílias remanescentes de quilombos de Oriximiná que desde 2015 atribuem sentido à minha atuação no campo da Geografia. Em especial às famílias das comunidades Paraná do Abuí e Tapagem. Assim como os técnicos extensionistas da EMATER-PA (Oriximiná) e à todos que contribuíram com informações sobre o universo da agricultura familiar quilombola.

À Luiz Antônio Furtado Aguiar, grande amigo e geógrafo que iniciou sua carreira comigo e teve papel essencial na minha transição da graduação para a pós-graduação na PUC-Rio. Esteja sempre em paz.

Ao Prof. João Rua e aos membros do URAIS (PUC – Rio) pelas tardes de quinta-feira de tanto aprendizado e acolhimento.

Resumo

PEREIRA, L.S.S; RUA, João (orientador). **Dinâmica Territorial resultante do Acesso e Uso do Microcrédito Rural nos Territórios Quilombolas de Oriximiná - P.A.** Rio de Janeiro, 2019. 170 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O processo de difusão das microfinanças e de microcrédito é característico do momento atual da fase da ideologia neoliberal de mercado, que tende a valorizar novos espaços para a reprodução das relações rentistas. Os reflexos na produção, na sociedade e na refuncionalização dos territórios são extremamente complexos. Neste contexto de intensificação dos fluxos de capital e predominância da produção do espaço capitalista via processos de financeirização, faz-se necessário compreender as transformações nas dinâmicas territoriais, devido a complexidade das múltiplas escalas em que perpassam os territórios. Dessa maneira, buscaremos entender a dinâmica territorial das famílias remanescentes de quilombos do rio Trombetas, o acesso e uso da linha de microcrédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e como o Programa transforma (e/ou perpetua) a dinâmica territorial das populações agroextrativistas. A racionalidade econômica e ambiental não são novidades na Amazônia, nem nos territórios quilombolas do estudo de caso. Os negros escravizados sempre estiveram inviabilizados e subalternos pelas relações de poder que buscam homogeneizar o espaço e deslegitimar o acesso à terra e a reprodução da dinâmica territorial e do modo de vida elaborado por esse grupo étnico. Foi assim com o sistema produtivo escravocrata no século XVIII, com as tentativas de destruição dos quilombos e reintegração da mão-de-obra negra ao quadro produtivo, com a chegada das unidades de conservação e da empresa de mineração de bauxita. Atualmente, os programas de “desenvolvimento” social são os novos elementos da lógica das relações de mercado que chegam aos países periféricos. A difusão do microcrédito é oriundo das diretrizes do Banco Mundial, FMI e outras instituições responsáveis pela administração da pobreza. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo

principal da analisar as singularidades das transformações na dinâmica territorial a partir do acesso e uso do microcrédito rural (PRONAF B) nos Territórios Quilombolas do Rio Trombetas, Oriximiná-PA.

Palavras-chave

Território Quilombola; Dinâmica Territorial; Microcrédito Rural; Desenvolvimento.

Abstract

PEREIRA, L.S.S; RUA, João (Advisor). **Territorial Dynamics resulting from the Access and Use of Rural Microcredit in the Quilombola Territories of Oriximiná - P.A.** Rio de Janeiro, 2019. 170 p. MSc. Dissertation – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The process of diffusion of microfinance and microcredit is characteristic of the current moment of the phase of neoliberal market ideology, which tends to value new spaces for the reproduction of rentier relations. The repercussions on production, society and the refunctionalization of the territories are extremely complex. In this context of intensification of capital flows and predominance of the production of capitalist space through financialization processes, it is necessary to understand the transformations in territorial dynamics, due to the complexity of the multiple scales in which they pass through the territories. In this way, we will try to understand the territorial dynamics of the remaining families of quilombos of the Trombetas river, the access and use of the rural microcredit line of the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) and how the Program transforms (and / or perpetuates) the dynamics of the agro-extractive populations. Economic and environmental rationality are not new in the Amazon, nor in the quilombola territories of the case study. The enslaved Negroes have always been unfeasible and subalternos by the relations of power that seek to homogenize the space and to delegitimize the access to the land and the reproduction of the territorial dynamics and the way of life elaborated by this ethnic group. This was the case with the slave-owning productive system in the eighteenth century, with attempts to destroy the quilombos and reintegration of the black labor force into the productive framework, with the arrival of the conservation units and the bauxite mining company. Nowadays, social "development" programs are the new elements of the logic of market relations that reach peripheral countries. The spread of microcredit comes from the World Bank, IMF and other institutions responsible for managing poverty. Thus, this research has as main objective to analyze the singularities of the transformations in the territorial dynamics from the access and use of rural

microcredit (PRONAF B) in Quilombola Territories of the Trombetas River, Oriximiná-PA.

Keywords

Quilombola Territory; Territorial Dynamics; Rural Microcredit; Development.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Histórico das ocupações pré-colombianas e dos Territórios Indígenas em Oriximiná	45
1.2. Sociometabolismo amazônico <i>versus</i> desenvolvimento via financeirização do espaço.	51
2. BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA	60
2.1. Conceitos e temas geográficos	60
2.2. Território	72
2.3 Planejamento e Dinâmica Territorial	79
2.4 Para a crítica do conceito de Desenvolvimento	84
3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DINÂMICA TERRITORIAL QUILOMBOLA NA BACIA DO RIO TROMBETAS	98
3.1 O processo de “corrida da escravidão” e a produção da territorialidade	101
3.2 Integração do quilombo na economia regional e as relações de patronagem na economia da castanha	107
3.3 As famílias remanescentes dos quilombos	112
3.4 Conflitos territoriais contemporâneos e luta pela titulação das terras	114
4. MICROFINANÇAS MICROCRÉDITO E O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	122
4.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	129
4.2 O Pronaf B em Oriximiná	141

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158

Lista de figuras

Figura 1: Imagem de Satélite Porto Trombetas	20
Figura 2: Porto Trombetas e lavras de mineração de bauxita	20
Figura 3: Uma das 22 barragens de rejeitos de bauxita e areia da MRN	21
Figura 4: Comunidade Paraná do Abuí	34
Figura 5: Fases das práticas que constituem a geograficidade	66
Figura 6: Etapas para o desenvolvimento do "capital social"	76

Lista de mapas

Mapa 1: Brasil, Pará, Oriximiná	16
Mapa 2: Comunidades Quilombolas em Oriximiná (não atualizado)	18
Mapa 3: Sobreposição Terra Quilombola e Unidade de Conservação	18
Mapa 4: Áreas de exploração da MRN e Territórios Quilombolas	19
Mapa 5: T.I (em tons de amarelo) e TQ (em tons de verde)	51
Mapa 6: TQ, TI e Processos Minerários em Oriximiná	117
Mapa 7: Aproveitamento Hidroelétrico da Bacia do Rio Trombetas	118

Lista de quadros

Quadro 1 Cronologia da MRN	22
Quadro 2 Principais atores sociais atuantes no território quilombola	29
Quadro 3 Ocorrência de agrupamentos indígenas	49
Quadro 4 Situação fundiária das Terras Indígenas em Oriximiná	51
Quadro 5 Sobreposição terras quilombolas e UC'S o em Oriximiná	118
Quadro 6 Processos minerários em terras quilombolas	119
Quadro 7 Territórios Quilombolas em Oriximiná	121
Quadro 8 Cronologia das ações e programas que culminaram no Pronaf.	131
Quadro 9 Transformações na dinâmica territorial quilombola motivadas pelo microcrédito	150

(...) O silêncio equivaleria ao endosso e aprovação desse criminoso genocídio perpetrado com iniquidade e patológico sadismo contra a população afro-brasileira. E nosso repúdio, nossa repulsa profunda e definitiva, engloba o inteiro complexo da sociedade brasileira estruturada pelos interesses racistas e capitalistas do colonialismo, até hoje vigentes, os quais vêm mantendo a raça negra em séculos de martírio e inexorável destruição.

Abdias do Nascimento (1914-2011).

O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

1.

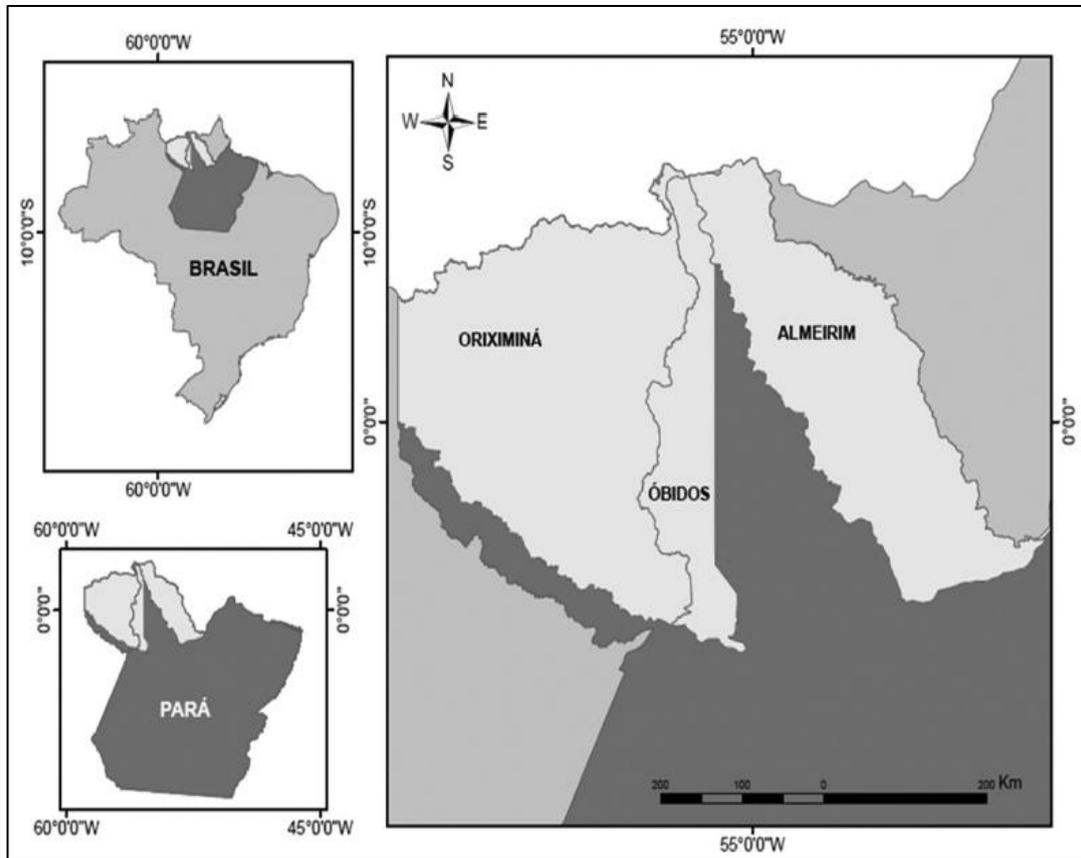
Introdução

O rio Trombetas localiza-se na Amazônia Oriental “é um afluente da margem esquerda do Rio Amazonas no noroeste do Pará. Possui extensão total de 800 km, distribuída ao longo do município de Oriximiná (PA) até a foz no Rio Amazonas, no município de Óbidos (PA)” (ANTAQ, 2013). Ele é o segundo afluente em importância da margem esquerda do rio Amazonas, perdendo apenas para o rio Negro. Na divisão do território brasileiro, as Sub-bacias Hidrográficas Conjugadas do Rio Trombetas estão inseridas na Bacia do Rio Amazonas. Azis Ab'sáber (1989, p. 9) ao analisar e classificar o ‘mosaico dos subespaços físicos e ecológicos que compõem a Amazônia brasileira’, reconhece o Baixo Amazonas (ou golfão) como um dos três principais, junto aos subespaços da Amazônia Central ou Médio Vale do Amazonas e Solimões ou Médio Vale superior do Amazonas. Assim como reconhece o Rio Trombetas (ou o norte do Pará) como uma das grandes unidades ao norte do Rio Amazonas, em paralelo a Amapá, Jari/Paru, Uatmã/Jatapu, Roraima, Rio Negro, Uaupés ou Alto Negro.

O clima da região é equatorial e úmido, com temperatura média de 26 °C e precipitação média anual que varia entre 2.000 e 2.500 mm. A umidade relativa do ar normalmente é superior a 80%. Evidencia-se uma sazonalidade pluviométrica, com picos de chuva nos meses de março, abril e maio, e períodos de estiagem de agosto a novembro, quando a precipitação é menor que 100 mm por mês. Os solos da região são de natureza ácida e quimicamente pobres em nutrientes, classificados predominantemente como Podzólico Vermelho-Amarelo Álico e Latossolo Vermelho- Amarelo Álico (Venturieri¹ et al., 2001). O relevo é suave e a altitude é baixa (< 50 m). (SCOLES et. al, 2011, p.5).

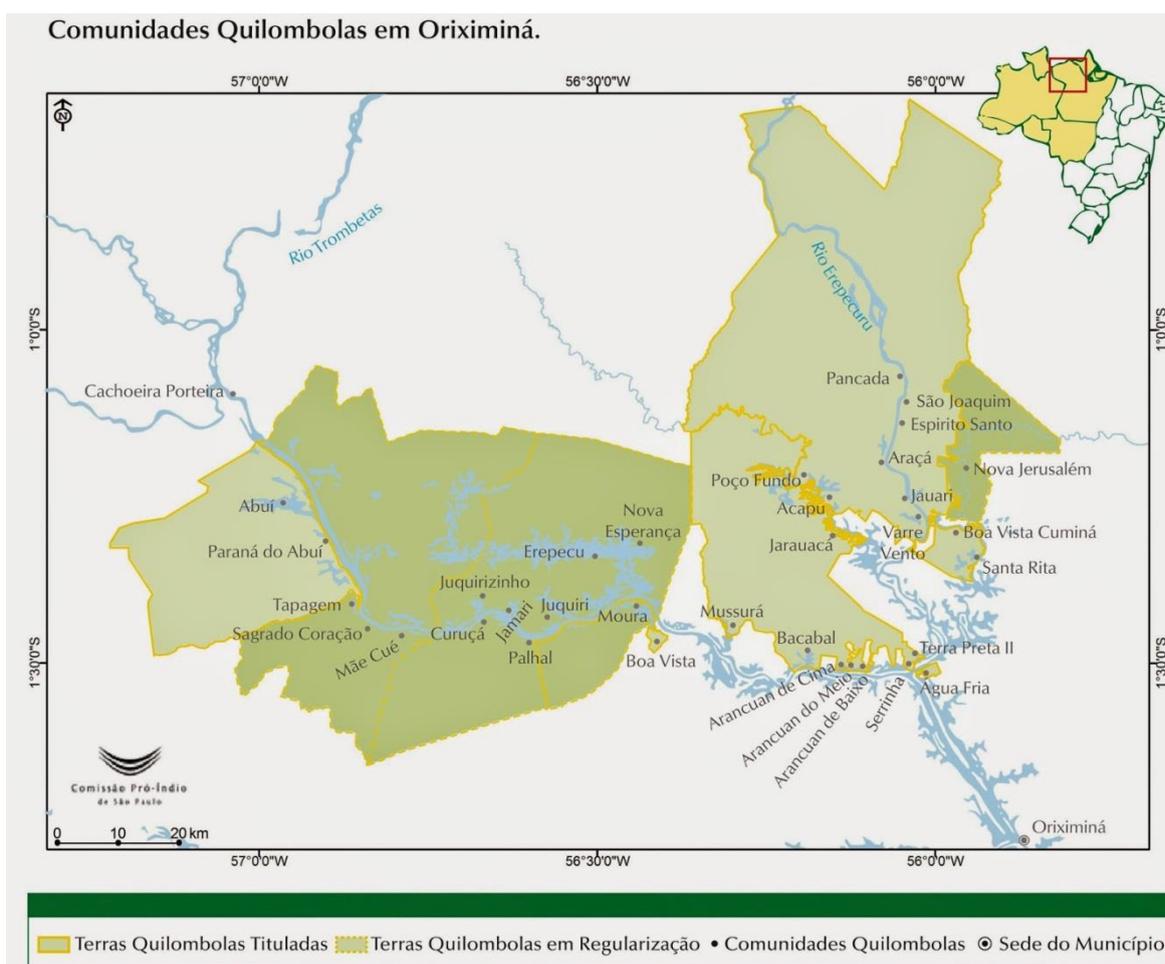
¹ VENTURIERI, A., O. S. WATRIN, M. A. VALENTE, A. G. S. CAMPOS & P. S. SILVA NETO, 2000. Zoneamento agroecológico nas terras quilombolas Trombetas e Erepecuru: 1-46. ARQMO/Comissão Pró-Índio de São Paulo/EMBRAPA Amazônia Oriental, São Paulo.

Mapa 1 1Brasil, Pará, Oriximiná.



Fonte: (SILVA et. al, 2013)

Mapa 2 Comunidades Quilombolas em Oriximiná (não atualizado).



Fonte: CPI-SP.²

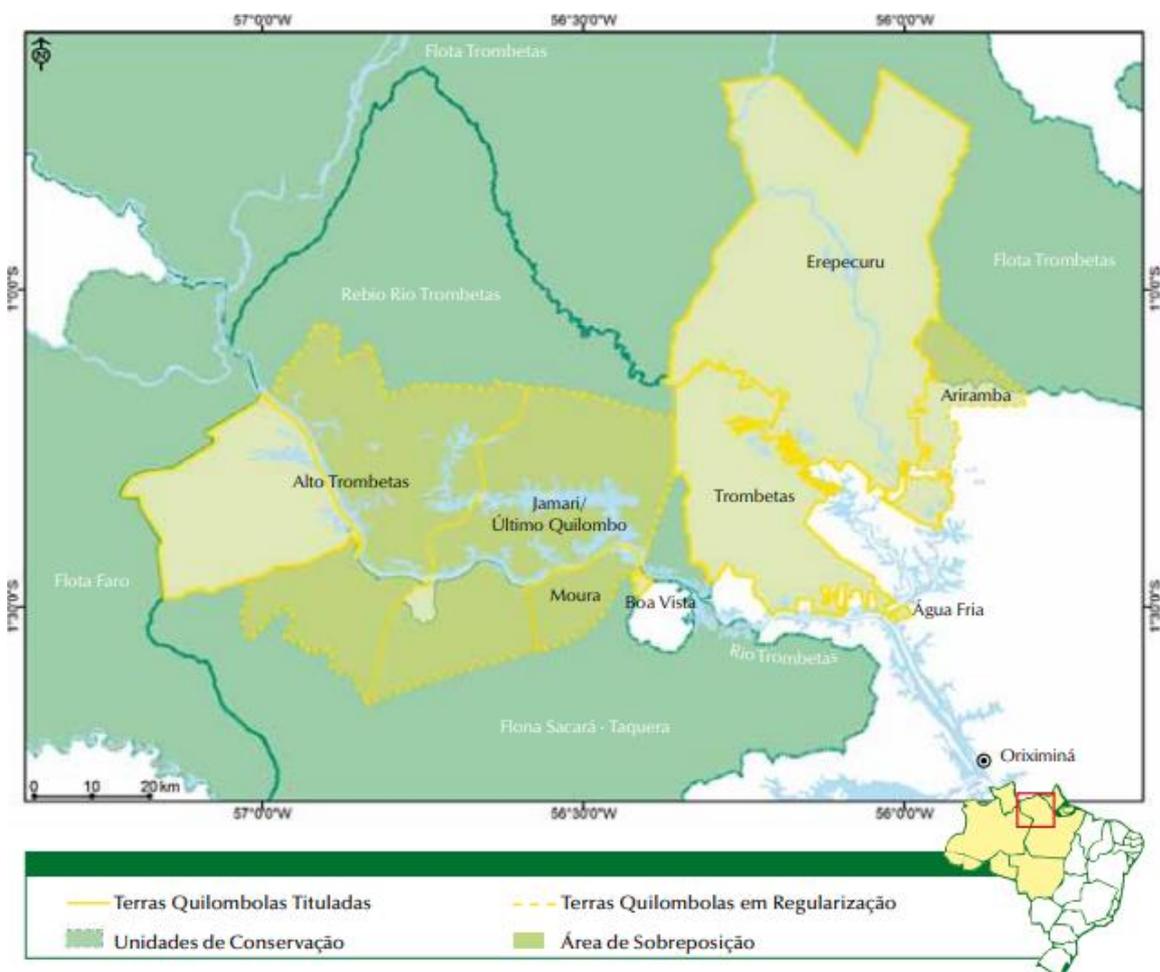
O município de Oriximiná³ pode ser caracterizado: pela sua grande extensão; pelo grande número de territórios (demarcados, titulados) indígenas (T.I) e quilombolas (TQ); pelas unidades de conservação Floresta Nacional Saracá-Taquera (Decreto – 98.704 – 27/12/1989) e Rebio Trombetas (Decreto – 84.018 – 21/09/1979) que sobrepõem estes territórios tradicionais; e pela sua alta produção de bauxita, realizada pela Mineração Rio do Norte (Decreto de concessão e uso – 81.889 – 5/07/1978). Registra-se que os órgãos federais das UC's e a MRN são as principais forças reguladoras, geradoras dos conflitos fundiários e tensões quanto ao uso do território.

² In: <http://cpisp.org.br/publicacoes/>. Acesso em 10/12/2018.

³ Área territorial 107.603,661 km² [2017]; População estimada 72.160 pessoas [2018]; Densidade demográfica 0,58 hab/km² [2010]; Escolarização 6 a 14 anos 96,3 % [2010]. (IBGE) In: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/oriximina.html?>.>>.

Todos os territórios quilombolas ainda não titulados estão sobrepostos a unidades de conservação: Reserva Biológica do Rio Trombetas, Floresta Nacional Saracá-Taquera e Floresta Estadual Trombetas. A reivindicação dos quilombolas é a revisão dos limites de tais unidades de forma a excluir a área de ocupação quilombola e garantir a sua titulação em nome das comunidades (ANDRADE, 2011, p. 15).

Mapa 3 Sobreposição Terra Quilombola e Unidade de Conservação.



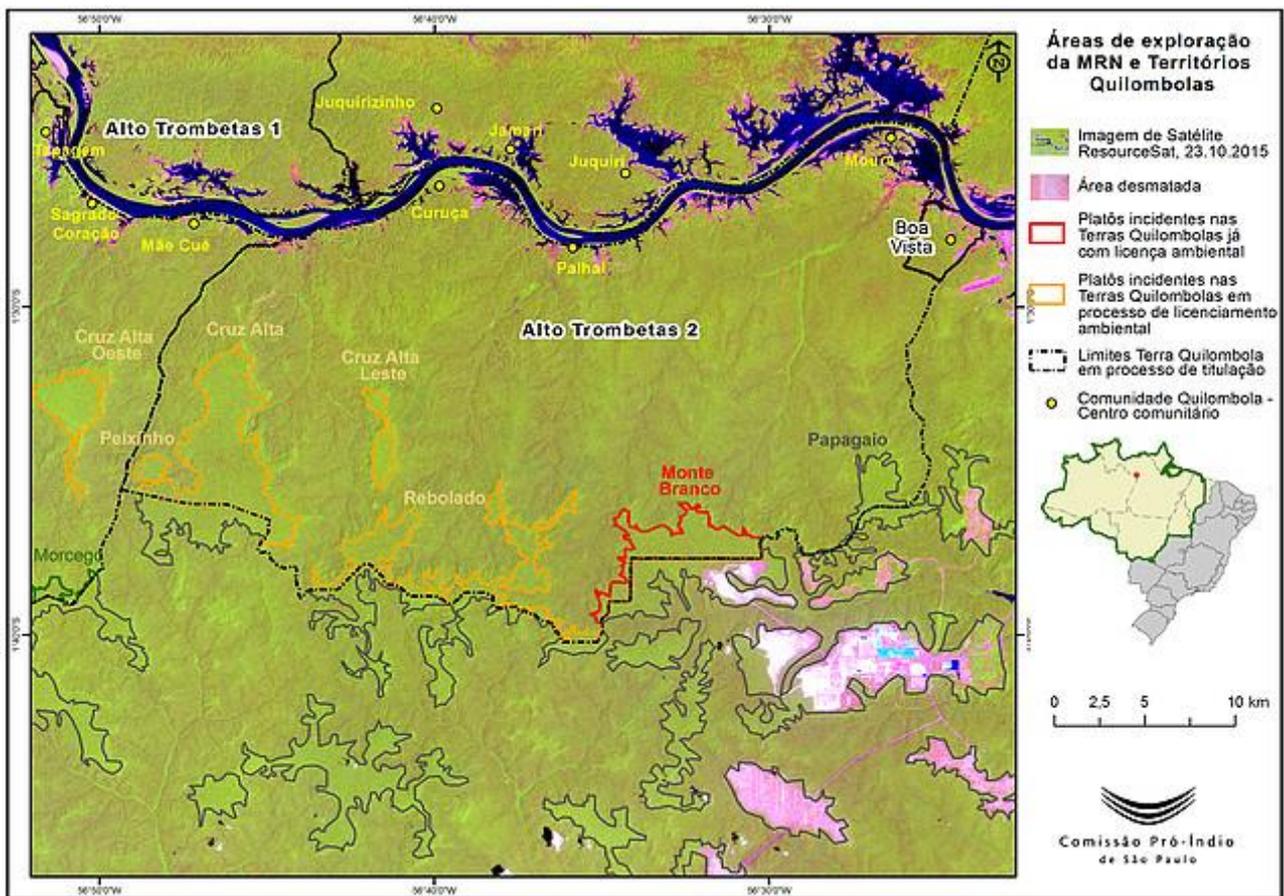
Fonte: (ANDRADE, 2011, p. 15).

A Mineração Rio do Norte e sua *company town* (intitulada Porto Trombetas) foram instaladas na década de 1970, sobrepondo áreas de uso comum das famílias remanescentes dos quilombos que, “assim como os platôs que se transformariam em minas, foram considerados espaços vazios, terras devolutas, sem habitantes ou usos” (WANDERLEY, 2008 p. 19). A empresa trouxe remoções para as populações pretéritas a ela, impactos ambientais, grande fluxo de embarcações transoceânicas (vide figura 4), o aumento da pobreza e das desigualdades socioeconômicas, proibições de acesso aos recursos da segurança

alimentar. “Alguns quilombolas consideram o novo panorama como uma nova escravidão, por estarem constantemente vigiados, regulados e com suas terras ‘cercadas’.” (Ibid, p. 29-30). Em 2011:

Dentre os diversos títulos minerários que a MRN detém naquela região, 10 concessões de lavra incidem em terras quilombolas. A área de sobreposição soma 15.925,15 hectares, sendo 4.225,45 hectares na TQ Alto Trombetas (2% da área quilombola) e 11.699,70 hectares na TQ Jamari/Último Quilombos (8,4%). O plano de lavra da Mineração Rio Norte prevê o início da exploração dos platôs incidentes em terras quilombolas a partir de 2019 (Mapa de Zoneamento e Unidades de Manejo Florestal — Flona Saracá-Taquera. Serviço Florestal Brasileiro, s.d.). (ANDRADE, 2011, p. 36).

Mapa 4 Áreas de exploração da MRN e Territórios Quilombolas



Fonte: CPI-SP.⁴

⁴ In: <http://cpisp.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 10/10/2018.

Figura 1 Imagem de Satélite Porto Trombetas



Fonte: Google Earth.

Figura 2 Porto Trombetas e lavras de mineração de bauxita.



Fonte: In The Mime, 2014.⁵

⁵ In: <https://www.inthemine.com.br/site/mrn-completa-35-anos-de-operacoes-no-para/>. Acesso em: 14/10/2018.

Figura 3 Uma das 22 barragens de rejeitos de bauxita e areia da MRN.



Fonte: Carlos Penteadó/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2016.⁶

Quadro 1 Cronologia da MRN.

Ano	Acontecimentos
1960	Primeiras ocorrências de bauxita na Amazônia, localizadas no extremo oeste do Estado do Pará, descobertas pela Alcan na década de 60. A partir daí, foi constituída, pelo Grupo Alcan do Brasil, a Mineração Rio do Norte S.A. (MRN).
1967	Constituída a Mineração Rio do Norte e descoberta jazida de bauxita no platô Saracá.
1968	Primeira concessão de lavra de bauxita destinada à Mineração Rio do Norte na área demarcada posteriormente como FLONA Saracá-Taquera. Processo nº 808240/1968.
1976	Aprovada a implantação do Projeto Trombetas para um nível de 3,35 milhões de toneladas/ano. Retomada das obras de implantação do projeto e construção do núcleo urbano de Porto Trombetas.

⁶ In: <<https://apublica.org/2016/08/a-guerra-secreta-pela-bauxita/>>. Acesso em: 14/10/2018.

1979	Início das atividades de lavra em abril. Em agosto, embarque da primeira carga de bauxita da MRN no navio Cape Race com destino ao Canadá, com 21.054 toneladas.
1989	Início dos trabalhos de recuperação do Lago Batata. Assinado o decreto Nº 98.704, em 27 de dezembro, criando a Floresta Nacional Saracá-Taquera.
2000	Aprovado o projeto de expansão que eleva a produção para 16,3 milhões de toneladas de bauxita.
2003	A capacidade produtiva salta de 11 milhões de toneladas/ano para 16,3 milhões, consolidando o caminho para que a empresa atingisse sua capacidade atual de 18 milhões de t/ano.
2003	Início da exploração mineral do platô Almeidas
2011	MRN inicia operação da Mina Bela Cruz cuja capacidade de produção é de cerca de 11 milhões de toneladas anuais de bauxita.

Fonte: Mineração Rio do Norte.⁷

Quanto à caracterização acionária da empresa, Binsztok & Carneiro (2015, p. 100) explicam que:

A Mineração Rio do Norte pode ser caracterizada como um empreendimento formalmente subordinado à Companhia Vale do Rio Doce, com 40 % do capital acionário, e à ALCOA, com 18,2%, inserido na rede de mineradoras destinadas à produção de bauxita na Amazônia, que é um dos minerais não-ferrosos utilizados na indústria do alumínio e que se encontra em forte expansão na região, como no caso da ALCOA que explora bauxita também no município de Juruti (PA), baixo Amazonas, e possui articulações em Santarém (PA).

Esta pesquisa tem como ponto de partida o marco histórico que remete à ascensão da vinda forçada da mão-obra-negra africana para os engenhos de Santarém, Óbidos e Alenquer para compor o sistema produtivo escravista vigente

⁷ In:< <http://www.mrn.com.br/paginas/pt/sobre-a-mrn/historia/linha-do-tempo.html>>. Acesso em: 12/10/2018.

no Brasil no período colonial, por volta do ano 1788 (ACEVEDO & CASTRO, 1998). O histórico papel da dinâmica comercial de Santarém é importante elemento analítico para compreensão das características do sistema produtivo escravocrata na região do Baixo Amazonas. No final do século XVIII, o movimento de resistência ao sistema produtivo escravista das fazendas de cacau proporcionou às populações escravizadas do Baixo Amazonas vindos de Alenquer, Óbidos e Santarém a “corrida da escravidão”. Por motivos estratégicos de proteção, foram criados agrupamentos quilombolas acima das cachoeiras localizadas no alto curso dos rios Trombetas, Erepecuru e Curuá. Lá, realizaram troca de saberes com as populações indígenas e constituíram, de forma original, um mundo social construído em condições naturais extremamente desfavoráveis (ACEVEDO & CASTRO, 1998). As fugas eram proporcionadas, em certa medida, pela instabilidade de um sistema fragilizado (de maneira temporária e localizada), por movimentos de independência (como a Cabanagem) e por ciclos oscilantes da economia cacauceira no Baixo Amazonas. Esta atividade, junto à plantação de algodão, arroz e criação de algumas cabeças de gado, foram atividades incipientes na região em 1780, período em que os sesmeiros da ocupação colonial eram donos das terras.

No final do século XVIII e no início do XIX a Coroa havia distribuído entre moradores dessas freguesias, um certo número de **sesmarias**. Classificados como *Remediados, aplicados a plantar cacau*, conforme critério do Recenseamento de **1788**, um grupo de 20 moradores, entre eles um não branco, havia adquirido **233 escravos**, fazendo-se merecedores de datas de sesmarias nas margens do rio Amazonas, Tapajós ou Igarapés das vizinhanças das vias. Em torno de **1823**, as regiões de **Belém e de Santarém** (concentrava 20% da população da Província do Pará) constituíam os dois semicírculos mais importantes do povoamento organizado no segundo século de dominação portuguesa na Amazônia. (...) a população escrava era uma constante, especialmente nas vilas de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Alenquer (...) essa região possuía **3.657 escravos, representando 13% do total da Província**.”. (Ibid, p.44, 49).

Na atualidade, a territorialidade, as especificidades das ruralidades e a afirmação da identidade de famílias remanescentes de quilombos (e consequente luta por demarcação e titulação de terras) são reproduzidas por práticas, memórias, saberes de ocupação e uso do solo desenvolvidas por muitas gerações. Por esse motivo, o foco investigativo é a reprodução do espaço e as possíveis transformações que o acesso e uso do microcrédito rural do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupo B (Pronaf B) podem causar na

dinâmica territorial quilombola, tamanha a riqueza da histórica resistência socioespacial do modo de vida quilombola no rio Trombetas. No princípio da pesquisa, nos parecia que o conceito de financeirização do espaço — muito utilizado para compreender o processo de expansão e protagonismo dos agentes de mercados financeiros e imobiliários em todas as esferas socioeconômicas e políticas no mundo contemporâneo, principalmente nos grandes centros urbanos — seria um de nossos conceitos chave, paralelamente com o conceito de desenvolvimento. Todavia, o universo rural e cotidiano das múltiplas comunidades indígenas e famílias de remanescentes de quilombos ribeirinhas do rio Trombetas (situadas no município de Oriximiná) não está tão permeado por aparelhos institucionais e burocráticos quanto o cotidiano de grandes, médios e até pequenos centros urbanos.

Para um *outsider* nascido em uma cidade é um desafio lidar, por exemplo, com o regime de alimentação, pois não há restaurantes, lanchonetes ou mercados para lhe servir na floresta quando lhe é conveniente. Atividades como quebrar com um facão o ouriço de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), retirar sua casca; ou realizar pescaria bem cedo na manhã, é tarefa fácil para uma criança nativa, mas extremamente complexas e angustiantes para um *outsider*. As famílias têm como base alimentar a macaxeira (*Manihot esculenta*) e sua farinha, peixes, carne de caça, arroz, feijão, algumas leguminosas, algumas frutas (bastante melancia) e diversos gêneros plantados ou extrativistas. As dispensas também possuem alimentos básicos industrializados, comprados no mercado da *company town* da MRN (Porto Trombetas) ou nos centros das cidades do entorno de Oriximiná, Óbidos, Santarém e outras.

O trabalho na roça tem como eixo a plantação da mandioca. A partir dela, o espaço é esquadrihado. Utilizando-se do conceito de quadra, identificam o espaço reservado à mandioca e às espécies: arroz, feijão, melancia, jerimum, cará, batata-doce, macaxeira e outros. A preparação da roça no verão implica na seleção de sementes e de talos para o enxerto de certas espécies. É a época de continuar a colheita e de intensificar o preparo da farinha. Os agricultores do rio verificam qualidade de sementes, dos talos de mandioca, dos brotos de abacaxi, de enxertos de outras raízes, submetidos à classificação e conservação, por tempos variados de acordo com as particularidades de cada espécie. Começa aí um novo ciclo de plantio. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 178-179).

Os centros das cidades de Oriximiná, Óbidos e Santarém é onde as famílias têm acesso à serviços e aparelhos institucionais básicos como: saúde,

banco, cursos profissionalizantes e preparatórios, ensino médio e as universidades federais do Oeste do Pará (UFOPA), do Pará (UFPA), estadual (UEPA), e universidades particulares. Há, também, membros das famílias com empregos formais nestes municípios, que se movimentam sazonalmente entre o núcleo familiar no rio ou em algum paraná do “Trombetão”. É comum que as famílias tenham casa alugada no centro de Oriximiná ou Santarém para facilitar o fluxo e acesso entre a comunidade e os serviços supracitados. Por isso, a visão sulista e colonizadora de uma Amazônia de vazios demográficos ou de populações completamente alheia aos sistemas formais, é completamente equivocada. Por sinal, o Rio Trombetas tem seu tráfego extremamente controlado pelas bases flutuantes do ICMBio, IBAMA, polícias federal e ambiental. Estes órgãos fiscalizam práticas clandestinas, inclusive costumes ancestrais criminalizados, como o consumo de quelônios. Todas as embarcações, inclusive as comunitárias, devem parar nestes pontos para registrar a viagem. Os pesquisadores, precisam ter uma autorização prévia requerida online no SISBIO, sistema de registro do ICMBio. Cada pesquisador possui uma conta para o requerimento e submissão dos resultados obtidos, assim como registro dos sítios visitados, espécie coletadas ou manejadas (se for o caso), etc.

Devido à alta seletividade dos bancos, a população rural não tem amplo acesso aos produtos financeiros, salvo o microcrédito rural. Algumas famílias possuem pendências no trâmite de regulação fundiária junto ao INCRA e também ficam impossibilitadas de acessar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Os técnicos extensionistas e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA) e as lideranças comunitárias que tivemos contato alegam que existem muitos casos de sucesso na operação de captação do recurso do Pronaf, esses casos são mais comuns na categoria dos assentados da reforma agrária, que podem ser ribeirinhos das margens perto do centro da cidade; ou assentados ao longo das estradas que ligam Oriximiná a municípios vizinhos. As comunidades indígenas também possuem muitos casos de sucessos nas operações. Os quilombolas são o grupo que menos consegue lidar de forma saudável com o sistema de microcrédito e em nossas considerações finais, iremos expor os detalhes da situação de precarização que o Programa se encontra em Oriximiná.

Todavia, apesar da linha de crédito específica para o fortalecimento das atividades produtivas da agricultura familiar representar uma conquista — tendo em vista a falta de uma estrutura que viabilize melhoria da situação de trabalho das populações agroextrativistas no rio Trombetas — o fomento ao microcrédito rural, representa, também, a chegada de mais um elemento normativo da sociedade formal que se insere na realidade dos Territórios Quilombolas do rio Trombetas. As famílias remanescentes dos quilombos no Baixo Amazonas remetem ao período colonial em que a mão-de-obra africana escravizada é introduzida no sistema produtivo escravista que teve início no século XVI no Brasil. A destituição de humanidade que o racismo atribui aos sujeitos escravizados é um dos primeiros momentos de embate entre a racionalidade ocidental e as racionalidades não hegemônicas. Um segundo momento deste embate, pode ser associado ao momento em que missões militares passaram a adentravam os afluentes do rio Trombetas para a captura e destruição os agrupamentos quilombolas organizados pelos negros e negras que fugiam do cativeiro. Ou seja, a sociedade formal, se esforçou para a re-inserção desses sujeitos à suas normas, deslegitimando as territorialidades quilombolas constituídas no Baixo Amazonas. Já num período histórico em que as antigas fazendas e as áreas de grande ocorrência de árvores da castanhas-do-brasil foram vendidas a diversos proprietários de terra, novamente há um embate com a produção do espaço-tempo quilombola, que foi sobreposta pela lógica da propriedade privada. Naquele momento, a sociedade formal, tentou, novamente, inserir e normativizar a mão-de-obra negra quilombola, agora, via proprietários de terra que tornam algumas famílias posseiras para que pudessem trabalhar no extrativismo da castanha e proporcionar a base do lucro aos proprietários numa relação de patronagem (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

O relacionamento hierarquicamente assimétrico entre sociedade quilombola e a sociedade “branca” foi marcado pela invisibilidade e negação do modo de vida e da territorialidade quilombola, e, paradoxalmente, por processos de tentativa de reinserção à lógica normativa da sociedade formal motivados por interesses na mão-de-obra negra (ACEVEDO & CASTRO, 1998). Contemporaneamente, a política nacional de microcrédito rural para

fortalecimento da agricultura familiar, é, por nós entendida, enquanto mais um elemento normatizador do trabalho e da territorialidade quilombola no Baixo Amazonas.

Todos esses momentos de tentativa de reinserção do universo quilombola na sociedade “branca” — primeiramente com as missões militares para destruir os quilombos da bacia do Trombetas (que tiveram auge no final do século XVIII); posteriormente com a deslegitimação dos territórios quilombolas via a lógica da propriedade privada e integração dos quilombos na economia regional via relações de patronagem com os “donos dos castanhais” (início do século XX); e com a criação de unidades de conservação e a instalação da Mineração Rio do Norte em Oriximiná (final da década de 1970) — promoveram transformações na dinâmica territorial, e controle ao acesso/uso e circulação no espaço tradicionalmente quilombola. Esses momentos promoveram, também, a resistência territorial, assim como estratégias de resiliência e adaptação do modo de vida em territórios cada vez mais isolados e/ou restritos (ACEVEDO & CASTRO, 1988).

A resistência contra as missões militares era configurada a partir de uma rede de informação que alertava sobre os eventos, permitindo fugas estratégicas e a re-territorialização em locais de difícil acesso na mata. A resistência contra a lógica da propriedade privada foi a permanência e reprodução do espaço quilombola como forma de ignorar as relações de compra e venda da sociedade formal que pretendeu restringir o acesso à terra das populações negras. A resistência às unidades de conservação e à expansão da MRN é dada através da organização coletiva (associações comunitárias aliadas a organizações sem fins lucrativos) contra a abertura de novas lavras de mineração e para defesa e ampliação do direito ao TQ, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

O quadro abaixo traz os principais atores sociais que identificamos na região e será ponte para um exercício para apreensão das múltiplas escalas como categoria de análise e recurso epistemológico para investigação do poder/ação de influência e atuação dos agentes sociopolíticos importantes para a pesquisa.

Quadro 2 Principais atores sociais atuantes no território quilombola (elaboração própria)

Famílias Remanescentes e lideranças dos Quilombos
Mineração Rio do Norte (1978)
ICMBio
FLONA Saracá-Taquera (1979)
REBIO Trombetas (1989)
EMATER-PA
Banco da Amazônia
Universidades (UFOPA, UFPA, UEPA, UFF)
ONG's, Associações comunitárias, instituições privadas e religiosas
Madeireiras clandestinas
Agentes de certificação florestal
Atravessadores de produtos da floresta e indústrias de beneficiamento

Nossa questão central se desdobra nos seguintes questionamentos: Atualmente, quais seriam as problemáticas oriundas das transformações na dinâmica territorial que o acesso e uso do microcrédito rural (PRONAF B) — reitera-se, enquanto um elemento recentemente inserido na realidade (historicamente caracterizada pelos conflitos com as relações formais) dos TQ em questão — poderia promover para os agroextrativistas beneficiários? Como o ritmo de trabalho, a percepção/concepção/vivência no território poderiam se transformar através do microcrédito e sua ideologia de pensar a produção (e o excedente) em uma escala espaço-temporal mais ampla, que garanta o pagamento das parcelas? Como está sendo dado o acesso e uso à política pública do microcrédito rural? Estaria ela se articulando com as outras políticas públicas para a agricultura familiar e alcançando o público alvo de maneira que proporcionasse melhorias no trabalho agroextrativista? Ou estaria o sistema de microcrédito

reafirmando (e representando) a racionalidade técnica para o controle das relações de trabalho e reprodução do modo de vida quilombola, assim como, historicamente, os elementos burocráticos e formais vêm realizando? Quais são seriam as estratégias de resistência perante o microcrédito? Estariam os (as) beneficiários (as) se adaptando, ou “driblando” as exigências sistema de crédito; ou utilizando da maneira que lhes seja mais conveniente?

O que estes momentos (incluindo o presente) de embates e diferenças entre a racionalidade quilombola e a racionalidade do sistema hegemônico teriam em comum? A este trabalho interessa que em todos esses processos históricos a reprodução do espaço quilombola foi sobreposta por diversos interesses e escalas que qualificam o território como uma complexa malha de hierarquias assimétricas; e como uma arena de disputa de poder entre racionalidades, espaço-temporalidades, conjunto de normas/valores/funções, representações e atores sociais (multiescalares) que pretendem atribuir legitimidade à suas atuações e usos dos recursos do espaço.

Não podemos ‘perder de vista’ que em todos estes momentos a mão-de-obra dos corpos negros foi utilizada para a geração de lucro de agentes do capital influentes em escala local, regional, nacional e global. Ou seja, as determinações formais para viabilização do controle territorial e para o atendimento das demandas dos agentes institucionais ou empresariais (públicos, privados ou públicos/privados) inseridos nas múltiplas escalas interferiram materialmente na realidade e cotidiano destas populações que habitam o rio Trombetas. A bibliografia atesta que as agências multilaterais internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC) atuam desde a década de 1970 no Brasil através da valorização primária das terras agrárias e da implantação da infraestrutura em área de fronteira (ASCELARD, 2010, p. 17). Após 1990, passaram a atuar na difusão da ideologia das microfinanças e do microcrédito, objetivando fomentar a acumulação primitiva de capital e estreitar o relacionamento de populações rurais classificadas como “pobres” com as relações rentistas dos sistemas de crédito (BALLARD, 2013); (KRAYCHETE, 2005).

Para além das dos inconvenientes dos sistemas de crédito como: burocracias, seletividade dos agentes financeiros, risco de inadimplência e consequentes complicações junto à Receita Federal; há de se destacar as transformações das dimensões subjetivas dos sujeitos sociais, que, de forma inédita, passam a estar inseridos nas cadeias rentistas do sistema de crédito. Ou seja, podem estar sendo precariamente inseridos (novamente) num contrato em que não possuem protagonismo e autonomia perante os agentes institucionais. O fenômeno de expansão do acesso e uso de microcrédito rural nos TQ de Oriximiná merece atenção porque as relações rentistas do PRONAF B são elementos recentes que se relacionam com o complexo universo do trabalho agroextrativista dos beneficiários; um dos principais aspectos da territorialidade e dos saberes estratégicos para reprodução espacial das famílias remanescentes de quilombos da bacia do rio Trombetas.

Para viabilizar a compreensão teórica da densidade das possíveis transformações na dinâmica territorial, utilizaremos a categoria que remete ao processo de metabolismo societal (ou sociometabolismo) que tem ancoragem nas seguintes noções:

Semelhante ao dos organismos vivos, que exigem uma série de reações químicas complexas em seus sistemas para funcionar, o metabolismo societal é usado para caracterizar o padrão de fluxo energético e material que pode ser associado à expressão de funções e reprodução de estruturas das sociedades humanas. (ŞORMAN, 2016, p. 78).

E, principalmente:

O metabolismo societal não se concentra apenas sobre a quantificação dos fluxos, mas em estabelecer uma relação entre eles e os agentes que transformam os fluxos de insumos em resultados, enquanto mantêm e preservam sua própria identidade (esses elementos são chamados de elementos de fundo, originando-se da definição da bioeconomia de Georgescu-Roegen [1971]⁸). (...) O metabolismo societal, portanto, conecta fundos (agentes e transformadores de um processo) e fluxos (os elementos que são usados e dissipados), para gerar indicadores que caracterizam traços específicos do sistema. (Ibid).

Ou seja, entendemos que o fomento às relações rentistas e à diferenciação de renda entre as famílias pertence a um horizonte de estrutura e sujeito social — que paulatinamente adota hábitos e procedimentos formais, como captação de crédito — destoante do horizonte (ou sistema) quilombola, onde a resistência aos

⁸ GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

aparelhos da sociedade formal e permanência no território, historicamente, é condição primeira para a existência e reprodução da espaço-temporalidade quilombola no rio Trombetas. Esta constatação, todavia, deve estar respaldada pela ciência de que os sujeitos sociais agroextrativistas (por vezes, equivocadamente classificados como “tradicional”) são multifacetados, compõe e são compostos por diversas racionalidades, valores e espaço-temporalidades; logo, qualquer tipo de enquadramento identitário ou saudosismo com a dinâmica territorial “tradicional” falha interpretativa. Havemos, no entanto, de atentar para os detalhes das possíveis transformações sóciometabólica e tentar garantir que os processos que derivam dos fluxos financeiros multiescalares causem os menores danos possíveis à (garantida por lei) reprodução do espaço quilombola na região, conforme suas temporalidades.

Constata-se, então, que o microcrédito rural para a agricultura familiar pode alterar a expectativa e as práticas em relação às atividades do trabalho, e consequentemente, alterar os fluxos de energia entre os corpos que compõe o sociometabolismo local. Por exemplo: O fato de o crédito ser um recurso individualizado poderia alterar a dinâmica coletiva do trabalho extrativista de oleaginosas? Como passa a ser a relação com o excedente (muito importante para a segurança alimentar comunitária) e com a projeção das safras futuras? Os (as) beneficiários (as) quilombolas tenderiam a incorporar um comportamento empreendedor e fazer do microcrédito uma atividade regular e com rendimentos positivos? Como um possível aumento na renda anual e aumento da capacidade de consumo podem interferir nas práticas de seu cotidiano? Seriam os (as) beneficiários (as) do PRONAF B capazes de contratar mais mão-de-obra para suas roças, aumentar a produtividade e alcançar *status* e renda diferenciados em sua comunidade? Tendo em vista que os (as) usuários (as) do microcrédito devem desenvolver um projeto (geralmente para a roça da mandioca ou para o custeio da coleta da castanha-do-brasil) em paralelo com a assistência técnica rural e seus técnicos extensionistas; como estaria sendo dado este relacionamento? Os extensionista respeitam o modo de produção quilombola ou pressionam para que substituam suas técnicas e práticas pelas recomendações técnicas coligadas ao sistema de crédito?

Estas são algumas das questões que tangenciam a complexidade da relação do microcrédito com o sociometabolismo local, e, inclusive, com questões subjetivas dos sujeitos sociais cooptados pelo sistema de crédito. Neste sentido, Rocha (2008, p. 50) defende a tese que o Pronaf, como toda política pública de intervenção do Estado, gera consequências psicossociais sobre a população alvo, possibilitando a realização de “estudos desde os microprocessos mentais, comportamentais (pagamento do crédito, por exemplo), incluindo os mesoprocessos institucionais ou organizacionais (gestão de pessoas), até os macroprocessos sociais, culturais (representação social)”.

Do ponto de vista conceitual da Psicologia Social, pode-se dizer que a política pública é um mecanismo de intervenção do Estado para propiciar a determinados segmentos da sociedade, por meio da implantação, desenvolvimento ou melhoria de serviços e produtos, **a geração de impactos na qualidade de vida com reflexos nas crenças, atitudes e valores dessa população. Consequentemente, espera-se que novos comportamentos, situações e resultados, apareçam em prol da resolução de problemas de ordem socioeconômica**, educacional, de saúde, produtiva, entre outros. (...) Pode-se dizer, então, que a articulação entre o campo da avaliação de programa e o da Psicologia Social se faz em torno das variáveis ligadas aos mesoprocessos institucionais, as quais não se referem a comportamentos, mas, a construtos. **No caso específico do Pronaf, referem-se ao seu impacto na vida dos produtores, na elaboração de projetos, na gestão de crédito, na assistência técnica, e na aquisição de produtos financiados.** (...). (ROCHA, 2008, p. 50-51).

Posto isto — que o Pronaf teria capacidade de transformar tanto a dinâmica territorial, quanto questões de ordem psicossociais — é importante ressaltar a histórica importância econômica da agricultura familiar quilombola no Baixo Amazonas, e o alto potencial extrativista de Oriximiná no contexto da valorização (principalmente da castanha-do-brasil) dos Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM) amazônicos nos mercados nacionais e internacionais; afim de defender a sensibilidade territorial que uma política pública para agricultura familiar deve ter no rio Trombetas. Esta cadeia comercial certifica que e a região da Calha Norte do Pará, o município de Oriximiná e a mão-de-obra quilombola estão inseridos em múltiplas escalas que interagem desde a escala local, até a escala global; tendo em vista que:

O estado do Pará, nos últimos cinco anos, figura como o terceiro maior produtor de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) no Brasil (20,14% da produção). **Deste montante, a região da Calha Norte do estado contribui com 98,2% da produção estadual**, em que os municípios de Oriximiná e Óbidos são os maiores produtores e cujo processo de produção regional tem origem no segmento extrativista (populações quilombolas) (KRAG et al. 2017, p. 590).

Adverte-se que, apesar das muitas semelhanças nos procedimentos de coleta da castanha-do-brasil, cada comunidade inserida nos Territórios Quilombolas do rio Trombetas possui singularidades no modo de produção, devido diversas variáveis como, por exemplo, a distância ou proximidade em relação ao acesso/uso dos recursos e serviços básicos formais.

A mão de obra utilizada na coleta é basicamente familiar. Porém, existe diferença na organização dessa mão de obra nos três municípios. **Em Oriximiná, a mão de obra mais utilizada é a de membros da família** (membros de uma mesma família); em Óbidos, a maioria dos coletores trabalha sozinha e o restante, com a família; em Almeirim, foi identificado que alguns trabalhadores fazem a coleta em mutirão com pessoas de diferentes famílias. Quando a coleta é realizada em grupo, são amontoados os ouriços e a divisão ocorre na hora da quebra. **Na região de rios do município de Oriximiná, a coleta é feita predominantemente por comunidades de remanescentes quilombolas, que realizam o trabalho, principalmente, com mão de obra familiar.** (SILVA et. al, 2013, p. 503-504).

Quando na graduação, no ano de 2016, participava de pesquisa de inovação tecnológica que me proporcionou ter a experiência de realizar trabalho de campo no Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas 1. A UFF, desde a década de 1970, possui o Hospital Maternidade São Domingos e Unidade Avançada José Veríssimo (alojamento) no centro de Oriximiná, para dar suporte aos estudantes extensionistas fluminenses dos mais variados campos do conhecimento científico. Os colegas do grupo de extensão Geografia da Produção Alimentar (GPA) e membros do NEPAM-UFF começaram as pesquisas no Rio Trombetas, Madeira e Cachorro no ano de 2009. No período 2009-2015, o GPA-UFF desenvolveu uma rede de pesquisa (ação) com forte diálogo e intimidade com as lideranças locais e nos núcleos familiares dos territórios quilombolas e indígenas da bacia do Rio Trombetas. No início, as atividades extensionistas realizavam Sistemas Agro-Florestais e objetivavam o fomento à diversificação da produção familiar nas roças, pois foi constatado que esta dinâmica territorial entrava em processo de declínio devido ao difícil acesso à sementes e fertilizantes (promovido pela condição de semi-isolamento das comunidades), ao árduo processo de plantio que gera desinteresse entre as novas gerações (as roças podem ficar em locais distantes das residências) e devido a facilidade do consumo de alimentos básicos através dos recursos obtidos via Bolsa Família. Houve, também, a atuação extensionista nas linhas da educação ambiental e cartografia social que

facilitou aos comunitários a realização de mapas representados pelos seus saberes locais.

Figura 4 Comunidade Paraná do Abuí.



Fonte: Acervo pessoal.

Neste sentido, em 2016 — sob orientação do Prof. Dr. Jacob Binsztok e com auxílio de bolsa Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/ CNPq) — integrei pesquisa que abordava o universo dos extrativistas de oleaginosas do rio Trombetas. Após diálogo de saberes (LEFF, 2009) entre extensionistas e os agricultores rurais visando para conhecer suas demandas para melhorar a comercialização dos produtos da floresta e entendendo a necessidade de realizar um instrumento ecologicamente sustentável (feito com materiais oriundos da floresta) para aperfeiçoar o tempo da produção dos óleos comercializados (que são mais caros que a venda das sementes não beneficiadas), foi traçada a estratégia de fomentar a Tecnologia Social da “Prensa de Madeira Para Beneficiamento de Oleaginosas” para alternar a produção com o método tradicional de beneficiamento (gotejamento de massa pilada e exposta ao sol), que pode demorar cerca de duas semanas para ser concluído. A partir do calor oriundo da força motriz humana para mover a prensa, a massa de sementes ‘dá’ o óleo em maior velocidade e de

forma mais higiênica. A prensa de madeira e os estudos sobre tecnologias sociais foram tema de três artigos científicos apresentados em anais de congressos, foi certificada e consta no banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil⁹ e o filme documentário realizado sobre a pesquisa foi ganhador do I Prêmio de Excelência em Vídeo de Ciência, Tecnologia e Inovação da UFF (nov. 2017).

Desembarcando pela primeira (em 2016) vez em um núcleo familiar, após uma viagem de sete horas num barco de alumínio aberto partido de Porto Trombetas¹⁰ o primeiro som a ser escutado foi o de um martelo no feitiço de uma casa. E foi assim durante todos os dias. As casas de ferramentas, de mandioca e a moradia estão dispostas à beira do rio. Em terra firme se encontram a roça, e na comunidade Paraná do Abuí, há uma ingazeiro (*Inga edulis*) que tombou naturalmente a cerca de doze anos atrás e que serve de recurso madeireiro para a criação de móveis, casa, navegações, e eventuais reparos. Nas comunidades tem muitas crianças, elas acompanham os adultos e o conhecimento e prática cotidiana é ensinada oralmente e corporalmente. Possuem incrível destreza artesanal, têm intimidade com a dinâmica fluvial e com a prática da pesca e remo.

Uma ambiência muito diferente da *company town*, onde ressoa por vinte e quatro horas o som da lavagem e transporte da bauxita para os navios transatlânticos, que, inacreditavelmente, adentram o rio, provocando assoreamento do leito e despejando materiais tóxicos. Muitas comunidades ao entorno da mineração foram desapropriadas para que o empreendimento fosse instalado. Nelas, a qualidade ambiental e social foi extremamente transformada. Muitos quilombolas trabalham exercendo funções básicas na empresa; as águas foram contaminadas por rejeitos minerais que inviabilizaram a reprodução saudável dos peixes para consumo. Os sujeitos sociais das comunidades que se encontram no alto curso do rio, devido à maior distância da mineração e dos serviços básicos oferecidos por Porto Trombetas (banco, feiras de alimentos, farmácia, restaurante, bar, transporte regular para o centro de Oriximiná, sede do ICMBio Trombetas,

⁹ In: <<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-357.htm>>.

¹⁰ E uma medonha chuva com ventos frios que durou cerca de 30 minutos que pareceram a eternidade.

sede das empresas que prestam serviços à mineração), apesar de compactuarem da mesma identidade e modo de vida tradicional, possuem dinâmica territorial diferente dos moradores do entorno da empresa que frequentam esses espaços formais com mais frequência.

Muitos desses pesquisadores fluminenses permaneceram trabalhando na região (principalmente em Santarém, Alter do Chão e Oriximiná), consolidando uma rede de pesquisadores e pesquisadoras que buscam no norte do país a especialização nos estudos amazônicos e oportunidades no mercado de trabalho com menor concorrência que no sudeste do país em entidades não governamentais e sem fins lucrativos, institutos, órgãos e institutos federais que lidam com questões agrárias, docência e pós-graduação. Esta rede de informação foi extremamente importante para a realização desta pesquisa. Os colegas tiveram papel fundamental na mediação de contatos com instituições e lideranças locais e informações privilegiadas sobre os assuntos pertinentes à categoria social da agricultura familiar na região.

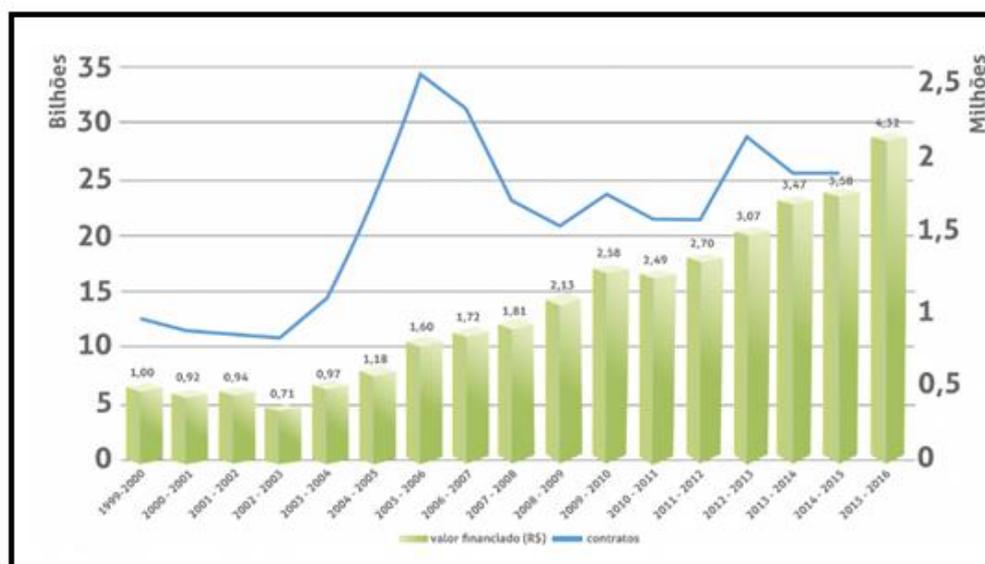
Em 2017, ao investigar temáticas para pesquisa na pós-graduação, uma notícia me chamou a atenção. Em 2016, a Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná (CEQMO; 234 cooperados) — um desdobramento da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)¹¹ — com apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo (entidade sem fins lucrativos) organizou 111 cooperados para viabilizar a emissão da D.A.P (Declaração de Aptidão ao Pronaf) que comprova a condição de pequeno produtor e abre as portas para acesso à linha de microcrédito rural específica para agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00 (CPI-SP, 2016). No contexto macroeconômico global, este fenômeno se associa à expansão das diretrizes das instituições internacionais como Banco Mundial, FMI, Organização Internacional do Trabalho, (etc.) que orientaram políticas públicas (isoladas e desarticuladas) para o ajuste fiscal, combate à pobreza e desenvolvimento dos países periféricos via difusão de microfinanças. Também se insere nas estratégias de flexibilização das exigências

¹¹ A ARQMO/CEQMO tem mais de 1.000 sócios que efetuam pagamento de taxa de R\$ 10,00 ao ano para a associação e de R\$ 60,00 a taxa de cota da cooperativa (Krag, 2014).

para o acesso ao crédito para que este alcance as áreas desprezadas pelo sistema financeiro normal. A literatura crítica entende que o microcrédito — como instrumento de homogeneização identitária direcionada à acumulação de capital dos sistemas de crédito — estabelece uma relação conflituosa com a diversidade da “diferença identitária” que caracteriza as geografias dos múltiplos uso do espaço (MOREIRA, 1999). O microcrédito como proposição do Banco Mundial é um instrumento para:

Constituição de um mercado microfinanceiro parte do modelo que se vem procurando firmar a partir da administração da pobreza, seja pela filantropia seja pelo mercado, e resulta em negação do estatuto da cidadania, que propugna por direitos universais. (KRAYCHETE, 2015, p. 9).

Gráfico 1 Evolução dos valores financiados e número de contratos do Pronaf (todas as linhas de crédito) no Brasil.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2018.¹²

Este movimento levou ao aumento dos investimentos e no número de contratos do Pronaf no Brasil, inclusive no Grupo B, que é orientado para as populações mais desprivilegiadas, entretanto, uma das faces do Programa é:

(...) que os subsídios especiais embutidos nos recursos do Pronaf não estão sendo distribuídos de forma equitativa entre as diferentes categorias de agricultores familiares brasileiros. Isto porque o programa apresenta uma forte tendência concentradora de renda ao privilegiar as categorias de agricultores familiares mais capitalizados e as regiões mais ricas do país na aplicação do crédito rural. Assim, tudo indica que a política de crédito, ao invés de diminuir as desigualdades regionais e sociais, está levando a um acirramento delas no interior da agricultura familiar. Esta característica é especialmente preocupante,

¹² In: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf>>. Acesso em: 20/11/2018.

pois sinaliza a distância do Pronaf de seu objetivo estratégico básico, que é reduzir a desigualdade. (AQUINO; SCHNEIDER, 2001, p. 334-335).

No rio Trombetas, os (as) agentes sociais da dinâmica territorial quilombola, de um modo geral, desempenham diversas atividades e práticas cotidianas, podendo exercer concomitantemente (em momentos diferentes) diversas funções. São pequenos produtores (as) rurais agroextrativistas para subsistência e negociam os excedentes comercializáveis (farinha de mandioca, castanha-do-brasil, e oleaginosas principalmente) com comunitários, atravessadores ou diretamente no centro de alguma das cidades. Realizam pesca diariamente e caça em terra firme durante longos períodos. Coletam e beneficiam castanhas-do-brasil e outras sementes oleaginosas durante longos períodos (duas semanas nos castanhais). Constroem e reformam casas e objetos de uso cotidiano. Existem sujeitos associados à associação que prestam serviços básicos (carteira assinada) na MRN e transporte fluvial. Outros realizam trabalhos ou estudos nos centros urbanos próximos e alteram a permanência na comunidade (lideranças comunitárias); alguns trabalham nas bases flutuantes de controle do ICMBio e na associação de moradores (ARQMO); alguns são professores (as).

Essa polivalência de funções é uma característica que pode ter sido herdada do período constituinte da territorialidade quilombola, quando tiveram que aprimorar diversas técnicas de manejo das espécies e estratégia de sobrevivência. O território e a dinâmica territorial são condição de existência e origem das famílias remanescentes de quilombos.

Todos os homens são um pouco carpinteiros, eles sabem fazer uma pequena canoa, calafetar; eles conhecem suficientemente bem as diversas espécies de madeira, mas sobretudo são bons cachoeiristas, o que é o principal para a exploração dessa região, sobretudo, é nas cachoeiras que nós vemos o valor de um marujo, pois o menor erro, uma falta de observação ou sangue frio e nós estamos perdidos. (...) (COUDREAU, 1900¹³, p. 84-85 apud ACEVEDO & CASTRO, 1988, p. 98).

A dinâmica territorial é exercida por sujeitos inseridos em uma malha complexa de papéis sociais. Por exemplo, os formalmente assalariados na MRN, estão inseridos em um processo de proletarianização e de diversificação da renda

¹³ COUDREAU, Otille (Org.). *Voyage au Trombetas*. Paris: A. Lahure, 1900.

local embora ainda possuam experiência e conhecimentos para o desempenho de funções ligadas à coleta, caça e pesca quando estão na comunidade.

Dentre as mudanças que mineradora vai causar nas comunidades está a relação com a produção, pois a partir do momento em que começam os trabalhos dentro da vila as pessoas tendem a abandonar os trabalhos na roça, porque por natureza são atividades que exigem habilidade e força, e também o tempo de espera é prolongado. Dessa maneira, abandonar essas atividades foi fácil, pois quando a empresa se instalou no Trombetas, conseguir trabalhar “fichado” (com carteira assinada) era muito fácil. Todavia, fazer o caminho de volta perpassa um processo de readaptação que nem sempre os remanescentes estão dispostos a realizar. “[...] **quando o cara se acostuma aqui (na mineradora) ele fica preguiçoso, pra topa um prêmio daquele vai sê difícil. [...] Porque a maioria do pessoal que mora lá (na Boa Vista) já não mexe mais com roça eles quase todos compram farinha aqui. E lá tem tudo, tem uma fábrica de fazer farinha, tem tudo industrial, mas ninguém faz.**”. (DUQUE, 2009, p. 156).

A esta pesquisa interessa o universo, experiências e concepções espaciais dos pequenos e pequenas produtoras rurais dos territórios quilombolas do Rio Trombetas beneficiários da política de microcrédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pois atendem a condição de ter a maior parte da sua renda provenientes da agricultura familiar. A dinâmica territorial destes sujeitos é caracterizada pela relativa sedentarização no núcleo familiar e são extremamente importantes para a composição da base da renda familiar e reprodução do modo de vida sociometabólico dos povos amazônicos. Pretendemos analisar qualitativamente o acesso e o uso ao Pronaf pelos quilombolas em Oriximiná-PA, devido o fato de, em 2016, a CEQMO (234 cooperados) – Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná, um desdobramento da ARQMO, com apoio da Comissão Pró-Índio – SP (ONG) organizou 111 cooperados para viabilizar a emissão da D.A.P (Declaração de Aptidão Pronaf) que comprova a condição de pequeno produtor e abre as portas para acesso às diversas políticas públicas (CPI-SP, 2016)¹⁴.

A racionalidade tecnocientífica (como a dos sistemas de crédito) não é elemento novo na região do Trombetas, na verdade, a presença dos sujeitos sociais em questão só foi possibilitada pela racionalidade econômica do sistema econômico-produtivo escravocrata que concedeu poderes políticos e fundiários a agentes proprietários de terra coligados às demandas do mercado internacional. As

¹⁴ In: < <http://comissaoproindio.blogspot.com.br/2016/07/cooperativa-do-quilombo-emissao-da-dap.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

pressões territoriais e tensões da sociedade formal para deslegitimar a ocupação quilombola forjaram um permanente contexto de luta resistência à ordem legalista. Esse trabalho justifica-se porque a introdução do microcrédito rural e a formalidade do sistema de crédito na organização coletiva da agricultura familiar é uma problemática que merece uma investigação historiográfica, na medida em que o Pronaf (em suas múltiplas faces) pode ser mais um mecanismo legal de controle da atividade prática, da apropriação territorial, além de poder ser um elemento que fortalecerá a lógica da acumulação individual do excedente e de capital; destoando da organização coletiva do trabalho familiar, das noções de coletividade e cooperação para a segurança alimentar entre as famílias. Ou seja, o acesso e uso do crédito podem proporcionar transformações na dinâmica territorial sóciometabólica, no mesmo sentido em que o trabalho assalariado na MRN transformou significativamente o modo de vida e do trabalho quilombola, principalmente das comunidades do entorno. Assim como a implantação das UC's alterou a dinâmica territorial da circulação e uso dos recursos e acesso a terra tradicionalmente ocupada.

Primeiro com a ordem escravista fundamentada na economia mercantil; num segundo momento, com as formas de dominação instauradas na rede de comercialização, nas relações de patronagem, e, na atualidade, com a chegada de atores que expressam novos movimentos da expansão capitalista — empresas de mineração e madeireiras — sobre as reservas naturais, essências à atual conjuntura econômica do mercado mundial. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 30).

Presenciamos, em todo o mundo, um período de crise do projeto civilizatório ocidental (CHESNEAUX, 1996) que agrega novos agentes e formas originais de controle social, emergindo novas problemáticas oriundas da complexidade das ações trans/multiescalares que atribuem um sentido global ao lugar (MASSEY, 2000). Logo, é preciso entender as implicações destes novos elementos da racionalidade econômica (microcrédito rural) e, junto aos comunitários compreender as problemáticas vivenciadas nos períodos históricos para traçar estratégias de resistência, resguardar o direito de ocupação e uso do solo, ampliar a autonomia política/deliberativa/produtiva/gerencial do território quilombola. A microfinanceirização do espaço via política de microcrédito rural, adentra nos méritos da questão do valor de uso do território. A concepção de uso coletivo das famílias remanescentes de quilombos é estreitamente conectada à agricultura dos gêneros tradicionais e à atividade extrativista que prioriza a

subsistência, ou seja, não se alinha aos princípios da acumulação primitiva favoráveis à reprodução do espaço e à geografia da acumulação capitalista (HARVEY, 2005).

A pesquisa bibliográfica tem como horizonte a corrente teórico-metodológica da geografia crítica — que busca compreensão do fenômeno através da produção e reprodução do espaço (a partir de seus processos, formas, funções e estruturas) — e as correntes pós-desenvolvimentistas e descolonias que buscam um novo paradigma científico que compactue e privilegie a dimensão participativa dos saberes acumulados pelas populações tradicionais (ESCOBAR, 2005), em detrimento da racionalidade tecnocientífica e desenvolvimentista (LEFF, 2001), que ganha novo fôlego a partir da década de 1990 com o discurso do ‘desenvolvimento sustentável’ que objetiva a conformação da apropriação mercantil da natureza sob a lógica capitalista e financeira dos mercados (RUA, 2005; 2007¹), negando a sociabilidade das mulheres e homens “simples” (MARTINS, 2017), sujeitos da atividade prática que possuem qualidades criativas (LIMA, 2014) vinculadas às singularidades da vivência no rio Trombetas; negando também o complexo sociometabolismo amazônico (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Entendemos que o microcrédito rural do Pronaf — mediado pelo Estado e, em Oriximiná, pelo Banco da Amazônia S/A (BASA) — associa os territórios quilombolas à difusão e reprodução da financeirização do espaço e das relações rentistas para populações classificadas como “pobres”. Percebe-se que este cenário tratar-se de um sintoma da atuação das diretrizes internacionais que a partir dos anos 1980, paulatinamente, passaram a constar e a ganhar protagonismo nos relatórios das instituições financeiras e comerciais que regulam a atuação dos Estados-Nação (UGÁ, 2004). Em paralelo à difusão das microfinanças, corria a elaboração discursiva do termo “sustentabilidade” que foi pioneiramente citado no relatório Brundtland de 1987 (RUA, 2007²) em resposta à crise ambiental oriunda crescimento econômico através dos mecanismos de mercado. O conceito atribuiu valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais (LEFF, 2006, p. 137 apud RUA, 2007², p. 10) no contínuo processo de mundialização e globalização da ideologia ocidental (IANNI,1993). As temáticas

pertinentes aos estudos críticos do conceito de desenvolvimento, dinâmica territorial e sociometabolismo serão abordadas no capítulo segundo.

Oriximiná é um município que vivencia intensamente esta realidade de valorização dos serviços ambientais, tanto por meio das tantas unidades de conservação que sobrepõem territórios quilombolas, quanto pelo assédio da expansão dos pagamentos do mercado internacional de ‘crédito de carbono por redução de desmatamento’ (REDD) que qualifica as matas da Amazônia como um serviço ecológico (IRIGARAY, 2010), e intercepta o espaço de usufruto comum das populações que se encontram na região muito antes destes mecanismos sofisticados de apropriação e valorização do espaço. Paradoxalmente, o discurso da economia verde reconhece/responsabiliza as comunidades amazônicas pela manutenção das áreas florestadas.

Em maio de 2018, no município de Belém-PA, lideranças dos territórios indígenas e quilombolas de Oriximiná, junto a representantes de instituições de organizações não governamentais, universidades e ligados aos poderes municipalizados integraram a *3ª Oficina de Desenvolvimento de Metodologia para Avaliação das Salvaguardas de REDD+* do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2018); que conta com apoio do Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC), uma articulação entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) para ajudar o Brasil a cumprir as metas climáticas estipuladas pelo Acordo de Paris (2015) (MMA, 2017).

O fato explicitado no parágrafo acima nos faz atentar para a dinâmica multiescalar dos agentes e para agenda política proposta pelas agências multilaterais e instituições sem fins-lucrativos. Também demonstra que as lideranças possuem mais mobilidade para transitar em espaço além do baixo Amazonas. Estima-se que o Pronaf B, por ter tido percurso (ou rito) de legitimação similar ao supracitado (com lideranças e assembleias comunitárias, assistência técnica/jurídica, reuniões com agentes institucionais, relatórios, divulgação da informação) também seja um sintoma de que a reprodução do espaço quilombola no rio Trombetas perpassa por diversas instâncias que

deliberam e disputam a apropriação e uso do espaço sob o signo da racionalidade econômica.

Podemos, então, questionar: como as informações obtidas pelas lideranças nestes encontros formais são repassadas para os núcleos familiares dos territórios? Qual seria a qualidade, o teor crítico dessas informações, cientes da corriqueira atuação despolitizante de instituições que mediam os contratos entre comunitários e as instituições?

O capítulo terceiro intitulado *A produção do espaço e dinâmica territorial quilombola no rio Trombetas* tem como objetivo empírico caracterizar a dinâmica territorial dos sujeitos sociais da atividade prática que reproduzem o espaço quilombola do rio Trombetas e sua interação com os diversos agentes e forças atuantes. A bibliografia temática sobre as ocupações pré-colombianas é extensa e traz detalhes de diversos grupos sociais que habitaram o rio Trombetas. A questão específica é: compreender a histórica e complexa produção do espaço na bacia hidrográfica do Rio Trombetas e a valorização do espaço amazônico. A pesquisa bibliográfica trata da concepção de sujeito social da atividade prática que é produzido e reproduz seu espaço grafando suas representações o conjunto de norma e valores na paisagem, constituindo um território permeado por dinâmicas territoriais, oriundas da atividade prática. Tem como principal referência a obra *O Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios* (1998), das sociólogas Rosa Acevedo e Edna Castro, ambas pesquisadoras da Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA. Como veremos, a bibliografia a respeito do rio Trombetas tem como marco histórico os relatos de viajantes e missionários que exploravam o rio no início do período colonial, contudo a obra supracitada é a que melhor atribui geograficidade à questão por detalhar bem a produção do espaço quilombola em diversas temporalidades. Este capítulo é muito relevante para objetivo geral de analisar as transformações (e/ ou permanências) na dinâmica territorial quilombola promovidas pelo acesso e uso Pronaf B, enquanto uma forma de financeirização do espaço, caracterizada por agentes multiescalares (locais, nacionais e internacionais) que complexifica as noções de uso do território; podendo proporcionar rupturas sóciometabólicas.

O capítulo quarto, *Microfinanças Microcrédito e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*, tem como objetivo específico analisar o contexto macroeconômico da expansão das microfinanças no mundo; e como questão específica o microcrédito rural como elemento importante para viabilizar a vida (sempre especializada) das populações quilombolas; como se apresenta a política de microcrédito nas diferentes escalas (mundial e local) e como altera a vida dos quilombolas. Como as diretrizes das instituições financeiras internacionais e para o desenvolvimento incidem nas políticas públicas de microcrédito (Pronaf B) orientado para a agricultura familiar? A pesquisa bibliográfica orientada para a investigação das diretrizes das microfinanças e do microcrédito no mundo em escala global, para termos situarmos o contexto macroeconômico que política pública em questão está inserida, em escala nacional e local.

1.1

Histórico das ocupações pré-colombianas e dos Territórios Indígenas em Oriximiná

Temos como o “sujeito social” enquanto uma das categorias importantes para a compreensão da histórica e atual dinâmica territorial das famílias remanescentes de quilombos. Esta categoria nos dá substância para dar dimensão da importância do vínculo com a vida prática cotidiana para a perpetuação da territorialidade, da inovação em técnicas de manejo dos recursos. Tais processos são imprescindíveis para a recriação constante da identidade quilombola. Estes “sujeitos da atividade prática” (LIMA, 2014) se encontram em situação de resistência às pressões exercidas pelos sujeitos do grande capital que tentam impor um valor de uso lucrativo dos recursos sobrepostos aos territórios indígenas e quilombolas.

A história de ocupação da Amazônia começa quando levas de imigrantes asiáticos chegaram ao vale do Amazonas há mais de 14 mil anos. No momento em que essas populações passaram a desenvolver a agricultura e viver numa mesma área de terra, sociedades indígenas diversas e mais complexas emergiram nessa região. Esses povos mais desenvolvidos viveram na Amazônia cerca de 2 mil anos antes da chegada dos europeus manejando a floresta de forma adaptada. Dela, eles extraíam os recursos necessários para a sua sobrevivência e desenvolvimento. (IMAZON, 2015).

As evidências da ocupação de grupos humanos pré-coloniais e registro de expedições na Amazônia brasileira são extremamente vastas. A bacia do rio Trombetas é considerada por arqueólogos como a de maior concentração de sítios com arte rupestre que acusam a conformação de unidades territoriais devido às relações exercidas entre os grupos ali situados.

O sítio Mussurá está localizado na bacia do rio Trombetas, área considerada por Pereira (2003)¹⁵ como a de maior concentração de sítios com arte rupestre no Pará. Até o momento foram registrados nessa região 39 sítios, sendo 37 com gravuras e 2 com pinturas rupestres. As figuras do sítio Mussurá apresentam características similares às de outras encontradas em diversos sítios situados ao longo dos rios Erepecuru, Murapi e Paru de Oeste. (PEREIRA et. al, 2003, p. 110).

Além de pinturas, o subsolo da região possui muitas cerâmicas, evidências de terra preta e cultivo de mandioca que atesta a distribuição geográfica das populações que usaram, produziram o espaço e imprimiram grande valor simbólico e científico. A bibliografia temática acerca da antropologia e da arqueologia do entorno do rio Trombetas possui contribuição de expedições europeias que tiveram início no século XVI e de inúmeras dissertações, teses, artigos científicos realizados por museus e programas de pós graduação de universidades (destaque para UFPA, UNICAMP, UNESP, UFF, UFRJ, USP), instituições nacionais, internacionais, inclusive, a MRN que já colaborou com estudos arqueológicos em suas propriedades em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG, Belém - P.A) e realizou o Projeto Arqueológico Porto Trombetas. Apesar de nosso interesse e da necessidade de valorizar a importância da Amazônia e do Brasil como sítios arqueológicos, essa seção irá se ater ao resumo do histórico de ocupação, uso do solo e da produção do espaço no entorno do rio Trombetas, com ênfase na ocupação quilombola e das famílias remanescentes de quilombos.

O trecho do rio Amazonas entre baixo curso do rio Nhamundá, passando pelo rio Trombetas e o estreito de Óbidos até alcançar o rio Tapajós é uma das áreas apontadas nos relatos etno-históricos com densas populações e a ocorrência de artefatos cerâmicos e líticos elaborados. (...) Ídolos, contas e pendentes (muiraquitãs) de pedra são vestígios que também indicam a existência de sociedades complexas na região do baixo Amazonas. A criação desses artefatos é considerada uma forma de demonstrar prosperidade, sucesso e poder com o objetivo de solucionar problemas ou cumprir obrigações sociais, como atrair parceiros produtivos, trabalho e aliados ou unir membros de um grupo social. (GUAPINDAIA, 2008, p. 41).

A produção do espaço capitalista nos tempos recentes tem como principais agentes a colonização europeia e o sistema escravagista, o Estado, a MRN, as unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas de Oriximiná. Desses fatores, diversos fenômenos relacionados à questão agrária nacional tornaram o universo rural do município uma arena de conflitos fundiários, onde a população está exposta a pressões territoriais e à injustiça dos mercados estratificados que não proporcionam um ambiente favorável para a agricultura familiar e para a atividade extrativista. Paulatinamente, os agentes associados à racionalidade técnico-científica e seus interesses no uso do solo fragmentam o território e o propõe uma dinâmica territorial econômica que tende a atribuir especificidades produtivas ao território e atribuir o protagonismo do desenvolvimento local a empresas do grande capital. Esta sessão tem como objetivo demonstrar que a longevidade e a legitimidade da densa, complexa e hierárquica ocupação dos grupos humanos e o valor das representações e das práticas de transformação da natureza para a conformação do modo de vida sociometabólico dos “povos da floresta”.

Consideramos que a dinâmica territorial — sob o prisma das territorialidades produzidas pela ocupação humana no “Trombetão” — teve seu início através do povo ceramista Pocó, que ocorreu na região entre os séculos II a.C e IV d.C no sítio arqueológico Cipoal do Araticum (PA-OR-127) (GUAPINDAIA & JÚNIOR, 2013 p, 658).

A descoberta do Cipoal do Araticum modificou esse panorama explicativo, pois apresentou atributos conferidos, até aquele momento, aos sítios ribeirinhos: profundas e extensas áreas de terra preta e grande quantidade de material. Além disso, as primeiras datações radiocarbônicas obtidas colocam a ocupação deste assentamento pré-colombiano entre 2250 ± 70 A.P. (Beta 281110) e 1450 ± 60 A.P. (Beta 281106). Estas datas recuam a ocupação humana na região em cerca de 1000 anos em relação ao proposto por Hilbert e Hilbert (1980)¹⁶, aproximando-se das datas obtidas por Guapindaia (2008)¹⁷ para o sítio ribeirinho Boa Vista. (Ibid., p. 659).

¹⁶ HILBERT, Peter P.; HILBERT, K. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série Antropologia, Belém, n. 75, p. 1-11, 1980.

¹⁷ GUAPINDAIA, Vera. Além da margem do rio – as ocupações Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA. 2008. 194 f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

A noção não linear de tempo nos permite vislumbrar que o acúmulo de camadas espaço-temporais e de experiências de sociedades complexa comprovadas pelos elementos residuais materiais e imateriais (símbolos) permanecem na paisagem visível/invisível e são historicamente relevantes para a construção da identidade quilombola vigente no território, e para a garantia dos direitos fundiários reconhecidos na Constituição de 1988 no período atual.

Desde sua descoberta, este sítio revelou características muito distintas de outros até então registrados e estudados no ambiente interfluvial da região de Trombetas. Investigações anteriores à sua descoberta consideravam que existiam três categorias de sítios: duas relacionadas a assentamentos sedentários e uma a assentamentos temporários. Os sedentários foram identificados em dois ambientes: no ribeirão (ou lacustre) e no interflúvio. Os ribeirinhos caracterizam-se por apresentar grandes extensões de terra preta com profundidades superiores a um metro e possuindo maior quantidade de material; os de interflúvio também apresentam áreas de terra preta, as quais, no entanto, são menos extensas e profundas. (GUAPINDAIA & JÚNIOR, 2013 p. 658).

O método de datação radiocarbônicas atribuiu os vestígios lito-cerâmicos encontrados nas camadas superficiais dos três sítios aos povos Konduri (grupo linguístico Karib), que ocuparam o rio Trombetas até os platôs mais altos do século X até o século XV. Durante os séculos XVI e XVII viajantes europeus (geralmente cientistas acompanhados de membros da Igreja Católica) fizeram expedições e registraram suas experiências detalhadas nos rios Nhamundá e Trombetas em forma de crônicas e relatórios; o Frei dominicano Gaspar de Carvajal acompanhou a primeira viagem oficial ao rio Nhamundá no período 1541-42. Após o período dos primeiros viajantes houve a implantação do regime missionário.

Nos primeiros anos de 1600 foram fundadas missões de várias ordens religiosas - capuchos franciscanos e principalmente jesuítas - na Amazônia. No ano de 1740 foi estimado que cerca de 50.000 índios encontravam-se vivendo em missões jesuíticas e franciscanas na Amazônia. (...) O arqueólogo Peter Hilbert ao apresentar os fatos históricos sobre a ocupação da região do Nhamundá-Trombetas menciona a resistência de algumas tribos ao domínio europeu. Segundo ele, pode-se atribuir a primeira intervenção jesuítica na área quando entre os anos de 1658 a 1660, o padre Salvador do Valle deslocou os 600 índios Pauxi do rio Xingu para um aldeamento próximo à foz do mesmo rio. Após isso, não foram registradas mais quaisquer notícias sobre eles na região do Xingu. (GUAPINDAIA, 2008, p. 15).

Quadro 3 Ocorrência de agrupamentos indígenas

Período	Grupo Indígena	Localização (rio)	Tipo de contato
1541-1725	Konduri	Nhamundá/Trombetas	Direto
1725 a 1914	Pauxi	Erepecuru/ Nhamundá	Indireto
1725 até 1850	Uaboí	Nhamundá e Trombetas	Indireto
1691 a 1763	Jamundá	Médio Nhamundá	Direto
1638-9- segunda metade do século XVIII;	Bobui	Trombetas	Direto

Fonte: (GUAPINDAIA, 2008, p. 23).

Os grupos que habitavam há mais tempo a região e cuja existência foi registrada por fontes diretas seriam os Konduri, o Bobui e os Jamundá. Entre eles, os Konduri são aqueles que apresentam permanência e visibilidade mais contínua na região, sendo registrada sua presença desde o século XVI até ao século XVIII. Também é o grupo que foi registrado diretamente ligado à produção da elaborada cerâmica na região. Uma rápida consulta ao mapa de Nimuendajú a respeito a qual grupo lingüístico pertenceria às tribos que habitavam a região mostra que a área era domínio. (GUAPINDAIA, 2008, p. 22).

A bibliografia temática assegura a existência de redes de trocas e de relações de dominação/subordinação entre as sociedades complexas dos rios Nhamundá e Trombetas, tornando a localidade um centro de poder onde as:

“unidades sócio-políticas independentes localizadas próximas umas das outras, podem transformar-se em unidades territoriais, uma vez em que tendem a possuir instituições políticas semelhantes (religião, língua, etc.) o que poderia chamar de “mesma cultura” (Machado, 2005¹⁸, 2006). (Ibid., p. 43).

Há coleções museológicas¹⁹ do grupo indígenas Katxuyana — originário de Oriximiná e que entrou em processo de migração em 1968 — presentes em museus europeus. O povo Katxuyana se originou de uma mistura entre populações residentes do rio Amazonas e “da região trombetana”, que se deslocou sentido Rio Cachorro (RUSSI, 2014, p. 55).

¹⁸ MACHADO, Juliana. Montículos Artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso do sítio Hatahara. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2005.

¹⁹ Abridadas em museus Nationalmuseet (Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague), no Moesgård Museum (em Aarhus, também na Dinamarca), no Kulturhistorisk Museum (Museu de História Cultural, em Oslo, Noruega) e no British Museum (Museu Britânico, em Londres) (KIEFFER-DOSSING, 2017, p. 202).

Os Katxuyana são um grupo indígena de língua Karib, originalmente habitante das margens do Rio Cachorro, município de Oriximiná, Pará, de onde deriva seu etnônimo, composto pela combinação de *Kaxuru* (uma das grafias do termo “Cachorro”) e do sufixo *-yana*, que significa “povo”; desta forma, sua denominação pode ser traduzida como “os habitantes do Rio Cachorro” (Russi 2014: 52). Esta não é, contudo, sua autodesignação, e em estudos mais recentes a comunidade refere-se a si mesma como *Purehno* (Girardi 2011²⁰: 90; Grupioni²¹ 2009: 14). Os Katxuyana viviam em relativo isolamento até o começo do século XX, quando iniciaram intercâmbios com outros grupos na região. Este contato expôs os Katxuyana a uma série de doenças contra as quais eles tinham pouca resistência. Nos anos de 1920, uma epidemia de sarampo reduziu drasticamente a comunidade (Russi 2014: 24) e, como resultado desse e de outros fatores, os remanescentes decidiram realocar-se, em 1968, a fim de evitar sua extinção. Um grupo menor moveu-se na direção oeste e vive com os Hixkaryana no Rio Nhamundá, ao passo que a maioria restante rumou para o nordeste, indo viver com os Tiriyo no Rio Paru de Oeste. (KIEFFER-DOSSING, 2017, p. 202).

O reconhecimento jurídico do direito à terra das territorialidades indígenas — mais de 20% de toda a Amazônia são reconhecidos oficialmente como Terras Indígenas — e quilombolas consolidados pela “nova” agenda para a questão agrária, principalmente na Amazônia, através das políticas redistributivas da Reforma Agrária da Constituição brasileira de 1988, paralelo à criação de políticas “multiculturais” no Brasil e na América do Sul a partir de 1990 se associam ao processo de redemocratização da política e ao compromisso com a redução da pobreza, e de realizar o ajuste estrutural proposto pela adoção “quase acrítica” do Consenso de Washington, “incentivadas pelo Departamento de Estado do governo norte-americano, por fundações filantrópicas e agências de cooperação internacional.” (VIANNA JR., 2010, p. 82).

Os povos indígenas que vivem ao longo dos Rios Trombetas, Mapuera, Cachorro e Nhamundá, em Oriximiná, são conhecidos pelas denominações genéricas Waiwai e Katxuyana. No entanto, tais denominações abrangem uma diversidade maior de povos – em sua maioria falantes de línguas Caribe – que se auto reconhecem como Hixkariyana, Inkarinyana, Kahyana, Tunayana, Txikiyana, Kamarayana, Karafawyana, Mawayana, Okomoyana, Pirixiyana, Txarumayana, Xerewyana, Xowyana, Katwueña, Farukoto. Atualmente, tais povos contam com uma população em torno de 4.000 pessoas distribuídas em 37 aldeias, situadas em três terras indígenas. Já nas proximidades do Rio Erepecuru, vive o povo Zo’é que fala uma língua tupi. Somam aproximadamente 280 pessoas organizadas em 10 grupos locais. Os Zo’é são um povo de contato mais recente (década de 1980) que entraram para a história como um dos últimos povos

²⁰ Girardi, Luisa Gonçalves. 2011. *Gente do ‘Kaxuru’: mistura e transformação entre um povo indígena karib-guianese*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

²¹ Grupioni, Denise. 2010. Katxuyana. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/katxuyana/print>.

“intactos” na Amazônia. Existem ainda indícios de povos indígenas em isolamento voluntário em Oriximiná. Segundo dados da Funai verificam-se quatro referências de povos isolados na bacia do rio Trombetas: Karapawyana, rio Pitinga, alto Cachorro e alto Kaspakuru. Destas, uma está situada no interior da Terra Indígena Trombetas-Mapuera e outras três estão situadas no interior da Terra Indígena Katxuyana-Tunayana. (CPI-SP, s/d).

Apesar da dimensão e magnitude do assunto, Vianna Jr. (2010, p. 87) sinaliza o desafio de inserção da temática do reconhecimento de terras no debate da questão agrária brasileira.

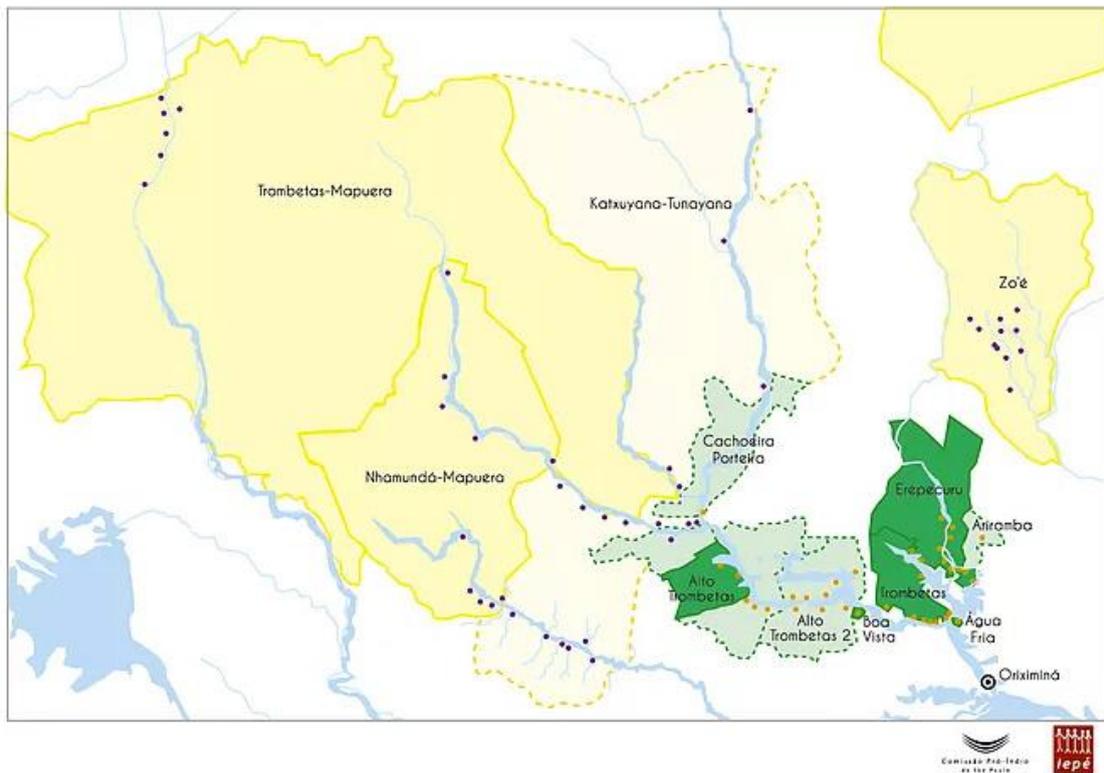
Trata-se, como sabemos, de como inserir mais de 100 milhões de hectares de terras indígenas oficialmente reconhecidas na Amazônia, cerca de 40 milhões de hectares de unidades de conservação de uso sustentável (inclusive Reservas Extrativistas), mais de 30 milhões em demandas de reconhecimento de territórios quilombolas. Ou seja, reconhecer como assunto indispensável da questão agrária, ao menos na Amazônia, os assentamentos de reforma agrária, as terras indígenas, os quilombos, as reservas extrativistas e, ainda, outras territorialidades que não geram demarcações de terras, como os babaçuais das quebradeiras de coco e os lagos de pescadores e ribeirinhos.

Quadro 4 Situação fundiária das Terras Indígenas em Oriximiná.

Terra Indígena	Situação Fundiária	Dimensão (ha)
Nhamundá/Mapuera	Homologada em 1989	1.049.520,0000
Trombetas/Mapuera	Homologada em 2009	3.970.418,0000
Zo'e	Homologada em 2009	668.572,9867
Katxuyana-Tunayana	Declarada em 2018	2.184.120,0000

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, S/D. In: <<http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/indios-e-quilombolas/povos-indigenas/>>. Acesso em 20/02/2019.

Mapa 5 T.I (em tons de amarelo) e TQ (em tons de verde).



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, S/D. In: < <http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/indios-e-quilombolas/povos-indigenas/>>. Acesso em 20/02/2019.

Os “parentes” indígenas e quilombolas em Oriximiná são bastante articulados entre si, participam das festas das comunidades, participam de diversos projetos oriundos do Fundo Amazônia (BNDS), fundos filantrópicos internacionais, pesquisas científicas e missões religiosas. Possuem barcos comunitários que mediam o transporte fluvial até o centro de Oriximiná semanalmente, criaram suas associações, cooperativas de trabalho coletivo e para prestação de serviço, e desenvolvem cada vez mais a atividade de turismo ecológico e de pesca no rio Trombetas.

1.2

Sociometabolismo amazônico versus desenvolvimento via financeirização do espaço.

Na obra *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) põe em evidência que os registros

da ocupação humana na Amazônia são de dezessete mil anos e gerou uma diversidade de centenas de povos/etnias/nacionalidades, antes mesmo que “a floresta ocupasse a imensa área que hoje ocupa o que só passaria a ocorrer a partir de doze mil anos antes do presente, quando a última glaciação fez com que as calotas polares começassem a recuar às posições latitudinais e às altitudes que hoje ocupam”. Configura-se na região, então, um metabolismo biogeográfico específico da região numa acumulação desigual de tempos; por isso, qualquer intervenção socioeconômica de agentes externos precisa, necessariamente, realizar uma análise da “geograficidade da história que nos obriga a ver a sociedade em seu metabolismo geográfico num espaço-tempo determinado”. Esta é uma questão cara a esta pesquisa, pois, como indica a literatura temática acerca do Pronaf, o programa e os técnicos que fazem a mediação entre o microcrédito e os agricultores familiares, salvo exceções, tendem a negligenciar as especificidades produtivas de cada território ao porem em prática pacotes de medidas e instruções pouco flexíveis à realidades particulares. Ou seja, não respeitam a o sociometabolismo e as práticas tradicionais de uso do solo historicamente desenvolvidas entre as populações e os meios que habitam, em detrimento da racionalidade inerente do universo burocrático de qualquer política pública.

(...) Assinalemos, ainda, que o espaço-tempo não é visto aqui tal e como o filósofo Kant (1724-1824) como intuição a priori, mas como espaço-tempo corporificado, materializado. Afinal, desde o Holoceno, quando um novo tempo se abriu na geografia do planeta, depois da última glaciação, a matéria viva ganhou uma nova dinâmica material e que se configura como uma nova geografia que, na Amazônia, habita a mais densa floresta e a maior bacia hidrográfica do planeta (...). (PORTO-GONÇALVES, 2017, p, 11).

Nestes casos, os agentes institucionais que não repensam a relação hierárquica com os beneficiários de microcrédito, são porta-vozes de uma dicotomia entre espaço/tempo e objeto/sujeito do conhecimento, característica da revolução científica (e filosófica) da ciência moderna e ciências naturais (a ideia grega de *Physis*), que assegura a dominação predatória do homem pela natureza (Francis Bacon) e veio a gerar o colapso ambiental que vivemos hoje. Esta é a tônica da atuação científica nos territórios quilombolas e indígenas do Rio Trombetas, que recebem diversos pesquisadores interessados na “riqueza biológica” do Rio Trombetas, todavia, não estreitam os laços com os comunitários.

É prática comum pagar uma diária (que raramente passa dos R\$100,00) para um nativo conduzir o grupo de cientistas ao ponto de interesse; demonstrando o caráter utilitarista da ciência padrão. A nós, os momentos mais prósperos e de maior conhecimento ocorrem quando estamos inseridos no cotidiano comunitário. Geralmente, é nestes momentos que sujeitos sociais, revelam detalhes dos dados obtidos, devido a confiança e amizade cativados durante o trabalho de campo. Cabe ressaltar que as famílias possuem hábitos simples e não se sentem confortáveis em conversas ou entrevistas estruturadas, pois esta racionalidade que estamos habituados nos centros urbanos não está tão presente em suas realidades.

Em resumo, devemos dar visibilidade às múltiplas matrizes do conhecimento ancestral, à racionalidade específica de seus saberes e práticas para superar a colonialidade do saber e do poder que ainda prevalecem nas análises acerca da região amazônica. Ou seja, valorizar o diálogo de saberes (LEFF, 2009) em detrimento da visão linear da história (evolucionismo) é um ponto de vista epistemológico fundamental para compreensão das relações sociais nas diferentes escalas do poder, que nos últimos quarenta anos, alcançaram um intenso ritmo de compressão espaço-temporal, devido a dinâmica do sistema mundo capitalista moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2017). Em um período de crise do capital e colapso ambiental, torna-se primordial a crítica (e a autocrítica) ao modelo de desenvolvimento pautado na racionalidade hegemônica de caráter técnico-científico que vem provocando mudanças radicais no sociometabolismo dos povos da floresta.

No contexto quilombola, a maioria das famílias assume a identidade histórica de remanescentes dos quilombos do Rio Trombetas e reivindicam a legitimidade e o uso comum dos Territórios Quilombolas que é efetivamente ocupado a mais de 200 anos pelas populações africanas trazidas para o trabalho nos engenhos. Acevedo & Castro (1998, p. 29) atentam para a contribuição oriunda do contato entre os escravos fugidos com os grupos indígenas para obtenção do conhecimento das formas de manejo e uso das espécies, rios, lagos e solos. Atentam para a importância de “decifrar as representações expressas na

linguagem, nos gestos, nos corpos, que se cristalizam como movimentos e subjetividades históricas.”.

Hoje, os grupos assentados no alto dos rios Trombetas, Erepecuru e Cuminá, abaixo das cachoeiras que outrora encobriam e protegeram os quilombos, **resgatam da memória os saberes sobre o tempo e a lógica da natureza, apreendidos e compartilhados com sociedades indígenas**, habitantes das planícies e dos altos das cachoeiras desses rios e do Mapuera. **O domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorporava-se no imaginário, recodificando experiências, como a condição do sucesso nas fugas do cativo e de permanência nos quilombos.** Varando furos, igarapés, logrando subir as cachoeiras e **apoderar-se cautelosamente do potencial da floresta e das águas**, os negros do Trombetas teceram cotidianamente raízes étnicas, profundamente associadas à noção de território. Para eles, viver, apropriar-se e transformar a natureza encerram atos criadores da existência material social. (ACEVEDO & CASTRO, (1998, p. 29).

Os grupos remanescentes de quilombos, na atual conjuntura econômica caracterizada pela expansão das microfinanças e do microcrédito rural alinhadas aos objetivos das instituições financeiras internacionais, experimentam uma atualização dos atores que expressam os novos movimentos da expansão capitalista. O Estado perde sua capacidade de decisão e a esfera burocrática do capital financeiro torna-se principal reguladora da economia regional e do planejamento territorial. Acontece dessa maneira no espaço agrário com o privilégio político do agronegócio e no espaço urbano, com a segregação fomentada pelo mercado imobiliário, por exemplo. Octavio Ianni em *A História da Mundialização*, da obra *Sociedade Global*, entende o capitalismo em perspectiva histórica e ampla como um processo civilizatório de âmbito global (desde o séc. XV até o presente) que provoca constantes surtos de expansão, revoluciona periodicamente até condições socioeconômicas, políticas, culturais de povos e civilizações não capitalistas ou não ocidentais e também dos países dominantes, incidindo sobre formas de sociais de vida e trabalho. “Novo Mundo, África, Ásia e Oceania que conhecemos são invenções do capitalismo, sempre concebido como um modo de produção material e espiritual, como um processo civilizatório universal” (IANNI, 1993, p. 54). A expansão contínua do capital, sua reprodução ampliada em escala cada vez mais ampla por absorção e reabsorção de capitais menores ou mais privilegiados, são fatores cruciais da dinâmica e de sua organização social da produção. O autor destaca as características especiais do horizonte histórico que corroboraram para um intensivo e generalizado surto dos ideais da globalização:

- a) Energia nuclear (mais poderosa tecnologia de guerra);
- b) Revolução informática (conquistas da eletrônica beneficiam os donos do poder);
- c) **Sistema financeiro internacional (e exigências da economia capitalista);**
- d) Relações econômicas mundiais (dinâmica dos meios de produção, tecnologia; D.I.T);
- e) Reprodução ampliada do capital (nova escala);
- f) Inglês se transforma em língua universal;
- g) Ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial (ideologia, prática). (IANNI, 1993, p. 58-59).

Bruno & Caffé (2017, p. 17), defendem que o amplo processo de financeirização eleva a dominância monetária a um paroxismo nas esferas macroeconômicas e microeconômicas:

O conceito de financeirização caracteriza a vigência de um ambiente macroeconômico onde as alocações financeiras de capital tornam-se predominantes, desestimulando as alocações diretamente produtivas. Esse fenômeno tem expressões microeconômicas e setoriais particulares, pois altera as práticas da gestão empresarial e mantém a taxa de investimento produtivo aquém do nível necessário à melhora das condições de vida das populações. Uma de suas consequências mais graves é a perda de autonomia dos Estados nacionais, seja para formular a política econômica, seja para implementar medidas necessárias ao processo de desenvolvimento socioeconômico sustentável. (Ibid.).

Na análise das relações Estado-economia na história do Brasil, a nós interessa, primeiramente, “o intervencionismo autoritário, a fragilidade institucional e a democracia restrita” perante — a reforma monetária e financeira, que estabeleceu as estruturas institucionais básicas para o funcionamento do mercado bancário-financeiro ditado pelos EUA. No período (1964-1989), “fase II do desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro, com seu apogeu e crise”, período onde sob o ideal do progresso desenvolvimentista, a região do baixo Amazonas, tida como “vazio demográfico”, foi alvo de política do II PND.

A “nova fase da expansão capitalista” (CHESNAIS et al, 2003²² apud PEREIRA, 2016) e o “esgarçamento da medida do valor” trouxeram o declínio do emprego e do trabalho assalariado, logo “o questionamento do valor se refere à essência do próprio trabalho e à crise da sociedade do trabalho onde este teria perdido a centralidade na vida contemporânea”, através da reificação das relações mercantis de troca que “estruturam a emergência do valor como trabalho abstrato” (PEREIRA, 2016, p. 9). Neste contexto, a globalização e a institucionalização das

²² CHESNAIS, François et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

relações de capital provocam um aprofundamento dos processos de espoliação dos corpos e dos territórios “com o fim de assegurar a reprodução capitalista e a extração de valor social excedente na circulação em complementariedade à exploração do trabalho na produção” (Ibid.). Na nova complexidade da valorização do espaço (elemento que detém função de criar uma sobrevida para reprodução de relações capitalistas), o valor de mercado da terra desassociado do trabalho aprofunda a distinção entre capital e renda e torna importante a compreensão sobre a captura de uma parte da mais-valia a partir rentabilidade da produção imobiliária.

Retomando à temática do conceito de desenvolvimento, Robert Ballard (2013) explica que desde meados da década de 1990, vários governos do hemisfério Sul, seguindo diretrizes internacionais do Banco Mundial, instituíram programas que fornecem subsídios regulares em dinheiro para pessoas pobres. Apesar de, a primeira vista, em certos casos, ocorrer uma redução da extrema pobreza, aumento no índice de escolaridade e emprego; as populações desprivilegiadas e inseridas num contexto de globalização são alvo de intervenções biopolíticas cada vez mais sofisticadas que miram a abrangência do crescimento econômico. Um neoliberalismo “inclusivo” dos anos 1990 (característico dos governos, Fernando Henrique Cardoso no Brasil; Patricio Aylwin e Frei Ruiz-Tagle no Chile; Thabo Mbeki na África do Sul) fracassou ou tentou coligar os objetivos de crescimento social e justiça. Nos anos 2000 a frustração popular impulsionou o sucesso das partes na esquerda, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, Venezuela e Bolívia no entanto, não houve uma “ruptura aguda do neoliberalismo para o pós-neoliberalismo”. Os novos governos de esquerda não transcenderam a estrutura macroeconômica dos regimes orientados para o mercado. Foram mantidas as diretrizes do desenvolvimento convencional do neoliberalismo através do assistencialismo e do discurso de cidadania, visando incorporar grupos e plataformas socioeconômicas.

A política de concessão microcrédito rural, assim como muitas outras em diversos países, é oriunda da noção de que as transferências em dinheiro surgiram como um instrumento importante na condução do desenvolvimento para os pobres como microempreendedores. As concepções críticas a esse pensamento

entendem que os “pobres” inseridos em mercados informais, ao se responsabilizam pelo seu próprio desenvolvimento via salários monetários ou salário sociais, são incapazes de alcançar o desenvolvimento econômico, pois a pobreza está fundada na “crise da reprodução social” coligada com a poder do capital. (BALLARD, 2013). O autor entende as intervenções de microfinanciamento e de microempreendedorismo como uma liberdade normativa ou paternalismo libertário, onde a liberalização do comércio e a mobilidade de produção enfraquecem a capacidade dos trabalhadores de garantir condições decentes. Em vez de participar de um proletariado seguro, muitos estão expostos à incerteza e à hiper-exploração. A questão torna-se ainda mais complexa quando as modestas transferências de dinheiros estão condicionadas ao cumprimento de certas exigências²³, pois expressa uma forma de governabilidade que permite às autoridades tentar moldar a conduta de diversos atores sem quebrando seu caráter formalmente autônomo, além de implantar uma falsa expectativa de encontrar uma rota de saída da pobreza (BALLARD 2013). Para obter o microcrédito do Pronaf B o INCRA (em parceria com a EMATER-PA) deve emitir uma Declaração de Aptidão ao Crédito (DAP) que ateste o produtor como possível beneficiário. Todavia, há de se questionar essa “aptidão”, tendo em vista a histórica fragilidade comercial dos pequenos produtores e extrativista do Rio Trombetas. Poderia esta “aptidão” trazer elementos externos coercitivos capaz de trazer rupturas à cosmografia de representações das famílias remanescentes de quilombos?

Dessa forma, faz-se necessário analisar o atual papel do estado nacional nos projetos contemporâneos de social-democracia, sua capacidade de gerir mecanismos de justiça distributiva e de propor soluções às demandas populares ascendentes; para além de uma análise da conjuntura econômica da acumulação bem sucedida pelas classes médias e elites como a parte da boa história do crescimento econômico (Ibid.).

No caso do Brasil, o poder dos pobres é limitado porque eles entregam a responsabilidade por melhorias para o estado implementação e

²³ Como no caso da Bolsa Família, onde o beneficiamento depende da regularidade da presença dos filhos na escola, fato que pode acentuar certas problemáticas de gênero (tendo em vista a centralidade da mulher nas funções domésticas) e não, necessariamente, proporcionar a evolução e qualidade do ensino.

adoção de sistemas de proteção social determinará se as transferências em dinheiro tornar-se um local de **lutas biopolíticas. As transferências de dinheiro têm sido defendidas por um lobby da justiça que reconhece que os pobres não podem assumir total responsabilidade por sua pobreza (...) e cada vez mais sistemas distributivos generosos são necessário para alcançar a justiça social e os direitos humanos.** (...)As transferências de dinheiro também foram envolvidas nas abordagens de desenvolvimento *mainstream* (...). Roy (2010: 73)²⁴ mostra que "**a democratização capital obscurece verdades importantes sobre como a pobreza é produzida e como as mulheres são sobrecarregadas com as responsabilidades pela pobreza.**" O papel das transferências monetárias dentro de estruturas mais amplas da reprodução social emergiu como um problema de desenvolvimento. (BALLARD, 2013, p. 820).

Oriunda desta ideologia desenvolvimentista, a Mineração Rio do Norte chega ao território quilombola no fim da década de 1960, sobrepondo o território quilombola, removendo famílias e trazendo consigo a degradação ambiental, fruto da ótica utilitarista dos recursos naturais do território (bauxita)²⁵, em detrimento da lógica do uso sustentável da natureza. A empresa trouxe consigo a lógica salarial para o território quilombola, elemento que estimula a desigualdade de renda e a divisão social do trabalho que difere dos princípios da ordem societal tradicional, fundamentada no tempo regulado pelo sol e não pelo tempo do relógio.

O Estado, sob um regime político autoritário, aprofunda o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e aumenta a dependência externa. Esse período se destaca dos anteriores, pois é nele que surgem as condições estruturais e macroeconômicas para o desenvolvimento precoce do processo de financeirização da economia brasileira. Abrange a fase do "milagre econômico brasileiro" (1967-1973) e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979). (BRUNO & CAFFE, 2017, p.10).

Segundo os autores, na fase atual (2015-2017) das relações Estado-economia na história no Brasil, o bloqueio ao desenvolvimento socioeconômico e à distribuição equitativa de renda é oriundo da:

(...) captura total do Estado pelos interesses da alta finança com sua ideologia neoliberal e busca de novos espaços de revalorização mercantil. (...) As finanças públicas estão completamente subordinadas às finanças privadas e estas últimas plenamente inseridas no circuito da acumulação rentista-patrimonial, característica dos processos de financeirização. (Ibid, p. 14).

²⁴ Roy, A (2010) *Poverty Capital: Microfinance and the Making of Development*.

²⁵ "Verificam-se, além de bauxita no entorno, pedidos de pesquisa para chumbo, cobre, ilmenita, nióbio, ouro, platina, prata, tantalita, titânio, tungstênio, wolfrâmio, zinco, zircão, dentre outros, com potencial para exploração em escala comercial." (MMA/IBAMA, 2004, p. 54).

Cientes deste contexto histórico, precisamos questionar qual seria a capacidade da política de microcrédito de proporcionar o desenvolvimento territorial no Rio Trombetas, principalmente, sabendo que as ações para o dito “desenvolvimento sustentável com enfoque econômico” das comunidades ribeirinhas têm como principal proponente a MRN. Suas atividades pouco contribuem para o objetivo discursado, tendo em vista que não são oriundas de demandas urgentes e “não tiveram caráter de continuidade, denotando a falta de acompanhamento técnico, apoio financeiro mais efetivo, bem como, o desinteresse geral das comunidades beneficiadas.” Assim versa o item 2.7.2 do Plano de Manejo da Rebio Trombetas:

De responsabilidade da Mineração Rio do Norte (MRN), diz respeito ao apoio para o desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas, a exemplo das Comunidades Boa Vista e Moura, objetivando a melhoria das condições de vida dos moradores da região, envolvendo ações em torno da saúde, educação e desenvolvimento sustentável. Com o enfoque econômico, buscava-se através do programa criar condições para a diversificação da produção agrícola, pecuária e extrativista das comunidades beneficiadas, além de contar com ações de proteção e recuperação ambiental. Foram propostas atividades para implantação da “Casa da Farinha”, com mecanização do processo de produção; apicultura, com a produção de mel silvestre; criação de aves domésticas e, horticultura, com a plantação de hortaliças e leguminosas. (MMA/IBAMA, 2004, p. 2.58).

A análise do processo de microfinanceirização do espaço agrário e quilombola e da dialética das contradições presentes no processo de produção do espaço brasileiro se fortalece com a noção de “contraespaço” (MOREIRA, 2006). Para o autor, a dinâmica da formação do espaço brasileiro não se deu sem a produção de conflitos que contestaram a ordem social, política e territorial, pois os movimentos sociais, historicamente, se empenham em defender sua sociabilidade (a corrida da escravidão e a formação de quilombos no rio Trombetas é um exemplo) e negar as concepções de espacialidade das grandes empresas e do capital rentista. O “modelo rentista de acumulação”, através das redes de expansão do capital financeiro e da regulação monopolista, subordina o papel do Estado e se tornam os principais agentes da internacionalização do espaço e da reorganização produtiva no Brasil. Na atual fase do caso brasileiro, “o modelo de acumulação industrial é substituído pelo modelo de acumulação agroindustrial-rentista”. Este movimento detém estratégias de violência direta (agressão física e remoção de populações) e estratégias de cooptação mais “brandas”, como a uma política

pública de microcrédito. Esta pesquisa pretende abarcar a questão da crítica ao desenvolvimento pautado por políticas públicas (Pronaf B) afins ao modelo rentista de acumulação. Para tal, o primeiro capítulo, tem o objetivo de destrinchar o conceito de Desenvolvimento para contextualizar a atual crise que a legitimidade do conceito vivencia.

2.

Base Teórico-Methodológica

Este capítulo tem como objetivo articular alguns conceitos clássicos da geografia, dando ênfase ao caráter territorial e sociometabólico da produção do espaço amazônico. As forças hegemônicas do desenvolvimento econômico possuem diversas estratégias para ditar o planejamento regional, a dinâmica territorial e qualificá-los cada vez mais como uma dinâmica comercial, através da ausência do Estado e protagonismo dos conglomerados empresariais na dinamização da economia local/regional e nos assuntos da vida cotidiana comunitária. O conceito de desenvolvimento e à valorização dos ‘serviços ecológicos’ da natureza, são um dos fios condutores da difusão da racionalidade tecnocientífica, que podem ser entendidos enquanto mecanismos de controle e “biopoder informatizado e flexibilizado, atrelado ao compasso tirânico do mercado e sua consequente desvalorização das potencialidades do corpo orgânico.” (SIBILIA, 2015, p.243). Atualmente, os movimentos sociais da América do Sul vêm disputando a formulação dos conceitos e cobram que a produção do conhecimento não científico e que as territorialidades e suas espaço-temporalidades singulares tenham legitimidade propositiva e deliberativa.

2.1

Conceitos e temas geográficos

A pesquisa irá considerar os remanescentes de quilombos como “sujeitos sociais” enquanto uma das categorias importantes para a compreensão da histórica e atual produção do espaço territorial das famílias remanescentes de quilombos, pautada em um regime comunitário de produção e de existência. Esta categoria nos dá substância para dar dimensão da importância do vínculo com a vida prática

cotidiana para a perpetuação da territorialidade, da inovação em técnicas de manejo dos recursos. Tais processos são imprescindíveis para a recriação constante da identidade quilombola. Estes “sujeitos da atividade prática” (LIMA, 2014) se encontram em situação de resistência às pressões exercidas pelos agentes do grande capital que tentam impor um valor de uso lucrativo aos recursos dos territórios indígenas e quilombolas, sob o signo e justificativa de ser um:

(...) sujeito do tipo muito específico que se impõe como um ente de valor universal a despeito de tantos outros agentes históricos marginalizados, com outras matrizes de racionalidade, com outras crenças, com outro tipo de relação com a natureza que não fosse a de sua pura exploração como um recurso. (LIMA, 2014, p. 252).

Trata-se de um conflito em larga escala onde diversos grupos humanos entram em embate com uma concepção de uma humanidade genérica, antropocentrista e moderna de um sujeito autoconsciente que prega a indiferença em relação à vida prática em detrimento de um ideal de liberdade (noção das revoluções burguesas) e de acumulação primitiva, que é o marco da crença de uma história universal de novas descobertas geográficas e da formação de um mercado mundial” e nova divisão internacional do trabalho (LIMA, 2014, p. 252). Ocorre um processo de objetivação, uma separação entre teoria e prática, onde a venda da força de trabalho se tornaria uma atividade livre fundamental para a sociedade capitalista nascente” (Ibid., p. 251) e os elementos socialmente produzidos (e excedentes) por homens e mulheres se tornam alheios à finalidade da subsistência e de troca, enfraquecendo a cooperação entre comunidades do seu entorno.

Nas sociedades em que predominam relações comunitárias de produção, o horizonte objetivo dos homens (e mulheres; grifo meu) ignora a distinção entre fenômeno e coisa, forma e conteúdo, representações e ser, logo, ignora, também, uma distinção explícita entre sujeito e objeto. (LIMA, 2014, p. 253).

Na modernidade não é o marco histórico da categoria “sujeito”, a questão já era pensada na antiguidade, mas é no período dos ideais modernos que é experimentada uma “acentuada divisão entre um sujeito contemplativo, enquanto consciência de si mesmo, e um sujeito da atividade prática”.

O sentido etimológico da palavra sujeito advém do latim *subjectus*, que significa “situado abaixo”, derivando da sua forma adjetiva “estar sujeito” ou “sujeitado”, que designa subordinação (...). Inquirir acerca da concepção de sujeito na antiguidade (limitada ao mundo grego) é uma tarefa por demais restritiva, reconheçamos. Além dos inconvenientes realçados acima, a estrutura tético-posicional da consciência antiga com referência a uma *physis* fundamental

impossibilita que se objetive a realidade discernindo o fenômeno da coisa, o particular do universal, inviabilizando, ainda, que, desse procedimento, extraia-se um sujeito separado do objeto. Essa atitude é mais característica do pensamento moderno. (LIMA, 2014, p. 245; 247).

Em nosso trabalho, este sujeito produto e produtor do espaço por intermédios de suas qualidades criativas instaura uma dinâmica territorial cotidiana capaz de elaborar, em certa medida, um senso identitário comum que irá fortalecer a expansão dos núcleos familiares e a reafirmação da territorialidade quilombola. A “noção de nós” e de corpo coletivo (ACEVEDO & CASTRO, 1998) desta identidade (não estática) foi e é fundamental para a permanência deste grupo frente à ordem excludente e aos conflitos territoriais. Atualmente, esses grupos se tornaram uma categoria juridicamente e podem requerer ao trâmite que lhes assegura o acesso à terra tradicionalmente ocupada.

Os avanços neste sentido de reconhecimento identitário e formação de “sujeitos políticos” como condição de se tornarem beneficiários das políticas multiculturais para reforma agrária e para amenizar as desigualdades sociais devem ser constantemente reavaliados, devido às “contradições e sinergias entre as políticas ambientais e multiculturais implantadas em diferentes partes do mundo desde a década de 1980” (PENNA-FIRME & BRONDÍZIO, 2017, p. 141). Entre essas contradições, os autores destacam a sobreposição de UC em terras indígenas e quilombolas que, não por coincidência, são flagrantes em Oriximiná. O crescente processo de produção, mercantilização e consumo de novas e antigas identidades étnicas, alavancadas pelo mercado de turismo étnico, “normalmente com a ajuda de agências de desenvolvimento internacionais, antropólogos, ONGs ambientalistas, governos locais e investidores da iniciativa privada.” (PENNA-FIRME & BRONDÍZIO, 2017, p. 143).

O crescente processo de produção, mercantilização e consumo de novas e antigas identidades étnicas é um fenômeno que Camaroff e Camaroff (2009) chamaram de *etnicidade, S.A.* **Em alguns casos, como demonstraremos neste artigo, combinações entre identidades étnicas locais e gestão ambiental estão proporcionando um novo padrão de referência e caminhos estratégicos de desenvolvimento local.** (...) Desde o reconhecimento dos quilombolas como uma categoria social, comunidades rurais localizadas dentro e no entorno das UCs têm sido encorajadas a mobilizar suas identidades com propósitos econômicos e políticos. (...) **O que temos percebido, no entanto, é que, ao reivindicar reconhecimento de direitos territoriais, quilombolas têm assumido**

e/ou contestado (situacionalmente) visões romaneadas e idílicas sobre seus modos de vida.

O estudo do caso do texto supracitado está situado na Mata Atlântica, fato que comprova a abrangência nacional e internacional desta tendência ou fenômeno associado à privatização de terras e formação de uma governança territorial “autônoma” — que soa como cooptação ao sistema jurídico formal — para os grupos étnicos “verdes” inseridos no contexto de valorização dos espaços “verdes”. A passagem supracitada retrata fielmente o momento de criação Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), que foi criada (amparada pela Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP) para lidar com os trâmites de demarcação e titulação e para a garantia dos direitos conquistados na constituição. E possui membros representativos de todas as comunidades pertencentes à associação (existem diversas associações), entretanto, alguns comunitários não são satisfeitos com esse esquema de representatividade e até denunciam que lideranças pretéritas tomaram decisões que privilegiavam a si mesmo e proporcionaram compra de transporte automobilístico e casa na cidade. Estes indivíduos estão inseridos em um fluxo administrativo que extrapola frequentam as mesas de reuniões dos órgãos e quando necessário, à ministérios e instâncias deliberativas em Brasília. Este eixo analítico pode ser aplicado para leitura da crescente mobilização comunitária para o turismo de pesca (inserido no contexto do Programa Territórios Sustentáveis)²⁶ em Cachoeira Porteira (Alto Trombetas), região onde, conforme técnico extensionista da EMATER, os indígenas possuem uma articulação política e administrativa mais forte do que a dos quilombolas.

Permeiam os capítulos deste trabalho diversas noções críticas aos fundamentos eurocêtricos da modernidade, à concepção linear e progressista do tempo aliado à racionalidade técnico-científica-econômica. Entendemos que na área recorte do estudo estão acumuladas diversas camadas de espaço-temporalidades, signos e constructos sociais atribuídas a diversas sociedades pretéritas que lá se territorializaram. Desde as evidências arqueológicas da

²⁶ Vide: “Programa Territórios Sustentáveis analisa atrativos e o potencial do turismo consciente no município de Oriximiná”. In: <<http://www.territoriossustentaveis.org.br/noticias/gestao-ambiental/registro-de-atividade/programa-territorios-sustentaveis-analisa-atrativos-e-o-potencial-do-turismo-consciente-no-municipio-de-oriximina/>>.

presença humana de a.C. até a contemporaneidade. Dessa forma, não podemos enquadrar radicalmente os sujeitos da agricultura familiar em qualquer tipo de rótulo identitário (“tradicional”, “povos da floresta”, “quilombolas”) porque estes não representam a totalidade das múltiplas possibilidades de facetas e funções sociais que os integrantes dos Territórios Quilombolas podem cumprir, tanto dentro e fora de seus núcleos familiares. Todavia, não podemos perder de vista que estamos tratando de populações que vivem em um espaço rural, muitas vezes em situação de isolamento ou semi-isolamento dos núcleos urbanos de seu entorno. Fato — não depreciativo — que proporciona a conservação de práticas agrárias e extrativistas históricas, crenças costumes, festejos, relações e interações diferenciadas como, por exemplo, a interação com a paisagem, que é menos dotada de aparelhos técnicos do que a dos centros urbanos de qualquer porte. Podemos dizer que a vida cotidiana no Rio Trombetas — apesar da forte presença dos mecanismos burocráticos, formais de controle e punição — pode ser amplamente caracterizada por elementos constituintes do que José de Souza Martins (2017) intitulou de *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e História na modernidade anômala*; obra em que defende a tese de que no Brasil, na América Latina e nos países periféricos não vivemos a modernidade em sua excelência, e sim a inconclusividade e o caráter de permanente incerteza e transitoriedade deste projeto globalizador datado.

Os ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e dos objetos técnico-científicos e a seletividade da divisão social do trabalho (grifo meu) jamais permitirá que o projeto modernizador alcance a conclusão material dos signos modernos. Todavia, para uma análise sutil de contexto (e crise) deste paradigma, há de considerar que sua racionalidade (o cálculo, a ação social calculada na relação de meios e fins) e sua ética de multiplicação de capital estão introduzidas na reconstituição cotidiana da vida social, na moralidade e “faz do sujeito um objeto, um objeto de si mesmo, posto como estranho em relação a si mesmo.” (Ibid., p. 18). A modernidade anômala se expressa nas *hesitações do moderno e nas contradições da modernidade*. As hesitações do moderno estão presentes no cotidiano dos homens e mulheres simples que lidam com “as misérias, desemprego, subemprego, valores e as mentalidades produzidos pelo desenvolvimento dependente” (MARTINS, 2017, p. 18) e de seus agentes

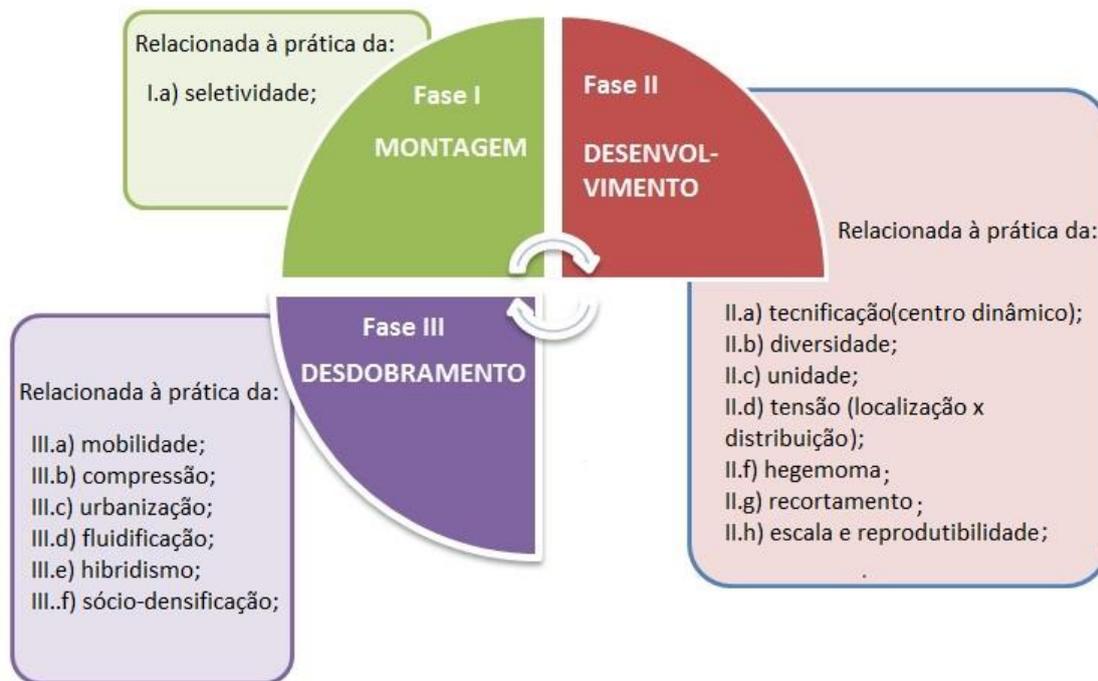
institucionais propulsores que se fazem valer da visão linear de progresso para difundir coercitivamente o paradigma da (desproporcional) acumulação e reprodução do capital, em detrimento dos tantos modos de vida alheios a este paradigma, daqueles que têm “fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho (...) e de realização democrática das promessas” (Ibid., p. 19).

A modernidade anuncia o possível, embora não o realize (...) é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar. Mistifica desmistificando porque põe diante da consciência de cada ser humana, e a vida cotidiana de cada um, todo o imenso catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis no mercado globalizado. Basta ter recursos para consegui-lo (...). Já não é possível acobertar eficazmente as contradições por meio das ideologias que as recubram com seus enganos coerentes e lógicos. A modernidade é justamente este momento da história contemporânea em que a consigna não é acobertas as injustiças, a exploração, a degradação humana dos que foram condenados a carregar o peso da história. A modernidade é, num certo sentido, o reino do cinismo (...). Nela, o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mais sofridas. (...) (MARTINS, 2017, p. 19).

Considerando que a modernidade é o “provisório permanente, o transitório como modo de vida”, o método investigativo deve estar guarnecido da consciência deste transitório objetivar compreende as formas e singularidades que a modernidade assume na sociedade brasileira (MARTINS, 2017, p. 21). Assumindo o desafio de atribuir geograficidade a este trabalho, e tendo como premissa que os processos e fenômenos se apresentam de formas distintas conforme sua espacialidade e historicidade; as referências da base teórico-metodológica pretendem tem como inspiração a ideia de uma construção geográfica da sociedade (e do espaço), como palco de disputadas por hegemonias e representações neste jogo de transitoriedade e composição desigual de ritmos. Esta construção (estrutura, organização e movimentos) geográfica da sociedade (geograficidade) é resultado das intenções, ações e práticas espaciais dos diversos agentes espaciais, acumuladas de forma sincrônica e diacrônica; processo que gera os múltiplos modos de existência (MOREIRA, 2009, p. 1). Este processo acontece em três fases “num processo que se reinicia pelo movimento permanente de reestruturação.” (Ibid.). Essas noções que revelam uma organização tecnocientífica do espaço para atender às demandas do projeto modernizador entram em constante tensão com as racionalidades provindas do sociometabolismo amazônico (PORTO-GONÇALVES, 2017).

a) **A fase da montagem** e a das primeiras localizações e consequente instituição do sistema de distribuição dos lugares que leva ao surgimento da extensão, reunindo num só ato três das categorias básicas - localização, distribuição e extensão – da ação geográfica, tudo orientado na prática da seletividade e da tecnificação que a esta serve de suporte; b) **A fase do desenvolvimento** e a do erguimento de uma estrutura espacial sucessivamente mais densa, que culmina na constituição mais completa do *habitat* e da sociedade assim organizada; c) **A fase do desdobramento**, por fim, e a do movimento da estrutura já constituída, em busca da reestruturação que reinventa permanentemente a sociedade organizada. A interação entre as práticas espaciais e o dado dinâmico. As práticas agem combinadas e em simultâneo em cada uma dessas fases. (MOREIRA, 2009, p.1).

Figura 5 Fases das práticas que constituem a geograficidade.



Fonte: (MOREIRA, 2009). Elaboração própria.

O primeiro item da fase primeira supracitada, a seletividade é um “processo de ensaio e erro” e começo da organização espacial, por ter sido “transformada numa prática de ocupação especializada e fragmentária do espaço orientada pela e para a divisão territorial do trabalho e o aumento contínuo da produtividade.” (Ibid., p. 3). Desta lista, a seletividade orientada pela lógica do mercado pode ser considerada o item que mais converge com esta pesquisa porque, também, é um dos primeiros critérios (informação, localização, distribuição e fixação locacional dos recursos) do *modus operandi* de qualquer sistema de financeiro; inclusive o de microcrédito em pauta, que é concedido somente para pessoas físicas deferidas após trâmite do INCRA — que verifica a

situação fundiária da unidade familiar do (a) solicitante, e consulta a Receita Federal — podem obter a Declaração de Aptidão Pronaf e acessar o Programa.

Nas fases primitivas da coleta-caca-pesca, não ha ainda propriamente pratica seletiva. E com o nascimento da agricultura, quando a pratica da transformação das paisagens naturais em paisagens humanizadas torna-se a base da constituição dos modos de vida, que a seletividade começa. A seletividade surge então como um processo de transformação que converte as associações naturais nas associações domesticadas num complexo alimentar, definido por Sorre como o “conjunto dos alimentos e preparos nutritivos graças aos quais um grupo humano mantém sua existência ao longo de um ano” (SORRE²⁷, 1967, p. 31 apud MOREIRA, 2009, p. 3).

A tecnificação provém o processo de territorialização do complexo técnico promovido pela seletividade, que por sua vez, provém a diversidade (II.b), ou seja, os espaços diversos e a variedade híbrida, toprográfica, do solo, das culturas, caminhos, etc. Paralelo à diversidade, emerge a unidade (II.c) que a função do valor (age por intermédio dos símbolos), do conjunto de normas e signos que emprestam sentido à unidade contruída. A matriz simbólica pode ter origem na: natureza, na água como recurso central; na sítio ocupado, na vegetação. As oposições de sistemas de valor associadas aos princípios de localização e distribuição do ato da seletividade geram tensões (II.d) estruturais, que se manifestam em forma de negatividade, ou seja, contradições entre: unidade-diversidade; homogenia-heterogenia; identidade-diferença. E o entrecruzemto dos recortes e conflitos transformam o espaço em um jogo de escalas que se metamorfoseiam no arranjo paisagem (próximo conceito a ser abordado).

O centro dinâmico é a tecnificação, prática espacial que está presente em todas as outras, redefinindo ontologicamente o espaço ao longo de sua construção numa recriação permanente. As metamorfoses do arranjo da paisagem correm por conta das trocas dos cheios e vazios da distribuição seletiva promovidas por essas revoluções da técnica, reativando em caráter constante a ação da seletividade. A ação das demais práticas aprofunda e completa a dinâmica deste quadro, interagindo e movendo-se com e dentro dele, ao cabo do que, reestrutura-se o espaço. (MOREIRA, 2009, p. 2).

Henri Lefebvre (1901-1991), inspirado nas noções da materialidade histórica elaborada por Marx, a produção e reprodução do espaço é um fenômeno em permanente movimento caracterizado pelo embate de poderes e interesses constituintes de uma sociedade ou grupo social e de seus agentes que constituem o espaço através de suas práticas associadas às particularidades do conjunto de

²⁷ SORRE, Max. (1967): *El Hombre en la Tierra*. Barcelona: Editorial Labor S/A.

normas e valores desses grupos. O autor tem como objeto de investigação a sociedade moderna e o mundo em crise “marcado pela destruição da natureza, pela crise das instituições políticas, pelo esgotamento da religião, pela separação inconciliável entre filosofia, ciência e arte, (...) pela corrosão das particularidades, pela emergência de novas necessidades sociais (...)” (NASSER; FUMAGALI, 1996, p. 25).

O autor reconhece que existe um embate teórico e prático essencial entre duas lógicas de uso: lógica da razão hegemônica, da dominação técnica que, “transfigurando-se em razão instrumental (em prática), parece dominar o mundo visto como estratégia da dominação política, que implica também sujeição econômica.” (SEABRA, 1996, p. 71); em contraponto à lógica da apropriação “que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra.” (SEABRA, 1996, p. 73). À medida que as relações de capital promovidas pela razão hegemônica conseguem atribuir o caráter privado dos espaços e “invadir os domínios amplos da existência”, acirra-se o conflito com as relações de apropriação do espaço (processo que contém elementos afetivos, imaginários, corporais, sensuais). Para o autor em questão, neste movimento conflituoso amplifica-se a ideia de natureza dos processos sociais e é fundamental para a produção do espaço nas diversas escalas. (Ibid.)

Lefebvre (1991)²⁸ mostra as diferenças entre o espaço dominado e espaço apropriado, o espaço dominado é transformado pela tecnologia e prática. O domínio da tecnologia espacial está crescendo, a dominação é profundamente enraizada na história, mas estas origens coincidem com o poder político. A dominação do espaço é, invariavelmente, a conclusão de um projeto mestre e histórico. O espaço dominado está normalmente fechado, estéril, vazio, opondo-se ao conceito de apropriação. Na teoria marxista do conceito de espaço é claramente oposta à propriedade. A propriedade, no sentido de bem é uma necessária pré-condição, muitas vezes um epifenômeno de apropriar-se. A apropriação se assemelha ao trabalho artístico. A dominação do espaço e a apropriação do espaço podem, em princípio, estar combinados. O espaço representado pela contradição: dominação e apropriação. A tríade: espaço das práticas, representado, imaginado, interage dialeticamente, enfatizando que a tríade não é uma relação de). dualidade. (LUNA, 2017, p. 27)

Tendo como uma das premissas a noção de desenvolvimento desigual de Lênin, que atesta que a “crise não atinge ao mesmo tempo e do mesmo modo os diferentes setores da prática social, as diferentes sociedades.” (LEFEBVRE,

²⁸ LEFEBVRE, H. *The production of space*. New York: Blackwell Publishing, 1991.

1970²⁹, p. 17 apud NASSER; FUMAGALI, 1996, p. 26), identifica um “descompasso real entre o desenvolvimento e o social” que estabelece o também contraditório “mundo das diferenças” (filosófica, política, histórica, artística, etc.) para embasar seu projeto que qualifica o período histórico atual como de transicional entre o momento de crise estrutural e o momento de atribuir a real possibilidade de manifestação e desenvolvimento dos fundamentos das relações sociais, ou seja, “o direito à diferença como fonte dos demais direitos concretos.” (NASSER; FUMAGALI, 1996, p. 28). A diferença seria algo natural, não restrito a ideia de universal que a coloca na situação excludente de uma forma vazia. Tida como particularidade, ligada a condições e circunstâncias locais e inserida num contexto de conflito, a particularidade se torna diferença. Neste sentido, o autor utiliza o pensamento diferencialista para tratar de um embate filosófico (de nosso período transicional) entre um mundo fechado e outro aberto (Ibid.). Para tal, seria necessário transcender o fundamento de totalidade da filosofia clássica; por isso propõe outra categoria: a centralidade.

A centralidade substitui a noção de “totalidade” clássica — erigida seja no pensamento filosófico, seja no Estado —, na medida em que contém um todo momentâneo, relativo, provisório, constituído de realidades contraditórias que se reúnem em um campo diferencial portanto, a centralidade do mundo extrafilosófico se estabelece através de um movimento dialético, que vai do lugar naquele momento privilegiado, pois instituído como centro, a outros lugares. Assim, não existe um lugar fixo, congelado: a centralidade é móvel e, enquanto tal inclui (e também exclui) outros conteúdos — a periferia — tornados centros. (NASSER; FUMAGALI, 1996, p. 30).

Parte de seu projeto consiste, portanto, em investigar, analisar e expor a crise geral do mundo moderno compreendendo que todos os elementos e atores dessa crise, em disputa por legitimidade e hegemonia imprimiram no espaço, de forma paradoxal, seus conjuntos de normas, símbolos e representações (entendidas como mediação feita por agentes e interesses). A representação tida como mediação dos interesses e como produto de um determinado processo social, remete à estratégias de dominação do espaço e a perpetuação dessas representações que dissimulam a vida e as relações concretas; fato não previsto por Marx, que focou seu estudo no conceito de ideologia como uma face negativa do capital. Inspirado na concepção dialética de Hegel Lefebvre desenvolve uma dialética da tríade da representação — representado, representante, representação

²⁹ LEFEBVRE, H. *Le manifeste diferencialiste*. Paris: Gallimard, 1970, p. 17.

— para “abrir caminho para a discussão da natureza e do poder das representações.”

Em Hegel a representação é etapa, é um momento do conhecimento. O pensamento dialético passa pela representação e deve, logo em seguida, superá-la. Ficar preso às representações, de acordo com Hegel, significa fixar uma relação de exterioridade entre termos contraditórios que dessa forma aparecem à consciência como não relacionada. A contradição torna-se ininteligível, torna-se um absurdo; o pensamento se distancia em direção à negação abstrata, de modo que morra a alma da dialética, fonte do movimento. A concepção dialética da representação, formulada por Hegel, entra na filosofia, substituindo as clássicas díades finito e infinito, seco e úmido, luz e trevas, ordem e desordem. Supera também aquelas que são paradigma do pensamento filosófico ocidental: sujeito-objeto, contínuo-descontínuo. Finalmente se sobrepõe às oposições modernas do significante e significado, do saber e não saber, do centro e periferia. (LUTFI et. al. 1996, p. 90-91).

As representações não hegemônicas representam os ‘futuros possíveis’. Suas raízes marxistas entendem que neste esquema da sociedade industrial as representações hegemônicas dissimulam a base social que foi fundamentada na quantificação abstrata do tempo de trabalho concreto do trabalhador, que gera a divisão social do trabalho e diversas formas de exploração da mais-valia (LUTFI et. al. 1996).

(...) Entretanto, “a medida do trabalho não é o trabalho, assim como a medida do tempo não é o tempo (...)”³⁰. A medida do trabalho é a representação do trabalho. O suporte dessa representação é o relógio. O relógio permitiu a produção e o salário generalizado, permitiu o desenvolvimento do capitalismo e seu adágio ‘tempo é dinheiro’. A representação do trabalho substituiu o trabalho, deslocou o representado. A partir dessa representação do trabalho primordial da sociedade capitalista, nasceram outras que levaram a ideologias legitimadoras e até também a utopias conservadoras. A análise de Marx sobre o trabalho social, seu papel central na sociedade capitalista, a forma como é explorado, tem como ponto de partida a dissimulação proveniente dessa primeira representação. (Ibid. p. 92).

A tríade dialética das representações (representado, representante, representação) concebidas enquanto fatos da prática social no espaço (depósito de história e intencionalidades) atribui aos sujeitos da atividade prática contidos no espaço e a seus corpos dotados de ação e energia a possibilidade de ocupar produzir e ser produzido pelo espaço dialeticamente.

Um organismo só é visto só tem sentido e existência por meios de seus prolongamentos: o espaço que ele alcança e produz e é seu meio (lugar: *lieu*, meio: *milieu*, intermediário, instrumento, mediação). No centro do corpo humano persiste um núcleo irreduzível, um “lago” não-indiferente, que associa no espaço todos os sentidos (olfato, tato, audição, gosto e visão). Um corpo total com propriedades e dimensões espaciais. Esse corpo-fundamento do espaço e do prático-sensível – se

³⁰ Ibid, p. 29.

cinde ao tornar sujeito e objeto da prática social. (OSEKI, 1996, p. 109-110).

O espaço social absoluto (homogêneo, quebrado/loteado/geométrico, hierarquizado) — tutelado pelo Estado e intermediado pela propriedade privada dos meios de produção — é caracterizado por contradições não estáticas, pela fragmentação da vida social devido conflito de classes, pelo trabalho alienante, dividido, explorado e pela coisificação das relações sociais que “promove a alienação do homem em relação à sua obra, faz com que apareça como coisa e objeto, e não sujeito da sua própria obra, de que apareça como objeto, e não como objetivo do que faz.” (MARTINS, 1996, p. 20).

A abstração da equivalência dos bens materiais e as formas abstratas inumanas (dinheiro, capital) passam a formular realidades sociais concretas regidas por forças hierárquicas que usam da violência direta ou institucional para perpetuarem suas representações no espaço, dominando e oprimindo mulheres e homens. A conceituação de produção do espaço de Lefebvre perpassa por outra tríade de texturas espaciais que se relacionam constantemente não hierárquicas que englobam: as práticas espaciais (espaço percebido); as representações do espaço (concebido): “O espaço da ordem, do progresso, da luz e da Razão produto do saber, um misto de ideologia e conhecimento, da técnica, do planejamento territorial.”; e os espaços de representação (vivido): “espaço dos simbolismos complexos, ligados ao subterrâneo, ao labirinto, ao lateral, à clandestinidade da vida social.” (OSEKI, 1996, p. 110-111). Para nós, a questão da produção do espaço quilombola é palco de disputa entre essas representações que permeiam o espaço percebido, concebido e vivido. Esta tríade se apresenta de forma simultânea e estes sistemas de representação podem coexistir nos sujeitos sociais. No caso dos sujeitos sociais de nossa empiria há um nítido embate de sistemas de representação, porque os signos hegemônicos pendem a rupturas sóciometabólicas das territorialidades tradicionais. Sendo necessário fortalecer as práticas sociais e demandas comunitárias para perpetuação da representação e reprodução dos espaços vividos pelos quilombolas.

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço. O que é a prática espacial no neocapitalismo? Ela associa estreitamente, no **espaço**

percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres).

As representações do espaço, ou seja, o **espaço concebido**, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção).

Os espaços de representação, ou seja, o **espaço vivido** através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários” (...). Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. (LEFEBVRE, 2006, p. 39-40).

2.2.

Território

A respeito dos conceitos de território, desenvolvimento e escala Carlos Brandão (2009) percebe a multiplicação de interpretações e reemergência/proliferação das temáticas sobre o conceito (que corriqueiramente surgem como rótulos “novos”), inclusive, como tentativa de unificá-lo como desenvolvimento. Atualmente, conceitos e elaborações discursivas como “desenvolvimento territorial” são legitimados como eixos a serem perseguidos em protos desenvolvimentistas. Na concepção hegemônica, o território estaria posto como reificado, passivo e como mero receptáculo onde se inscrevem os deslocamentos/movimentos. Já a interpretação teórico-metodológica da concepção contra hegemônica de território atenta para a “produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno deste quadro e ambiente construído.” (BRANDÃO, 2009, p.169):

O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa. Em suma, entendo que o debate sobre a dimensão territorial do desenvolvimento capitalista deve ser posicionado neste movimento (dentre outros) de contradições enunciado acima. Grande parte dessas mediações devem ser tecidas tomando o objeto *escala espacial*, enquanto construção social e prisma analítico. (Ibid.).

Reconhecendo a complexidade teórico-metodológica e a interdisciplinaridade da temática do que chama de “dimensão territorial do processo de desenvolvimento”, defende que a análise científica de algum processo social tem como desafio: (a) distinguir adequadamente entre as determinações estruturais e seus mecanismos de explicitação; (b) não realizar determinações lineares e fáceis no contexto das transformações sistêmicas do (os) capitalismo (os) e das multiescalares repercussões na produção do (os) território (os) (BRANDÃO, 2009, p.152). Por isso, elabora seu caminho analítico a partir da economia política e da geografia crítica para haver mediação teórico-histórica entre a lógica da acumulação de capital e as hierarquias, hegemonias, tensões, coalizões, alianças, conflitos reforçados em todas as escalas espaciais; objetivando “investigar os novos instrumentos e as sempre renovadas formas de manifestação, como por exemplo, da dominância da lógica financeira em todos os âmbitos (...)” (Ibid.). Sobre o conceito de desenvolvimento, o autor entende que uma boa conceituação deve o ter como uma “construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico (...)” (BRANDÃO, 2009, p.154).

Todas essas questões são muito caras a esta pesquisa, e a que se refere à “destinação do excedente” nos chama atenção para o aspecto empírico desta pesquisa que tem como um dos eixos centrais a análise do “desenvolvimento territorial” via um programa de fortalecimento da agricultura familiar. As relações entre espaço-tempo, autonomia e decisão da “retenção/utilização ou esterilização de excedente” pode elucidar a assimetria entre a concepção linear do tempo da acumulação do capital e o tempo das práticas da agricultura familiar e o escoamento da produção de determinado território. Este discussão abre o espaço para a discussão da hierarquia do poder de comando societal sobre a manutenção ou redistribuição dos frutos do trabalho social e impõe a necessidade de análise da “da natureza da esfera privada; de sua racionalidade/mentalidade; do real dimensionamento dos poderes (público e privado)” (BRANDÃO, 2009, p. 155).

Da perspectiva das famílias remanescentes de quilombos do Rio Trombetas, a escala como categoria da prática cumpre papel político de

estabelecer a diferenciação de determinado ângulo da luta social pelo controle do espaço. (BRANDÃO, 2009). Como já dito na introdução, o grupo social em *locus*, apesar da histórica participação socioeconômica na região do baixo Amazonas, experimentou uma invisibilidade e deslegitimação do seu modo de vida, motivados por conflitos territoriais da região. Após a Constituição de 1988, os grupos que se identificam com remanescentes de quilombos ou indígenas passaram a ter seu direito de permanência na terra reconhecidos. O novo texto constitucional foi pivô do surgimento de diversas associações comunitárias (muitas dessas, assessoradas por OSCIP's³¹ do sudeste brasileiro, internacionais) que se engajaram na luta pela conquista/manutenção/ ampliação dos direitos previstos por lei e em questões socioespaciais e sociopolíticas dos conflitos do espaço agrário brasileiro.

Sendo assim, a ancoragem identitária/territorial dos sujeitos engajados nas lutas sociais é fundamental (assim como apresenta problemáticas) para que possam delimitar suas posições e funções na trama escalar, e os agentes e forças impositivas provenientes de outras escalas. Desta forma, pode-se obter um nível de observação das dimensões do real concreto historicizado.

Em suma, a escala reflete, expressa e concretiza espacialmente as respostas e contraposições dos sujeitos sociais aos desafios e conflitos postos concreta e conjuntamente em cada momento e circunstância histórica e geográfica. No jogo político, os movimentos insurgentes e de resistência podem lograr habilitação, ao erigirem suas próprias interpretações escalares, superando constrangimentos e acionando e mobilizando seus próprios recursos discursivos ou institucionais contestatórios. (...) Em suma, a escala espacial, socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Ao mesmo tempo tomada como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Mas escala também é arena política. Escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da *praxis* política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados faculta melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político é, portanto, procurar definir *o que e com que meios* cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar. (BRANDÃO, 2009, p. 171-172).

³¹ A atuação destas instituições precisa ser constantemente revisada, pois a intensa proximidade com as questões locais pode gerar coligações estratégicas que levantam questionamentos em relação à motivação da atuação. Por exemplo, há instituições que realizam assistência em políticas públicas, e ao mesmo tempo, fazem alianças com indivíduos gozam de privilégios ilegítimos politicamente alcançados.

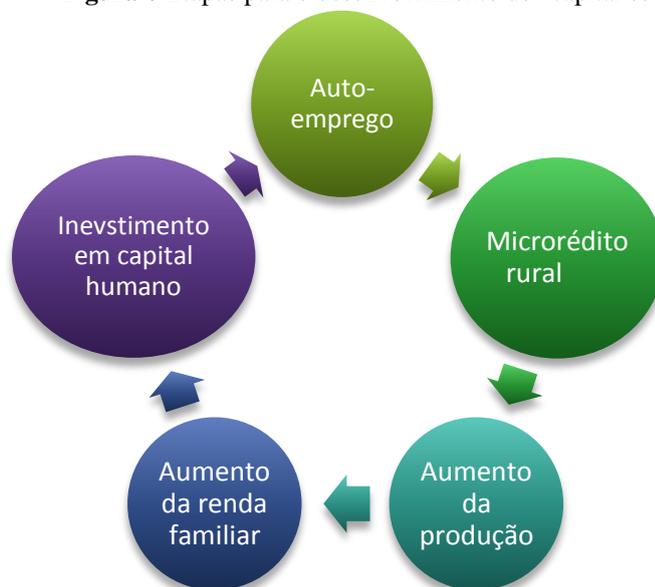
As comunidades tradicionais do Rio Trombetas têm uma relação conflituosa com a Mineração Rio do Norte (Decreto de concessão e uso - 81.889 - 5/07/1978) e desde sua implementação sofrem com os impactos socioeconômicos e ambientais oriundos destes empreendimentos. Foi no mesmo período que as políticas de criação de UC entram no contexto local, promovendo expropriações e sobreposições de território comunitário para realização da REBIO Trombetas (Decreto - 84.018 - 21/09/1979) e a FLONA Saracá-Taquera (Decreto - 98.704 - 27/12/1989). Este fato representou mais um elemento que justificasse a normatização do modo de vida ribeirinho no local, por meio da institucionalidade de órgãos federais que corriqueiramente realizam movimentos que rompem com o sistema sociometabólico amazônico (PORTO-GONÇALVES, 2017). Destaca-se que as UC abrangem áreas de recursos extrativistas e áreas de expansão da MRN, o que impôs novas regras que obstruem a atividade ancestral de coleta.

Não será oportuno, neste trabalho, dissertar sobre as múltiplas problemáticas levantadas pela bibliografia específica e multidisciplinar dos conflitos provenientes da MRN, REBIO Trombetas e da FLONA Saracá-Taquera. Inclusive, a temática da difusão do microcrédito rural na região foi escolhida num movimento de buscar expor temas não ou pouco debatidos na área recorte. Todavia, estes são atores extremamente poderosos na região e tem grande participação no universo discursivo e propositivo do “desenvolvimento” e controle da dinâmica territorial. O capítulo sobre o conceito de desenvolvimento traz uma citação do Plano de Manejo das UC que legitima a MRN como principal provedora do “desenvolvimento sustentável” das comunidades de seu entorno.

Por hora, esta evidência nos permite refletir a dimensão (e escalas) do controle das forças institucionalizadas pelo poder/capital de origem nacional e internacional, público, privado ou público-privado, e ainda, qual seria o poder de decisão das esferas públicas (municipal, estadual e federal) nestas circunstâncias de uma economia política caracterizada pela revalorização dos territórios e de “internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do mundo capitalizado” e de “fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global (BRANDÃO, 2012, p. 35). O autor identifica um “pensamento único localista” está inserido nas políticas públicas que implementam ações que

em alguma medida que negligenciam e banalizam questões de natureza estrutural e as especificidades de cada local; como os conflitos de classe sociais, o papel da ação do estado. Esta concepção teórica e analítica atribui à escala local um poder ilimitado de autopromoção o desenvolvimento local através da “nova teoria da endogeneização do progresso técnico, investimentos em P&D e em capital humano” (BRANDÃO, 2012, p. 37). Estaria o PRONAF inserido nesta linha de pensamento? Devido o momento histórico de sua origem, apresentaremos os argumentos da bibliografia crítica que atestam essa hipótese, no capítulo sobre a difusão das microfinanças para erradicação da pobreza através no Brasil e no mundo através da fórmula:

Figura 6 Etapas para o desenvolvimento do "capital social".



Fonte: (BALLARD, 2013)

Esses mitos e banalizações da “endogenia exagerada” da escala local (“o local pode tudo”) fomentaram abordagens — como “capital social”, “economia solidária e popular” e sistemas de governança (desfalcados em autonomia propositiva) para cooperativas, agências, comitês e consórcios de parcerias “público-privadas” — que criaram uma cortina de fumaça nas abordagens quanto as classes sociais, oligopólios e hegemonias (BRANDÃO, 2012, p. 38). Abriremos um breve parêntese para explicar o ponto de vista crítico de Henrique Wellen (2012), que tem como objeto de análise o projeto social atualmente

conhecido como “economia solidária”³² e entende o termo como uma inovação semântica por buscar unificar dois elementos opostos, através da valorização solidária da economia capitalista no contexto de um desenvolvimento de mercado que “invalida as relações econômicas incapazes de produzir lucratividade e as tornam subordinadas dos imperativos do capital.” (Ibid, p. 19). Para realizar a crítica à Economia Solidária tem como marco espaço temporal o marco atual do capitalismo e os efeitos da crise socioeconômica global que tem início nos anos 1960 do século XX e se intensifica nos anos 1970, que resultou em processos de combate às conquistas históricas dos trabalhadores, o gradativo retrocesso das políticas sociais, os altos índices de desemprego e precarização do trabalho. O autor se contrapõe à análise endógena e hegemônica — que objetivando resguardar a validade e legitimidade ao sistema vigente não atesta que a crise do modo de produção capitalista é estrutural — e de maneira equivocada, explica falhas sistêmicas responsabilizando problemas internos e experiências particulares dos Estados ou determinados agentes administrativos.

Nossa pesquisa trata, portanto, da chamada “economia solidária”, um projeto social que, apesar de se apontado pelos seus representantes como seguidor de experiências históricas, especialmente dos séculos XVIII e XIX, merece destaque dentro do contexto brasileiro apenas a partir do final do século XX. Isso acontece, porque (...) é apenas a partir da década de 1980 do século passado que a “economia solidária” começa a aportar uma quantidade significativa de experiências no Brasil. No entanto, apesar do seu recente desenvolvimento, a “economia solidária” conseguiu agrupar, já a partir do início do século XXI, mais de vinte mil organizações, com as mais diversas características, como grupos informais, associações, sociedades mercantis de responsabilidade limitada, sociedades mercantis de posse coletiva, cooperativas, entre outras. Assim, definida como “conjunto de atividades econômicas — de produção, distribuição, consumo e crédito — organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras (Senaes, 2006, p.11)³³, a “economia solidária” representa atualmente um fenômeno econômico e social de significativa amplitude. (WELLEN, 2012, p. 21).

O autor explica que nos anos 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) — alinhado com projeto neoliberal que redesenhou um novo papel para o Estado e o limitou a tornar a economia nacional competitiva internacionalmente (voltaremos a esse assunto mais adiante) — se encontrou num contexto de crise fiscal; crise no modo de intervenção do Estado e de qualidades

³² Entre aspas porque o termo “não possui substrato teórico e político capaz de fornecer fundamentos de pesquisa precisos.” (Ibid.).

³³ SENAES – Secretaria Nacional de *Economia Solidária*. Relatório Nacional – Sies 2005/2007.

sociais referentes a um Estado de bem-estar social; crise de administração estatal burocrática, agravada pelo enrijecimento burocrático extremo da Constituição de 1988; e uma crise moral de legitimação política e de adaptação ao regime militar. Após um primeiro movimento (década de 1970) de valorização primária das terras rurais e implantação de infraestrutura (estradas vicinais, rede elétrica) orientada pela idealização da “abundância de terras” nas regiões de fronteira (...):

(...) ativou-se a valorização secundária pela incorporação de novos espaços ao mercado de terras e pela aceleração dos processos de compra e venda, obedecendo, em grande parte, a uma **lógica análoga à dos mercados financeiros**, ou seja, acrescendo juros à renda capitalizada que regula normalmente os custos do capital fundiário para empreendimentos produtivos. Isto posto, **a partir de 1996, o Banco Mundial passou, no Brasil, a dar maior prioridade à política agrária**, alegando que a distribuição desigual da terra e a falta de investimentos privados em áreas rurais seriam responsáveis por restringir as taxas de crescimento econômico. **As novas políticas propostas pelo Banco pretendiam então “colocar em ordem a posse da terra”**, através de levantamentos, mapeamentos e cadastramentos, organizando os negócios, reduzindo o caos e fazendo funcionar o mercado de terras (Rosset, in Martins, 2004, p.18³⁴). Além disso, os programas da chamada “reforma agrária de mercado”, iniciados no **governo Fernando Henrique Cardoso**, atuaram no sentido **de despolitizar o campo**, desmobilizar os movimentos envolvidos em conflitos agrários e transferir a questão da terra do reino da política para o **reino do mercado** (Rosset, in Martins, 2004, p. 24). **Nos anos 2000, com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro**, os grandes imóveis rurais passaram a ser objeto de transações comerciais envolvendo também agências imobiliárias transnacionais. Apesar da persistência da grilagem, a demanda predominante passa, a partir de então, por **circuitos mercantis**, concorrendo para um aquecimento inédito do mercado de terras. (ASCELARD, 2010, p. 16-17).

O projeto neoliberal justificou a necessidade de implantação de reformas no Estado, com argumento fundamentado na “tese da existência de uma grande crise no Estado brasileiro que o impossibilitaria de permanecer com a manutenção de altos índices de gastos sociais, sendo preciso uma reestruturação no seu arcabouço e funcionamento.” (PEREIRA, 1997³⁵ apud WELLEN, 2012, p. 35). O autor entende que os defensores do projeto em questão mistificam sobre uma alternativa ao sistema capitalista tendo por meio de exemplos de experiências em sociedades socialistas, desconsiderando as particularidades dos diferentes contextos históricos e realidades concretas.

³⁴ ROSSET., Peter O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial, in Martins, Mônica Dias (org.) O Banco Mundial e a Terra – ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia, Viramundo, São Paulo, 2004.

³⁵ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil*. In: Anais do Congresso da Associação Internacional de Ciência Política – IPSA. Seul, agosto de 1997.

Sustentados por um discurso de “sensibilização do capital às variáveis do local” e de um falso senso solidário das “sinergias coletivas” atribuído às populações de baixa renda monetária, o viés teórico deste “tecido socioprodutivo” “acaba por subestimar os enormes limites colocados à regulação local” (BRANDÃO, 2012, p. 39). Este projeto neoliberal, o qual o microcrédito rural pertence, se apresenta como um processo coercitivo e de dominação, devido a concorrência assimétrica que os sujeitos sociais (agricultores familiares) enfrentam nas hierarquias inter-regionais, permeados pela figura do atravessador, que faz a mediação do escoamento da produção para as indústrias de beneficiamento de Oriximiná. Portanto, as abordagens localistas que valorizam uma “economia solidária” e o microempreendedorismo são insuficientes para lidar com questões políticas (e não meramente técnicas) que garantem a condição de subalterna de diversos grupos sociais.

2.3

Planejamento e Dinâmica Territorial

Carlos B. Vainer (2007) entende que o planejamento territorial no Brasil como uma trajetória não-linear de um processo desconstituição (política, intelectual, institucional e operacional) através de vetores do processo de fragmentação territorial que objetivavam o ordenamento territorial, todavia, toraram-se órgão esvaziados de função e sentido a saber, “grandes projetos de investimento (GPIs), neo-localismo competitivo e o velho regionalismo, com suas redes de clientela-patronagem.” (Ibid, p. 9). Como exemplo, temos a Sudam, a Sudene e Sudeco. O autor traçar os anos 1960 e 70 como marco histórico para o debate, pois foi neste período que as lógicas de expansão do capitalismo periférico submeteram o território nacional à lógica desenvolvimentista. Como já foi dito, os anos 1980 foi marcando por uma longa crise para os países da América Latina, que tiveram de se compromissa com o ajuste estrutural caracterizado pela adesão às diretrizes do Consenso de Washington (VAINER, 2007, p. 10). Percebemos, então, que, assim como o microcrédito, a temática do planejamento territorial compõe (e impõe) um receituário de ações que visa uma resposta às práticas do capitalismo predatório, sem problematizar as estruturas da acumulação flexível do capital e a competitividade locacional entre territórios (grifo nosso). Apesar deste

contexto, o autor reconhece a importância do momento de “urgente recomposição teórico-conceitual, política e cultural” do conceito de território para esboçar uma agenda nacional com novos horizontes de políticas territoriais adequadas à realidade brasileira “carente de agentes ou coalizões políticas e sociais expressivas capazes de vocalizar qualquer projeto nacional digno desse nome.” (Ibid.).

Hoje, a desconstituição parece atualizar-se numa espécie de conformada aceitação da fragmentação territorial que consagra a acomodação subordinada às formas contemporâneas da globalização. A contrapartida ou compensação parece ser bastante magra: uma integração continental que, a cada momento, se mostra condenada a levar adiante apenas e simplesmente a criação de espaços mercantis adequados às novas escalas e dinâmicas espaciais dos capitais transnacionais presentes *urbi et orbi* (à cidade e ao mundo, grifo nosso). (...) O contexto econômico, social e político, de um lado, e o campo intelectual, de outro, sugerem que o desafio é reverter tendências, desfazer consensos, desmontar certezas e buscar introduzir na análise dimensões e aspectos da realidade que normalmente são desconsiderados. Assim, talvez seja possível arejar o debate e escapar às mesmices do que, na falta de outro nome, poderíamos chamar de *ajuste urbano e regional*, mera adequação territorial às dinâmicas e fluxos dominantes. (VAINER, 2005, p. 10).

A dinâmica territorial econômica específica de cada território está intimamente relacionada ao contexto da dinâmica macroeconômica do processo de globalização. Como o elemento microcrédito rural se insere na elaboração de um tecido socioeconômico favorável à uma dinâmica territorial produtivista orientada para o acúmulo de capital? Este assunto está inserido na temática da “guinada territorial da economia global do modelo de desenvolvimento territorial na emergência de uma economia territorial pós-fordista.” (PECQUEUR, 2009, 81). As análises da geografia econômica contemporânea possuem “duas tendências distintas e até mesmo opostas” na relação paradoxal entre espaço e produção: uma que vai ao encontro de uma “uniformização das condições de produção” e outra que problematiza a complexidade da relação local/global no cerne da mundialização do capital e indicam a emergência de modelo dialético local/global.

Por um lado, a violência dos deslocamentos das empresas em busca de espaços onde os custos de produção são mais favoráveis, no bojo do atual processo de globalização – entendido no sentido da interconexão simultânea dos mercados em escala planetária. Esta tendência parece confirmar o fenômeno do adensamento da rede de interdependências financeiras e comerciais envolvendo nações e regiões. A globalização considerada como uma dinâmica homogeneizadora, insensível a nuances, aponta no sentido de uma *visão de mundo* onde as particularidades seriam eliminadas. (...) Por outro lado, entretanto, as análises da evolução do capitalismo têm revelado a complexidade envolvida na imbricação dos níveis “local” e “global”. (PECQUEUR, 2009, p. 79-80).

O novo processo de acumulação capitalista da economia mundial emergente demonstra “tendência à internacionalização das trocas, a reterritorialização das indústrias e a descentralização do Estado” (VERDI & PIRES, 2008, p. 33) gera novas dinâmicas territoriais econômicas e estratégias de agrupamentos de empresas. Essas empresas se transformam em agente institucional responsável por: dinamizar a economia local (mediando as expectativas dos atores locais/regionais); pela interação entre outros membros; e pela liderança de uma rede para viabilizar a troca de informação, inovação tecnológica e gerencial para o alcance do desenvolvimento territorial local, atendendo as especificidades da demanda mundial dos mercados (Ibid.). Basicamente, oito conceitos se relacionam e fazem a mediação dos enfoques localistas do desenvolvimento: Governança e Governança Territorial, Dinâmica Territorial do Desenvolvimento, Densidade Institucional, Inovação e Inovações Coletivas Territoriais, Cadeia de Valor e Desenvolvimento Territorial (DALLABRIDA et. al, 2004, p. 12).

Permeada pela racionalidade econômica, a “economia mundial emergente pode ser vista como um mosaico de regiões e localidades produtivas especializadas: cidades mundiais, regiões metropolitanas, distritos industriais, sistemas produtivos e pólos tecnológicos.” (VERDI & PIRES, 2008, p. 42). Essas classificações para a dinâmica territorial das localidades se inserem “nova organização em curso dos sistemas econômicos nacionais e locais”, e possuem algumas lógicas territoriais de regulação do desenvolvimento que, remetem a novos métodos e práticas das firmas no território que se iniciam nos anos 1980 a partir da constatação da importância dos fatores humanos e da relação positiva entre empresas (atores principais) e seu entorno. O discurso oficial (do MDA) para o desenvolvimento rural soa que o projeto é como um desdobramento do desenvolvimento urbano brasileiro, um produto da otimização das trocas e fluxos comerciais e de informação entre cidade e campo.

Quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade e por aí deixe de ser encarada como um “reservatório de mão-de-obra sobrando”. O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica

territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo. (ABRAMOVAY, 1998, p. 1).

Nesta classificação, o município de Oriximiná se enquadraria nos “sistemas produtivos”, devido especialidade produtiva de alguns gêneros comercializados nos mercados regionais, local e global, como o minério de bauxita, ouro, mandioca, castanha-do-brasil, produtos florestais não madeireiros. Esses sistemas são estruturas que buscam fomentar uma rede com uma concorrência para dinamizar certa produção e dotá-la de informações sobre demanda mais eficazes, inovação tecnológica, melhores oportunidades e investimento na inserção quantitativa e qualitativa de agentes locais. As transformações e as reconfigurações territoriais são determinadas conforme o nível de engajamento (ativo ou passivo), ancoramento territorial das empresas e as estratégias adotadas no processo de construção territorial do seu entorno, “participando elas mesmas da elaboração das externalidades que vão usufruir.” (VERDI & PIRES, 2008, p. 37).

Cada região compreende processos complexos de crescimento endógeno que se alimentam de processos similares de outras regiões e localidades, por meio de inúmeros elos que as conectam, gerando uma nova configuração de interdependências. **Nessa nova dinâmica mundial brotam processos e estruturas que apresentam questões novas como os Sistemas Produtivos Locais (SPLs), que demonstram imagens contrastadas e sugerem uma grande diversidade de situações.** Trata-se da permanência de uma representação de agrupamentos locais de empresas de pequeno tamanho, de espaços especializados de produtores de uma cultura industrial que marca as práticas e as mentalidades dos atores. (...) No Brasil, os SPLs passaram a ser conhecidos como **Arranjos Produtivos Locais (APLs)** e são geralmente considerados como instrumentos potenciais de ação, capazes de promover um novo ciclo de desenvolvimento descentralizado com ancoragem territorial local e regional. As definições variam, mas há muitas convergências entre os agentes envolvidos. (VERDI & PIRES, 2008, p. 43-44).

Apesar da prerrogativa teórico-metodológica de integrar qualitativamente as partes constituintes do território para forjar uma dinâmica voltada para o desenvolvimento territorial local, acreditamos que métodos de formação de circuitos espaciais de produção como o APL são importantes para traçar a dimensão da potencialidade dos mercados, todavia, conforme vimos no estudo da APL das Castanha-do-Pará (KRAG, 2014; 2017), não transcender os aspectos econômicos e por isso não podem modificar a generalizada estratificação de terra e dos mercados rurais, nem atribuir protagonismo aos agentes locais como produtores e produtoras (pessoas físicas), associações, cooperativas. Há de se

questionar, inclusive, qual a real autonomia dessas instâncias comunitárias, sua capacidade deliberativa e propositiva para sabermos se são formas eficazes de representação popular e de garantia dos direitos e interesses locais (não homogêneos).

A frequência do uso da expressão “desenvolvimento territorial” na literatura contemporânea indica e a revalorização interdisciplinar da dimensão espacial-territorial e a diversidade de tipologias e lógicas que concebem importância do local, da paisagem, do geosistema da dimensão das representações dos componentes territoriais como “instância do real cotidiano e das múltiplas facetas da identidade” (WACKERMANN, 2005³⁶, p. 10 apud PIRES, 2006, p. 155). Esses elementos são objetos da regulação do desenvolvimento territorial e reforçam a “lógica territorializada do crescimento e do desenvolvimento” e (PIRES, 2006, p. 156), que o concebem enquanto ação coletiva intencional de caráter local, específico e endógeno para conduzir de forma integrada a mudança, “capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária” através da governabilidade participativa que deveria envolver governos (federal, estadual e municipal), entidades de classe, ONG’s e lideranças comunitárias.

Segundo Scott (2003)³⁷, tratasse de enfocar a existência dos efeitos do impulso regional na divisão territorial (espacial) do trabalho como resultante da diferenciação das externalidades provenientes das aglomerações geográficas, que se constitui em possibilidade reais para as políticas e práticas de crescimento e de desenvolvimento viáveis, destinadas a reforçar as propriedades dos fatores que favorecem a produtividade das regiões e o bem-estar social nos países em desenvolvimento. (Ibid. p. 155).

O Estado, o mercado e a sociedade civil, quando integrados, seriam “os três agentes capazes de resolver os conflitos, a promoverem o território a assumir o papel de agente do desenvolvimento, e as mudanças espaciais” e de converter os territórios em atores coletivos e fontes de vantagens competitivas (Ibid., p.160). Infelizmente, desde a chegada da MRN o Estado e seus agentes têm atuação mínima no rio Trombetas, seguindo a tendência de termos planejamentos territoriais dinamizados por conglomerados financeiros alinhados aos ideais

³⁶ WACKERMANN, G. *Géographie du Développement*. Paris : Ellipses Édition Marketing, 2005.

³⁷ SCOTT, A.J. *La poussée régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en développement*. In : *Géographie, Économie, Société*, v.5, n.1, p.31-57, janviermars 2003.

desenvolvimentistas do capital e com agentes outsiders, que pouco podem contribuir para as problemáticas das populações.

As políticas públicas de desenvolvimento do território, antes a cargo do poder central, têm sido nesses processos, delegadas às suas coletividades territoriais e locais. Assim é que o “desenvolvimento local”, em teoria e na prática, vem substituir a regulação do desenvolvimento estatal e centralizador característico do período anterior. Hoje nos encontramos em uma nova onda de programas e projetos locais de desenvolvimento. A relevância dos fatores locais nas dinâmicas econômicas vem criar novas perspectivas de diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais. (PIRES, 2006, p. 160-161).

2.4

Para a crítica do conceito de Desenvolvimento

Utilizando como exemplo as desigualdades socioeconômicas geradas pelo agressivo fluxo de capital que veio a caracterizar a lógica circular e efêmera de Hong Kong — através de uma relação de onipresença que se organizam no espaço as atividades e os mecanismos da sociedade moderna — Chesneaux (1996) defende a ideia que a modernidade produz espaços “fora do chão”, surgidos do nada constituindo uma categoria geral da modernidade, uma situação de dissociação para com o ambiente rural, social, histórico e cultural, onde o ambiente real não representa senão uma “baixa prioridade”, num espaço despedaçado em função das prioridades circulatórias.

O espaço (dilatado, repetitivo e seriado) se decompõe, dissolve-se em proveito de sistemas que giram sobre si mesmo segundo sua lógica particular, que ela seja técnica, econômica, que seja da mídia. (CHESNEAUX, 1996, p. 22).

Já o tempo da modernidade, é ilustrado pelo viés do consumo, pelo “fastfood” que representa a soberania do ritmo que as inovações técnicas da agricultura e da criação industrializada exercem em detrimento do ritmo/equilíbrio/flexibilidade da biosfera e dos ecossistemas naturais em detrimento da complementaridade da produtividade agrícola tradicional. Para o autor, a urgência do tempo controlado pelo relógio (e não mais pelo sol) foi transformada em uma ideologia, pois “tudo concorre para a identificação da vida moderna com a ética do instante, o culto do descartável”; um tempo comprimido no imediato, completamente estranho às culturas não ocidentais, dos ameríndios,

dos melanésios, dos esquimós e dos negros, habituados com o tempo da vivência coletiva, da conquista social e construção cumulativa.

O espaço da modernidade e o tempo da modernidade se organizam em sistemas rígidos aos olhos dos quais a natureza, a livre abundância das espécies vivas, o funcionamento flexível dos ritmos biológicos naturais são cada vez mais desprezados, degradados e desqualificados. (CHESNEAUX, 1996, p. 26).

Buscando caracterizar o paradoxo espaço temporal da modernidade, o autor chama atenção para o fato de que o tempo se tornou um sistema dotado de lógica circular, onde – o tempo ‘real’ da informática não passa da projeção de condições preexistentes; ele reduz a realidade à pura e simples reprodução contínua da situação anterior. Sobre o intervalo espacial/temporal, escala, hiperespaço e novas tecnologias destaca-se:

À medida que se aperfeiçoam os aparelhos elétricos, o espaço e o tempo cessam de ser diretamente acessíveis às nossas percepções e ao nosso intelecto. **Perde-se a noção das escalas, das perspectivas, das referências, das dinâmicas.** O intervalo espacial, bem como o intervalo temporal, cedia espaço aos prazos, aos processos de latência e espera (...) o intervalo, porém, deu lugar à interface imaterial e maquinal, ao movimento recíproco das interferências imediatas, portanto à irresponsabilidade. As novas tecnologias da eletrônica e do espaço não intervêm somente para inverter a escala de nossas percepções, para deslocar nossas referências fundamentais, para subverter nossa relação com o global e o local. **Instauram uma relação de uma nova natureza (...) organizando segundo as hierarquias da distância e as articulações complexas dos eixos preferências,** elas agem através de um certo **hiperespaço** de acesso direto, instantâneo e generalizado. (CHESNEAUX, 1996, p. 29-30).

O autor constata uma confusão temporal e uma névoa espaço-temporal que degrada e decompõe a relação fecunda entre o aqui e o ali caracterizada por uma vida pessoal dividida em temporalidades múltiplas e conflitivas: a) tempo biológico; b) tempo comercial; c) tempo doméstico; d) tempo realmente livre. Tal “deriva espaço-temporal da modernidade” tem seu fundamento no pensamento científico, sendo:

O estar em mobilidade, a des-localização, o “fora do chão” uma transposição inesperada do princípio da “não localidade” da **física moderna**, que define o movimento mais ínfimo da matéria. Com a rigidez sequencial das programações temporais (...) o tempo das sociedades humanas alinhar-se-ia à a um tempo físico unidirecional. (...) um processo de **nomadismo intelectual, a evocar essas prestigiosas referências científicas para legitimar a relação nova que as sociedades da modernidade têm como espaço e com o tempo.** (CHESNEAUX, 1996, p. 39).

Conclui o capítulo indagando: Como encontrar o domínio do espaço? Como resistir à deriva do “fora do chão” e à banalização planetária? Ressalta a

importância de explorar caminhos da “alternativa”, assim como os movimentos de levantes democráticos do final do séc. XX, que são movimentos de re-enraizamento local fundados sobre a recusa das lógicas globais.

Desde seu princípio, o conceito de sustentabilidade possui força política e propositiva, tendo em vista que consta em documentos homologados em condados europeus no século XIV. A estrutura básica do direito orientado pelas vertentes da sustentabilidade foi composta por cinco princípios: “(a) a descentralização política nas entidades locais; (b) antecipação à máxima capacidade do sistema natural local; (c) o controle sistemático quantitativo do consumo ambiental; (d) a propriedade de interesse da comunidade sobre a liberdade do indivíduo; (e) a otimização da utilização de terras escassas”. Quanto a quarta vertente (a propriedade de interesse da comunidade sobre a liberdade do indivíduo), o autor elucida um campo de disputa política onde, baseado na hipótese falsa da insustentabilidade da excessiva concorrência dos camponeses ao acesso comunal dos recursos, justificou-se a inserção do modelo de propriedade privada, sendo amplamente difundido com a institucionalização do Estado, que destruiu o mundo medieval e os senhores locais (responsáveis pelo direito da sustentabilidade) (MARQUADART, 2006).

Apesar de seu destaque do termo sustentabilidade nas últimas décadas, Marquardt (2006, p.1) em seu estudo sobre a história do conceito de sustentabilidade, nos revela que o conceito foi utilizado para justificar a “economia da escassez” como método de controle do volume da produção agrária sob a velocidade de reprodução dos recursos naturais dos bosques (propriedade senhorial e comunal) do sistema feudal europeu:

Após o grande desmatamento do século XII e o limite de capacidade de carga no século XIV, a cultura europeia manor-comunal estabeleceu um modelo de sustentabilidade adequado a um sistema sóciometólico baseado na energia solar com os elementos do descentralização em entidades locais, a antecipação do limite superior do sistema natural local, o controle sistemático do consumo ambiental e a otimização do uso de terras escassas. Esse sistema operou até a dupla revolução industrial ilustrada por volta do ano de 1800. O sistema social-metal do século XIX tentou existir sem sustentabilidade, mas esse princípio foi redescoberto nos anos noventa. (Ibid.).

A Revolução Industrial é um importante marco na história da sustentabilidade, tendo em vista que, progressivamente, a transição de um sistema produtivo com fonte de energia solar regenerativa (lenha) para um sistema pós-agrário com energia não renovável (energia fóssil do carbono de pedra, posteriormente, petróleo), pôs as sociedades num “becos sem saída” ao ter como fundamento o consumo de recursos finitos e que se demonstraram extremamente danosos aos sistemas naturais. Tal caráter das economias fisiocráticas e liberais, teorizadas a partir de uma perspectiva newtoniana de mecânica da natureza, configuraram um ‘direito natural’ com um caráter social-newtoniano, muito criticado por ser reducionista. (MARQUARDT, 2006, p.18). Outro importante marco histórico para o redescobrimento do sentido da sustentabilidade como parte do direito internacional e constitucional foram os movimentos ambientalistas que trouxeram a preocupações com o futuro do desenvolvimento global e ganharam destaque na Conferência Rio-92.

Ruy Moreira identifica uma nebulosa ambiental (imperceptível ao senso crítico do movimento ambientalista), onde estaria sendo forjado um capitalismo ecológico, caracterizado por regulações ambientalistas dos usos dos recursos naturais e do conhecimento tecnológico que não rompam com a existência da propriedade privada, logo com a lógica da lucratividade capitalista. Ao propor um estudo sobre a matriz ideológica da sustentabilidade nos anos pós década de 70, Moreira (2004, p.198) elucida que:

(...) sua qualificação histórica em uma ordem capitalista, que impõe à sustentabilidade um planejamento e um mercado, ou seja, tende a condicionar a sustentabilidade às disputas políticas do planejamento e às competições técnico econômicas do mercado. (MOREIRA, 2004, p.196).

O pressuposto de um desenvolvimento sustentável conduzido por agentes econômicos e pelo direito privado assinala um processo onde a racionalidade econômica gerou uma corrida desenfreada das forças produtivas, ignorando as condições ecológicas da vida no planeta e conseqüentemente gerando a devastação da natureza, transformação e destruição de valores humanos, culturais e sociais em detrimento de um sistema ecológico que dê suporte físico e para o sistema produtivo hegemônico (LEFF, 2001, p.83-84). Uma nova racionalidade ambiental se fundaria numa nova ética (imprescindível a qualquer sistema

econômico) que se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza, incorporando as bases do equilíbrio ecológico como norma do sistema econômico e condição de um desenvolvimento sustentável. Os excessos cometidos pela crescente tecnologização da sociedade resultaram, no fim dos anos 60, numa crise ambiental e paralelamente na ascensão de movimentos sociais que clamavam pelo rompimento dos valores do progresso a todo custo, baseado na acumulação de capital e na centralização do poder do Estado; emergindo, assim, uma nova consciência sobre os limites do crescimento, desmascarando o mito do desenvolvimentismo. (LEFF, 2001, p.85-88).

Sobre o conceito de desenvolvimento, João Rua (2007¹, p. 144-145) contribui ao nos trazer o entendimento que este compõe, juntamente com modernização e a ocidentalização do mundo, uma tríade de termos intercambiáveis que têm marcado o movimento do todo social como projeto hegemônico civilizatório (imposto a todos os quadrantes do mundo) no Ocidente. Como marco histórico, o período pós Segunda Guerra Mundial caracteriza-se pelo modelo keynesiano de política econômica, que busca um desenvolvimento econômico e a prosperidade material para os países “atrasados” a partir de uma industrialização autoritária. Desta forma, o autor destaca três importantes teorias que fundamentam o modelo econômico hegemônico: a da modernização, da dualidade estrutural e da dependência. A primeira “procurou estabelecer as bases de uma evolução por etapas, para tais países, rumo ao modelo representado pelos países desenvolvidos”; a segunda: realçou os contrastes internos desses países “atrasados” em que setores arcaicos resistiam à modernização e a terceira “procurou uma tentativa de articular uma reconceitualização de região subdesenvolvida e de uma estratégia autogerenciada de articulação com a economia internacional” (Ibid.). O autor destaca a necessidade de “pensar o desenvolvimento em termos de discurso historicamente construído, mantendo o foco na dominação (...) e, ao mesmo tempo, explorar as condições e efeitos de tal desenvolvimento em termos de intervenções culturais.” (RUA, 2007¹, p.146).

Elias Lopes de Lima (2014), ao tratar sobre gênero de vida e meio técnico-científico informacional, tendo como fonte as noções de Max Sorre, interpreta o conceito de gênero de vida como:

Intervenções de determinados grupos humanos no “meio geográfico” por intermédio de práticas e recursos técnicos peculiares à sua reprodução. (...) podemos considerá-los como a expressão geográfica de uma intersubjetividade corporificada, concernente aos grupos humanos por ocasião da objetivação de um conjunto de fenômenos geográficos. (...) **Um gênero de vida supõe efusões subjetivas comuns entre os indivíduos que conjuntamente o exercem.** Ele requer o partilhamento de experiências afins e, portanto, o estabelecimento de um mesmo horizonte objetivo acerca dos fenômenos, sobretudo, fenômenos geográficos. **Essa dependência mútua entre os indivíduos reponde pelo caráter coletivo do gênero de vida, uma exigência fundamental que o diferencia de outros grupos humanos com outras técnicas, outras instituições culturais, outros *habitus*.** (LIMA, 2014, p.278-279)

Em seguida, ao discorrer sobre e a importância da relação metabólica, dirá que o fenômeno técnico:

(...) para além da mera capacidade instrumental dos grupos, seu aspecto relacional, de modo que os mesmos se confundem com o próprio meio gênero de vida praticado; (...) sendo este caráter relacional (dependência mútua), substrato de uma consciência acerca das transformações impetradas que, em um ciclo ininterrupto, subsidia e garante a continuidade da própria relação metabólica. (LIMA, 2014, p.278-279).

O autor entende o espaço geográfico como produto e produtor social do sujeito transformador das estruturas materiais, um produto da práxis que se encontra reificado mediante as condições histórico-materiais de existência. Logo, em um meio geográfico cada vez mais complexo, os espaços geográficos comportam distintos grupos e gêneros de vida que:

(...) passariam a ser trespassados por verdadeiras linhas de forças de conteúdos variados, demandado um conjunto de relações assimétricas de poder, cujos polos dominantes são exteriores à sua tradicional plataforma de reprodução, redimensionando, por fim, essa reprodução.” (LIMA, 2014, p. 280).

Ao propor um entendimento para os padrões atuais que transcenda a noção funcionalista clássica da regionalização lablachiana (onde os limites dos modos de vida são atribuídos a elementos naturais dos domínios) o autor atribui a necessidade da análise multiescalar, tendo em vista o crescente avanço da sociedade moderna urbano-industrial, da circulação de bens, de capitais e a expansão das contradições do modo de produção capitalista a uma escala global (LIMA, 2014, p.279-280). Dessa forma, o autor constata:

Se de fato é a interdependência entre um meio geográfico e o gênero de vida que determina a estabilidade deste último, como sustenta a leitura tradicional, supõe-se que a crescente velocidade, fluidez e inconstância das relações características do espaço urbano compromete a permanência dos gêneros de vida. (LIMA, 2014, p.282).

A concretude o espaço “garante uma permanência relativa aos gêneros de vida, ainda que sua forma-conteúdo passe a contar com o cruzamento de um sem-número de situações decorrentes de vetores externos à dinâmica localizacional” (LIMA, 2014, p.284). Todavia, atenta para uma plasticidade dos gêneros de vida, “que autoriza transformações em seu conteúdo objetivo: a vida humana, a medida que a atividade dos homens mude de dependência.” (Ibid. p.284). Esta passagem sobre ‘plasticidade dos gêneros de vida’ nos permite entender que a capacidade de constante adaptação e resiliência do componente étnico comum no baixo Amazonas é um importante fator de resistência da reprodução metabólica dos modos de vida das populações tradicionais que vivem em constantes tentativas de remoção e em contato com representações midiáticas (principalmente televisão) que deslegitimam o do modo de vida rural.

Os conceitos e teorias que defendem um modelo de desenvolvimento sustentável baseado em técnicas apropriadas às realidades amazônicas coligadas ao reconhecimento de suas territorialidades forjam uma noção de planejamento territorial para políticas públicas que busque a autonomia dos grupos étnicos através de seus saberes ambientais. O eixo das políticas deve estar alinhado com a possibilidade da existência de múltiplas sustentabilidades nos múltiplos territórios, que por meio de “uma construção de autonomia, um reforço da identidade, valorização de características culturais particulares, nas escalas nacional, regional, local e incluir as pautas das lutas sociais, como, por exemplo, “dos seringueiros e de Chico Mendes na Amazônia, e das quebradeiras de coco do Nordeste brasileiro” (RUA, 2007, p.13). Neste sentido, faz-se necessário fortalecer as organizações e movimentos sociais frente um modelo único de desenvolvimento homogeneizador, tendo em vista que o reconhecimento da identidade política, assegurou, do ponto de vista legal, a reprodução do modo de vida, através das reservas extrativistas. Para o autor:

Sustentabilidades têm uma âncora territorial muito marcante quando percebidas como um processo pelo qual as sociedades, integradas a escalas variadas, superpostas, mas interatuantes administram suas condições materiais e imateriais, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam as suas diferentes formas de (re) construir e relacionar-se com o seu(s) território(s). **Não se aceita a ideia de sustentabilidade territorial, em que o conceito de território permaneça como algo fixo**, pré-delimitado e sem movimento, preso, fundamentalmente à visão normativa das malhas político-

administrativas e ao caráter funcional e mercantil hegemônico (RUA, 2007, p.12).

Enrique Leff (2009) definiu o saber ambiental como importante fator de integração entre o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida: Para o autor, vivencia-se um período racionalização crescente do conhecimento e à objetivação do mundo:

O saber ambiental é uma epistemologia política que busca dar sustentabilidade à vida; constitui um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade neguentrópica do planeta com a criatividade cultural dos povos que o habitam. O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo. O saber ambiental é uma ética para acarinhar a vida, motivada por um desejo de vida (...).

(...) a relação entre ética e conhecimento leva a incorporar valores dentro deste último e dentro das relações de poder no saber; a introduzir significados diversos na construção dos objetos de conhecimento, na orientação do saber, na legitimação e na validação de paradigmas de conhecimento, incluindo o registro dos interesses e sentidos do saber dentro de formas diferenciadas e antagônicas de apropriação do mundo e da natureza (LEFF, 2009, p. 18,20).

Logo, propõe uma pedagogia da complexidade ambiental, que “reconhece que apreender o mundo parte do ser de cada sujeito, de seu ser humano; essa aprendizagem consiste em um processo dialógico que transborda toda racionalidade comunicativa construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades.” (LEFF, 2009, p. 20). Quanto à legitimidade da complexidade organizacional e territorial do saber ambiental das famílias remanescentes dos quilombos do rio Trombetas, destaca-se, a importância do diálogo com as populações indígenas para a conformação do seu modo de vida e dinâmica territorial. Cabe, ainda, atentar para a importância do diálogo de saberes como método de compreensão da complexidade ambiental e para:

(...) mobilização dos atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um campo conflitivo de poder, no qual se desdobram sentidos diferenciados e, muitas vezes, antagônicos, na construção de um futuro sustentável” (LEFF, 2009, p.19).

Por ter em sua essência o autoritarismo hierárquico e o enfraquecimento político da sociedade civil, a racionalidade econômica historicamente demonstrou-se insustentável por estar intimidante relacionada com a lógica mercantil da globalização, que destituiu fronteiras locais, sobrepôs territorialidades e seus gêneros de vida ao se apropriar da natureza e extrair os recursos de forma

predatória. As leituras realizadas evidenciam a impossibilidade de termos um desenvolvimento sustentável pautado na propriedade privada no capital privado financeiro, sendo esta questão a principal problemática a ser questionada do discurso ambiental da sustentabilidade, que se apresenta como um importante fator político na nebulosa ambiental. Essa nebulosa, fruto da ausência de um pensamento complexo ambiental, deve ser combatida através de um novo paradigma para a racionalidade ambiental, onde prevaleça o respeito o diálogo de saberes. As políticas públicas para o desenvolvimento territorial devem estar contidas numa planejamento regional/nacional/internacional complexo, para que o salto escalar das comunidades (para além da escala do território) possa efetivamente transcender as amarras das relações de poder dos mercados locais, visto que o emprego de suas técnicas sóciometabólicas corroboram para a reprodução sustentável de seu espaço geográfico essencial à vida e de seu entorno. No que tange ao Pronaf B em Oriximiná, veremos no capítulo quarto os desafios para o alcance de uma política pública que não compactue com essa nebulosa ambiental.

Octavio Ianni (1993) defende a ideia que está em curso um novo ciclo do processo de ocidentalização do mundo originária na Europa e revigorada nos EUA (do interesse de grupos econômicos privilegiados) que tem como matriz base o liberalismo econômico e o contratualismo político. Este novo ciclo é caracterizado pela racionalização formal, pragmática, instrumentalista e tecnocrata do mundo, que desde o término da Segunda Guerra Mundial está inspirado nas seguintes precauções: “crescimento, desenvolvimento, industrialização, urbanização, modernização, racionalização, arcaico e moderno, periferia e centro, neoliberalismo, socialdemocracia, nova ordem mundial, fim da história.” O processo secularizado no cotidiano os signos, emblemas ou fetiches como: progresso; evolução; ordem e progresso; modernização; tecnificação; europeização; americanização; ocidentalização.

Aos poucos, as lutas sociais de trabalhadores e outros assalariados de cidade e campo, indústria e agricultura, concretizam-se em direito sociais e políticos, propiciando a institucionalização dos princípios da democracia, dos direitos de cidadania. Simultaneamente, ocorre a progressiva racionalização das organizações públicas e privadas, tanto econômicas e políticas como sociais, culturais, educacionais, religiosas e outras. (IANNI, 1993, p. 70-71).

O conceito de desenvolvimento está aliado à cooptação linguística do discurso de equidade social global no novo ciclo de ocidentalização, que tem o Banco Mundial como um agente percursor. Desde 1962, o BM decidiu entrar no campo de desenvolvimento educacional tendo como objetivo basicamente, ajudar os países periféricos a reformar e expandir seus sistemas educacionais, de tal maneira que eles pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico da divisão internacional do trabalho. Neste movimento, a língua inglesa, a mídia e os meios de comunicação em massa tem o papel de “reeducar” povos, nações e continentes. (Ibid., 1993, p. 72-73).

Sobre os conceitos de cultura e desenvolvimento Schech & Haggis (2002), encontra conexão entre os conceitos na forma de como o discurso do desenvolvimento é reproduzido e perpetuado por um contexto particular de cultura, que é o das sociedades Euro-Americanas. Distingue o desenvolvimento tido como processo de destruição de ciclos daquele tido como intenção (a noção estatal de tê-lo como potencial para a melhoria da humanidade num movimento linear); tendo como fundamento o iluminismo (razão e ciência), a modernidade e o “progresso”. Referenciando Colin Leys³⁸, destacam três possíveis razões para a intenção de desenvolvimento (maior produtividade) que os países colonialistas adotaram para implantar na economia de suas colônias:

- a) a orientação prática da teoria do desenvolvimento do pós-guerra, que focalizou a intervenção e a ação, ao invés de refletir sobre questões filosóficas;
- b) a tendência de tratar os estudos de desenvolvimento como ciência e ignorar questões políticas e históricas;
- c) a dominância no pós-guerra da economia keynesiana, que destacou o papel do Estado, e das agências internacionais de desenvolvimento, na promoção do crescimento econômico nacional (SCHECH & HAGGIS, 2002, p. 6).

Um dos problemas conceituais das teorias da modernidade seriam a dicotomia civilização/barbárie e a noção linear da história que justificou um ciclo padrão de desenvolvimento e a intervenção em países subdesenvolvidos. As autoras expõem o problema das formas de conhecimento e pensamento moderno e a repulsa e destruição com as formas “tradicionais”; assim como a dicotomização humano x natureza/ ciência x natureza. A hierarquização da cultura e das raças (inspirada pela teoria darwinista) teve espaço na antropologia e se materializou em métodos que não compreendiam as dinâmicas qualitativas das culturas. Dessa forma o homem branco de classe média é tido como portador da modernidade e do progresso, através do estado moderno e da construção de um sistema de poder

³⁸ LEYS, C. 1996: *The Rise and Fall of Development Theory*. Oxford: James Currey.

baseado num contrato racional entre o indivíduo livre e seu governo eleito, que passa a representar uma nação de indivíduo.

As teorias descolônias contribuem teórica e metodologicamente para a flexibilização do paradigma, do “rigor” científico; um fator importante na distribuição espacial das desigualdades técnicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Arturo Escobar (2005), ainda sobre o do período pós-desenvolvimento (termo utilizado pela primeira vez em um colóquio internacional em Genebra), tendo como premissa a afirmação de que a época que legitima o projeto de desenvolvimento teria chegado ao fim, conforme desenvolve seu trabalho visando explicar o surgimento da noção de pós-desenvolvimento, termo que gerou diversas reações políticas e acadêmicas, um debate dinâmico e fragmentado nos diversos campos das ciências sociais. Primeiramente, o autor identifica três momentos e orientações teóricas de destaque nos últimos 50 anos:

a) a teoria da modernização: onde protagonizou o discurso dos benefícios do capital, ciência e tecnologia; b) a teoria da dependência: que, nos anos 1970 questionando os valores modernos, destaca as condições de dependência externa e espoliação dos países subdesenvolvidos; c) aproximação da crítica ao conceito de desenvolvimento; tido como um discurso ocidental para políticas no ‘Terceiro Mundo’. “Os três momentos mencionados podem ser classificados de acordo com os paradigmas originais dos quais emergiram: teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas, respectivamente.” (ESCOBAR, 2005, p. 18).

Antes de listar os principais elementos da crítica pós-estruturalista, explica que a crítica não tem como objetivo buscar outra versão de desenvolvimento, e sim questionar precisamente as formas como a Ásia, a África e a América Latina passaram a ser definidas como “subdesenvolvidas” e, portanto, carentes de desenvolvimento (Ibid.). Essa questão tem como fundamento a crítica ao discurso do desenvolvimento que teve seu momento de ápice no período 1945-1960, quando ‘especialistas do desenvolvimento’ imprimiram esforços para construção da realidade do Terceiro Mundo. Este discurso se tornou força social e efetiva em escala global graças a um aparato institucional (Banco Mundial, FMI, ONU, agências nacionais) que transformou a realidade econômica, social, cultural (exclusão de conhecimentos e vozes) e política das sociedades em questão. Dessa forma, tornou-se possível a sistematização de conhecimentos, práticas e projeto de intervenções particulares para os ‘problemas do subdesenvolvimento’. A nós,

interessa a perspectiva em que o desenvolvimento rural é tido nesse modelo; principalmente o crédito rural e as profundas transformações:

Nessa perspectiva, estratégias como "desenvolvimento rural", por exemplo, poderiam ser vistas como um mecanismo sistemático para vincular o conhecimento especializado em agricultura, alimentação, etc. com intervenções particulares (extensão agrícola, crédito, infraestrutura, etc.) que, mesmo quando parecem "o modo natural de fazer as coisas", resultaram em uma profunda transformação do campo e das sociedades camponesas em muitas partes do Terceiro Mundo, **de acordo com as diretrizes dos conceitos capitalistas sobre terra, agricultura, criação de animais**, etc. (ESCOBAR, 2005, p.19).

O pós-desenvolvimento é tido como um período histórico, caracterizado pelo descontentamento com o desenvolvimento no Terceiro Mundo; tendo como ideias principais.

A possibilidade de criar discursos e representações diferentes que não sejam tão mediados pela construção do desenvolvimento; portanto, a necessidade de mudar as práticas de conhecer e fazer e a "economia política da verdade" que define o regime de desenvolvimento; consequentemente, a necessidade de multiplicar centros e agentes de produção de conhecimento - particularmente, tornar visíveis as formas de conhecimento produzidas por aqueles que supostamente são os "objetos" do desenvolvimento para que possam se tornar sujeitos e agentes; duas maneiras particularmente úteis de conseguir isso são: primeiro, focar nas adaptações, subversões e resistências que as pessoas realizam localmente em relação às intervenções de desenvolvimento e, segundo, destacar as estratégias alternativas produzidas pelos movimentos sociais ao se depararem com projetos de desenvolvimento. (ESCOBAR, 2005, p.20).

No contexto intelectual dos anos 90 — palco de consolidações de tendências e campos de saberes (pós-estruturalismo, estudos culturais, étnicos, feministas, do meio ambiente) e formas de entender o desenvolvimento — autores pós-estruturalistas liberais e marxistas apontam a visão muito generalizada e essencialista dos frágeis elementos da ideia do pós-desenvolvimento: a falta de contato com as singularidades dos locais; a romantização das tradições locais; dos movimentos sociais e suas relações de poder; o enfoque na crítica ao discurso e a falta de atenção com a concretude do capitalismo e da pobreza.

O autor supracitado entende o período atual como de transição paradigmática e epistemológica, onde, perante o fracasso da resolução dos problemas criados pelos ideais da modernidade, os conceitos de desenvolvimento e Terceiro Mundo se mostraram como ferramentas para a violenta regulação socioeconômica de um mundo globalizado, alinhando com os princípios do

Estado e do livre mercado. Logo, a homogeneidade da modernidade é contestada por novas tendências e movimentos sociais, orientados pela noção de múltiplas trajetórias e experiências; conceitos que destoem da colonialidade e do imperialismo global.

Radomsky (2011) em trabalho que aborda o desenvolvimento, o pós-estruturalismos, o pós-desenvolvimento e atenta para a emergência de “modernidades” alternativas, elucida que o período — após o êxito temporário que os programas de investigação e de receituários tiveram nos anos de 1960 e 1970, a “década perdida” e a efetivação de princípios de governo neoliberais promoveram vicissitudes e desgastes à centralidade do Estado e à ideia de desenvolvimento. Todavia, o conceito possui resiliência perante tentativas de sua desconstrução no campo ideológico e das políticas públicas (agências nacionais e internacionais), por ser um recurso de poder e artifício para a manutenção do *status quo*. Dessa forma, se configura a proposta novo-desenvolvimentista, com um Estado não mais centralizador, protagonista, mas como importante articulador com os mercados globais. O rompimento com os velhos paradigmas associa-se a um “desenvolvimento com caminhos plurais, heterogêneos e com diferentes matizes.”.

Assumindo a premissa de que o neoliberalismo, a noção de ‘desenvolvimento’, ‘crescimento econômico’ e o conceito dicotômico de ‘progresso’ são símbolos de uma pretensa continuidade história da ideologia do iluminismo e das promessas emancipatórias da modernidade (liberdade individual e de iniciativas privadas); o desenvolvimento social tido a partir deste ‘crescimento econômico’ configura um ‘horizonte utópico’, palco da decadência social, desemprego, pobreza, degradação ecológica, etc. (DÁVALOS, 2010). O economista tece críticas às coordenadas teóricas e políticas do neoliberalismo (relacionadas com a contrarrevolução monetarista de Friedman e à escola de Chicago dos anos 50 e 60 do século passado) afirmando que atribuem ao mercado livre e ao setor privado, a condição de agentes hegemônicos na reprodução de poder e capital que deslegitimam modelos econômicos e sociais alternativos, como os que clamam pelas solidariedades coletivas, e pela intervenção substantiva do Estado na economia; centralizando as coordenadas políticas e do mercado.

O desenvolvimento, nos termos do ‘crescimento econômico’ neoliberal, se apresenta como discurso mentiroso de um projeto político e civilizatório fundado na ampliação das fronteiras da exploração, na degradação ambiental; tendo como função política gerar os consensos necessários para possibilitar a acumulação de capital. A fim de preparar terreno para repensar o desenvolvimento e suas alternativas, o autor aponta as cinco “cesuras, rupturas, interrupción y fissuras” (DÁVALOS, 2010, p. 4), processos produzidos pela retórica do discurso hegemônico que fragmentam o componente humano de sua sociedade, viabilizados através da violência.

Uma proposta alternativa ao conceito neoliberal de desenvolvimento seria o ‘Sumak kawsay, o buen vivir (DÁVALOS, 2010). Um conceito recente, proposto pelos povos indígenas da Bolívia, Equador e Peru que — propõe fechar as fissuras abertas pelo conceito neoliberal de desenvolvimento e crescimento econômico — e que busca transcender o Estado social de direito e o sistema capitalista; buscando reformular a produção de conceitos políticos e os conteúdos que fundamentam o contrato social e a sociedade em seu conjunto. Uma estratégia utilizada, em 2008, na elaboração da nova constituição da Bolívia (presidida por Evo Morales), assim como pelos indígenas no Equador na criação do Estado Plurinacional; que desafiando o espectro epistemológico do Direito Internacional moderno e o Estado-nação por atribuir poderes às múltiplas matrizes culturais desses países.

Um exemplo que indica um possível caminho para a dimensão deliberativa das famílias remanescentes de quilombos é o da a multicultural sociedade boliviana, onde os povos originários foram finalmente incorporados no plano político a partir da constituição de 2008. Dos 411 artigos que compõem a Carta Fundamental boliviana, 80 são destinados à questão indígena. A equivalência da justiça indígena à justiça institucionalizada; a garantia de representação dos povos originários no parlamento; a reorganização territorial do país, o que garante autonomia às frações territoriais (departamental, regional, municipal e indígena), cada uma delas podendo organizar suas eleições e administrar os recursos econômicos; e o reconhecimento dos direitos de família e propriedade de cada

povo originário, são alguns dos pontos essenciais do novo projeto constitucional. (AFONSO; MAGALHÃES, 2011).

3.

Produção do Espaço e Dinâmica Territorial Quilombola na Bacia do Rio Trombetas

O período que antecede a ocupação negra no Baixo Amazonas é marcado pela ocupação colonial em marcha acelerada pela pressão e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina e a distribuição de sesmarias pela Coroa nas freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Faro e Santarém, no final do século XVIII e início do XIX. Por volta de 1780, alguns sesmeiros iniciaram seus investimentos na economia do cacau e a criação de gado (em pequena escala). (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

As populações amazônicas sofreram fortes impactos no seu modo de vida, paralelamente às fases do capitalismo e sua expansão internacional, por isso, é pertinente manter a vista o horizonte macro das manifestações locais do movimento e fluxo do capital mercantil e depois financeiro. O caráter cosmopolita da burguesia e sua exploração do mercado mundial e seu contínuo revolucionar tem como consequência “o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as outras precedentes. Todas as relações cristalizadas são dissolvidas, e as novas formas envelhecem antes mesmo de se consolidarem.” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 60).

A produção capitalista ampliada à escala do mercantilismo (fomentada pela criação de necessidades): a) confronta diferentes espaço-temporalidades; b) desconsidera a pluralidade dos mundos; c) gera integração e fragmentação; tensões sincrônicas e diacrônicas, centrífugas e centrípetas; recorres e cíclicas; estruturais e históricas. A produção capitalista ampliada à escala do mercantilismo é uma espécie de holocausto, uma subordinação e destruição das diversas possibilidades da práxis humana modos de ser, coletividades, povos e culturas

indígenas. Este conteúdo é imprescindível para compreensão do período mercantilista na região do baixo Amazonas, pois os africanos vindos na condição de escravos eram extremamente importantes para o sistema produtivo escravista (IANNI, 1993).

A rigor, a história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização, da globalização do mundo. Um processo histórico de larga duração, com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação. Alguns dos seus centros históricos e geográficos assinalaram épocas importantes: Veneza, Amsterdam, Madrid, Lisboa, Londres, Paris, Berlim, New York, Tóquio e outros. Assim se caminha do século XVI ao XX, passando pelo mercantilismo, a acumulação originária, o absolutismo, o despotismo esclarecido, as revoluções burguesas, os imperialistas, as revoluções de independência, as revoluções socialistas, o terceiro-mundismo e a globalização em marcha nesta altura da história. **Mas cabe observar que o caráter internacional, mundial, global ou planetário do capitalismo (..) altera-se, conforme a época,** o jogo das forças do mercado mundial (IANNI, 1993, p. 55-56).

O constante processo de ocidentalização inserção de parcelas populacionais não cooptadas pelos sistemas formais não é um processo que flui tranquilamente, é múltiplo, complexo e contraditório (avancam recua, desvia, torce, retorce); e sofre resistência (principalmente na esfera cultural) porque povos, grupos, classes, nacionalidades ou sociedades não ocidentais continuam a produzir cultura, devolvem elementos culturais ocidentais com ingredientes nativos ou até mesmo originais, fazendo ressurgir diferentes significados e horizontes (IANNI, 1993).

A integração da economia cacauera no Baixo Amazonas como zona de produção do cacau no mundo colonial foi o fator responsável pelo dinamismo produtivo da região através da ampliação de terras agricultáveis, (inclusive para o arroz e algodão) e seu desenvolvimento acompanhava o crescimento da população escrava (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 44), estimulou o otimismo da administração portuguesa para criar bases de uma agricultura comercial de exportação no Estado do Grão-Pará, pois no período 1773-1782 o produto já se destacava entre os gêneros exportados pelo Estado. A baixa das produções das colônias francesas, espanholas no Caribe, e da colônia holandesa no Suriname, incentivaram a ascensão do cacau na Venezuela, no Equador e na Amazônia portuguesa.

Em 1788, “um grupo de 20 moradores, entre eles um não branco, havia adquirido 233 escravos, fazendo-se mercedores de datas de sesmarias nas margens do rio Amazonas, Tapajós ou Igarapés das vizinhanças das vilas.” (Ibid.); o plantador com menos escravos na região era Antônio João da Silva, que detinha 5 escravos na N.S. da Conceição da Vila de Santarém. O maior proprietário era Manoel Correa Picanço, que detinha 43 escravos na mesma freguesia. Em Santa Anna da Vila de Óbidos se destacava Constantino Marinho, com 18 escravos, e na freguesia de Santo Antônio da Vila de Alenquer, João Paes Pedroso, com 21 escravos (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 44).

O braço escravo importado combina-se com a forma de propriedade sesmarial para integrar os novos agentes do sistema de trabalho: o negro escravizado e o proprietário de terras e escravos girando sobre a produção de cacau. Essa construção histórica articula os fatos que convergem para a introdução da força de trabalho de origem africana no Baixo Amazonas. (Ibid., p. 47).

Ainda que os rendimentos fossem apreciáveis, a produção do cacau contou com imprevistos relacionados à sazonalidade da colheita, à variação de preços na concorrência do mercado internacional e com a mão-de-obra escrava, que se aproveitavam dos períodos de oscilações na economia cacauceira e instabilidade dos empreendimentos para organizarem a fuga do cativeiro. (ALDEN, 1974³⁹, p.44 apud ACEVEDO & CASTRO, 1998 p. 48). Apesar da dificuldade de estabilizar as bases econômicas para o crescimento econômico, em 1823, as regiões de Belém e de Santarém constituíam os semicírculos de povoamento mais organizados no segundo século de dominação portuguesa na Amazônia e continham, às vésperas da independência, 3.657 escravos, representando 13% do total da província.

O fim do sistema de sesmarias (1822) disponibilizou terras para as fazendas da Comarca de Santarém (elevada a essa categoria em 1831 por afirmar seu papel comercial no Baixo Amazonas com 2895 escravos) e proporcionou a dispersão de proprietários de terras que incorporaram outras culturas e espécies extraídas da floresta entre os gêneros exportados; estes proprietários foram recuperando timidamente a economia da região e incitou o governo imperial a instituírem a venda de terras para projetos (que não foram bem sucedidos) de

³⁹ ALDEN, D. *O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica*. Belém, UFPA/NAEA/FIPAM, 1974.

colonização branca estadunidense nas províncias, conforme a Lei de Terras de 1850. Este movimento permitiu a divisão de dois mundos “empenhados na sua negação recíproca no rio Trombetas: abaixo das cachoeiras o mundo dos brancos e do senhor, no alto das cachoeiras o mundo dos escravos fugidos.”.

O Baixo Trombetas entrou num ritmo de mudanças por força desse movimento de conquista de terras ricas em castanha e madeira. As terras às margens do rio Trombetas foram declaradas como referências na identificação e localização de **imóveis rurais** que, de conformidade com o decreto de 26/4/1865, obrigava o registro nos cartórios das terras transacionadas. Seus titulares passavam a ser comerciantes – antigos e novos -, sítiantes e fazendeiros das cidades próximas. **O movimento contribuiria à alienação de territórios ocupados e explorados economicamente pelos negros que desciam lentamente das cachoeiras. Com isto, ignorava-se o processo anterior de ocupação e seus atores.** (...) A situação que se avizinhava alterava praticamente sete décadas de existência em relativo isolamento (dos quilombos; grifo meu). **Foram a navegação a vapor, a livre navegação do Amazonas, a exploração da castanha e a proposta de ocupação e colonização que partia do mundo dos senhores, que marcaram progressivamente o ritmo de intromissão e de aproximação com os grupos do Médio e Alto Trombetas.** Na segunda metade do século XIX, os governadores instruíram e ordenaram a perseguição dos denominados mocambos. Estes eram considerados como ameaças à propriedade, organizando-se repetidas expedições de destruição. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 56-57).

3.1.

O processo de “corrida da escravidão” e a produção da territorialidade

Os quilombos (ou mocambos) da bacia do rio Trombetas (em especial os afluentes dos rios Ererpecurú, Curuá e Trombetas) foram criados (desde os finais do século XVIII) em diversos percursos e sítios por negros e negras vindo de África que, como forma de resistência o sistema de produção escravista, realizam fuga das fazendas de cacau e gado de Óbidos, Santarém e Alenquer, atividades que tiveram início por volta de 1780, até depois de 1840. Os primeiros documentos históricos que atestam a existência dos quilombos do rio Trombetas foram publicados no século XIX pelo governo paraense, militares que subiam o rio em diversas oportunidades de expedições punitivas e por missionários religiosos (que também serviam como emboscada) (ANDRADE, 1995). Durante os séculos XVIII e XIX, o processo de fuga individual ou coletivo acontecia em períodos de cheia (dezembro a maio), de festa (ciclo natalino e junino), que coincidem com o tempo de inverno e da castanha. Aproveitavam também de

momentos de convulsões políticas no período pós Independência, “no qual entraram em jogo confrontos partidários reinóis e nativos, assumindo a forma de uma luta de descolonização donde emergia, aparentemente em segundo plano, o conflito entre escravos e senhores.” (ACEVDO & CASTRO, 1988, p. 63). As autoras destacam a importância da revolta popular da Cabanagem para a produção de um “espectro de liberdade que se irradiou por todo o vale além das fronteiras nacionais.” (Ibid., p. 67).

A cisão no interior da classe dominante, remetida a reações nacionalistas e recolonizadoras, estava fundamentalmente radicada na divisão de interesses econômicos. Os exportadores ligados ao comércio português rivalizavam com uma camada ampla de pequenos e médios fazendeiros e comerciantes locais colocados à margem dos lucros da economia exportadora. A reação nacionalista recobria naturalmente a contestação social e o antagonismo entre senhores e escravos. Essas duas contradições fundiram-se progressivamente dando aos movimentos do período de 1831-1835, um caráter revolucionário. (...) Nas possíveis divergências (prós e contras) foram envolvidas de forma quase absoluta, todas as camadas da sociedade paraense. (ACEVDO & CASTRO, 1988, p. 69).

As fugas foram muito intensas e bem-sucedidas no período, fato que enfraqueceu por demais a continuidade do sistema produtivo escravista na região do baixo Amazonas. Os relatórios das expedições registram o desânimo e os lamentos das tropas e proprietários devidos tentativas frustradas de findar a organização e a produção do espaço quilombola.

O lamento do Sr. Pereira Macambira não era solitário. O editorial do *Baixo Amazonas*, do dia 8-01-1876 afirmava ser “**afetivo e verdadeiramente ameaçador em que vemos o direito de propriedade neste município**, relativamente aos escravos, que em grande leva abandonaram os seus senhores, para se refugiarem nos soberbos quilombos nos cercam. **Todos os dias registra-se umas muitas fugas de escravos, e de vez em quando uma leva de dez, doze, vinte e até trinta escravos. Todos os anos se repetem estas cenas e não vemos remédio para isso, ou meio para que possa impedir, sem que a ação da autoridade se pronuncie.** Se continuar a fuga de escravos em tão larga escala e com tanto desembaraço em pouco tempo os rios Trombetas e Curuá, terão concentrado em si todo o pessoal escravo do Amazonas e lugares adjacentes”.(APEP. Secretaria de Polícia da Província – série ofícios. Carta enviada por José Joaquim Pereira Macambira ao chefe de polícia, da Província do Pará, Hermogenes Socrates Tavares Vasconcellos. 17/12/1870. Caixa 4). (FUNES, 2000, p. 6).

Os altos cursos do rio Trombetas recebiam fugidos de diversas localidades do Pará, inclusive de Belém. O transporte fluvial era feito por canoas que furavam os igarapés e paranás em Num primeiro momento, os agrupamentos se concentravam nas proximidades da cidade de Óbidos. “Em 1821, Atanásio e os

remanescentes dos quilombos Inferno e Cipotema fundam uma comunidade no Trombetas, que, ao que tudo indica, teria sido a primeira a ser instalada neste rio.” (ANDRADE, 1995, p. 90). Não era incomum encontrar indígenas vivendo nos mocambos junto com os negros (FUNES, 2000). A longevidade dos populosos agrupamentos quilombolas está associada à incrível destreza das estratégias de fuga de seus membros.

(...) Todavia muitos chegaram o alto Trombetas, como: José Cândido, 50 anos, pescador. Pedro, 55 anos, lavrador. Francisco, 54 anos, lavrador. Antônia Maria, 60 anos, lavradora, todos africanos, e Samaria, 46 anos, natural de Santarém, filha de Antônia Maria, lavradora. Todos pertenciam a João Antônio Nunes, proprietário de Óbidos. (Inventário de João Antônio Nunes (1878) - Cartório 2º de Óbidos). (FUNES, 2000, p. 5).

Conforme o aumento da repressão, os quilombolas correram em direção às terras firmes na subida do rio Trombetas, onde optaram por duas principais rotas: uma rumo aos rios Cuminã e Erepecuru, e outra em direção ao alto Trombetas. (FUNES, 2000). Em 1835, concomitantemente com o movimento revolucionário da Cabanagem (1835-1840), a “Cidade Maravilha” foi o marco inicial da ocupação dos trechos encachoeirados do Trombetas (Ibid.). As águas bravas e as cachoeiras serviam como barreiras naturais que garantiam a proteção e o ganho de tempo para fuga das expedições punitivas. Estas, no contexto geral, tiveram muito pouco sucesso, tamanho o desafio de adentrar nas águas bravas e matas com tropas abaladas por mortes, doenças e desanimada pela complexidade da viagem. Por esse motivo, a “Mãe Cachoeira” foi a primeira base territorial e elemento muito presente e agregador da memória local até o tempo presente. Para os quilombolas, elas “formam cosmo onde as entidades mágicas vivem no remoinho ou turbilhão” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 94), para os missionários militares, religiosos ou cientistas as muitas cachoeiras em sequência representavam o terror, a cólera e o óbito, como foi para Henri Coudreau, explorador francês e professor na Guiana Francesa que “permaneceu durante três meses até seu fim trágico, pois faleceu antes de finalizar a expedição” (Ibid., p. 95). Em um dos documentos ele relata: “Os deuses protegem quem se arrisca a atravessar a floresta virgem.” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 95).

João Maximiano de Souza relatou a dimensão do “árduo encargo de comandar uma expedição ao rio Trombetas composta de 190 praças” em outubro

de 1855. Os homens tiveram de passar por quinze cachoeiras e por ilhas superpostas, e, apesar de conquirem fazer de prisioneiro um “preto escravo de nome Benedicto” — que lhes serviu de guia até o quilombo Maravilha (o mais antigo segundo a tradição oral e “comportava pessoal de ambos os sexos, superior a 70 negros”) e posteriormente se aproveitando “de uma noite de temporal, da confusão em que *estavão* os guardas evadio-se” (FUNES, 2000, p. 12) — o comandante não contava com a insubordinação, que culminou em sua derrota. “Depois dessa expedição, não se tem conhecimento de outras ao rio Trombetas, onde, em 1867, Frei Carmello Mazzarino esteve, mas não com o objetivo explícito de combater os mocambeiros.” (FUNES, 2000, p. 12). Porém, outra referência informa que em 31 de outubro de 1870, “o cônego Manuel José de Siqueira Mendes, no exercício de presidente interino do Pará, assinou a Lei nº 653” autorizando a destruição de todos os mocambos; a última expedição teria acontecido no verão de 1876 (DERBY, 1898⁴⁰, p. 369 apud ANDRADE, 1995, p. 87-88).

“Empenhado nesta viagem fui superando dificuldades, que a cada passo surgião para embargar-me o passo; via-me já a braços com a fome e com a peste, restava-me a traição enfrentar-se para me desanimar”. Fato que não o deixou a esperar. Numa das paradas para pernoite, foi notificado por um soldado, encarregado da ronda, que “muito praças formavão o projecto de abandonar-me e retrocederem para se recolherem a seus domicílios, distinguindo-se entre os sediosos os praças do batalhão de Obidos”. Ciente de tal ocorrência, mandou formar a tropa e intimou “aos cobardes que desejão voltar que dessem um passo a frente”. Se o capitão esperava que fossem poucos os “sediosos”, teve uma surpresa: 47 praças deram um passo à frente, sendo 32 de Obidos, 6 de Santarém, 9 de Vila Franca e ainda 1 de seus homens de confiança e de comando, o alferes Alvarenga, que deu “parte de doente”. A expedição sofreu uma baixa razoável de 48 praças. (FUNES, 2000, p. 11).

As pequenas habitações feitas de palhoças de palmeiras e cipó se aglomeravam em vilas em terra firme, longe do alcance das enchentes e, conforme a tradição da agricultura na Amazônia que é seguida até hoje, realizam sistema de roças em clareiras no interior da mata, configurando dois espaços de sociabilidade: um de moradia e outro de trabalho. A cozinha era espaço de socialização e da casa, composta por fogão de “terra compactada”. Usavam os óleos das sementes de “uixi-pacu” e “piquiá” para iluminação. Alimentavam-se de

⁴⁰ DERBY, O. “O rio Trombetas”. Boleim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia, Pará, Tomo II, fascículos J-4:366-82. 1898.

diariamente de pescado (que salgavam para conservar), batata doce, mandioca, arroz, café, carne e ovos de tracajá e tartaruga.

Em 1866, Frei Carmello Mazzarino esteve por 10 dias entre os quilombolas do alto Trombetas. Considerando a data e a descrição feita por ele, os mocambos visitados foram o de Colônia e do Campiche para onde aqueles se transferiram após o ataque da expedição comandada por Maximiano de Souza, em 1855. **Ali, esse franciscano encontrou "cerca de 130 pessoas**, além de índios que estão no meio dos pretos, os quais estão divididos por muitos lugares e em cada um achei uma linda capelinha onde praticão atos religiosos". (APEP. Fundo Secretaria da Presidência da Província, série ofícios diversos, 1860-1869. Ofício do Frei Carmello Mazzarino ao Presidente da Província, 15-01-1868) (FUNES, 2000, p. 7).

A bibliografia indica que os pretos comercializavam o excedente comercializáveis da produção agroextrativa com os regatões dos negociantes dos povoados, inclusive, “João Barbosa Rodrigues, em 1875, falava da tranquilidade com que os mocambeiros vinham a Óbidos, transitavam publicamente e tomavam a bênção de seus antigos senhores, e compravam o que era necessário.” (Ibid. p. 10). Ou seja, o movimento quilombola conseguiu se estabelecer e ser reconhecido em toda região. Apesar da relação conflituosa com a sociedade branca que buscava fazer valer o estamento da propriedade privada e da ordem, por outro lado, os quilombos e a relativa vulnerabilidade das populações isoladas não representavam perigo, e sim, eram vistos como uma oportunidade de bons negócios pelos regatões que adentravam o rio na busca de melhores preços pelos produtos da floresta.

Porque eles [os quilombolas] baixavam, indo lá. A senhora sabe, numa cidade num é tudo os brancos que é ruim. **Traziam seus moles de tabaco, quilo de farinha e aquelas verduras: macaxeira e jerimum.** Metiam naqueles canoão grande. E os outros patrícios também. Então, eles baixavam. Quando chegavam lá, em Óbidos, tarde da noite, que custavam [a chegar], já iam naquela casa certa. Batiam. **O branco saia, recolhia eles pro gabinete, fechava bem. E, quando era de manhã, mandava a rapaziada ir lá na canoa buscar. Agasalhava tudo: farinha, tabaco, tudo. Quando era de manhã, ele [o branco] avaliava o serviço dele [do quilombola]. E começava a pesar o açúcar, o café, o paninho pra roupa, munição, anzol, linha. Arrumava tudinho pra eles.** Quando era boca da noite, mandava os rapazes dele ir deixar tudo na canoa deles. Ajeitava tudo. Aí, quando era tarde da noite, eles abria. Já o branco mandava fritar, ou ajeitar a merenda deles da viagem. Arrumava tudo. Eles saíam, andavam. Prontamente, embarcavam e davam no pé. Vinham embora. Levavam pra eles e para os patrícios, que ficaram lá esperando. [Depoimento recolhido e, dezembro de 1989] (ANDRADE, 1995, p. 85).

O processo de ocupação dos trechos encachoeirados foi extremamente custoso demandou um conhecimento especializado de remo estratégias

“cachoeiristas” e manejo alternativo de espécies cultiváveis e extrativas. A produção e reprodução do espaço quilombola foi forjada meio à superação de vicissitudes e obstáculos presentes no cotidiano que definiram a originalidade do mundo social da ocupação predominantemente negra no médio e alto Trombetas. A forma de organização interna da dinâmica territorial, da economia doméstica, e da divisão do trabalho das famílias foram fundamentadas por intermédio da diversificação do trabalho agrícola, extrativista, domésticos (feitio de potes de cerâmica, redes, canoas) alternados no calendário agroextrativo entre “os roçados e as jornadas de coleta de castanha que organizavam o tempo interno cíclico que se entrelaçava com viagens ou contatos de comerciantes da cidade para realizar algumas vendas.” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 97).

A distância e as dificuldades para transpor esse espaço, com aquele meio de transporte, incentivaram para ocupar outros ambientes mais favoráveis. As cachoeiras foram um território importante para os negros contraporem-se ao projeto de dominação escravista racial. Embora tenha sido por curto espaço de tempo na vida do grupo, foi o suficiente para estabelecer bases sólidas nas relações sociais depois dos anos 1870. A unidade simbólica representada pelas cachoeiras continua sendo construída pelos descendentes. A cachoeira é Mãe – Mãe Natureza – na sua representação, e foi a fonte de sua existência. Hoje é reconquistada como símbolo pelo mérito de ter permitido a felicidade, num discurso que contém os elementos da utopia do negro no Trombetas. Essa mensagem de unidade e identidade étnica para esse grupo sintetiza uma retomada na memória. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 99-100).

Fica evidente que estamos tratando de vários agrupamentos que dominaram uma unidade territorial e se articulavam com outros quilombos, constituindo redes de informação e capacidade administrativa, estratégica, de reprodução e perpetuação do espaço é reconhecida em documentos oficiais. A complexidade sociometabólica e reprodução territorial e do grupo é flagrante nos relatos de organização hierárquica dos agrupamentos e de formação de lideranças em territorialidades. O já citado Atanásio, em alguns relatos, é reconhecido como governador, ou “o maioral” e até meio como “rei Atanásio” que teria regido um governo despótico e eletivo. Por outro lado, os documentos também registram outra versão dos que não se sujeitavam a poder algum após conseguir a liberdade: “cada um governa a sua família, e que como o proveito era comum viviam na maior união sem que até o presente tivesse havido um só caso de homicídio”. (João Barbosa Rodrigues. Rio Trombetas. p. 26.)” (FUNES, 2000, p. 8). Há também evidência de estruturação de poder no governo dos cabanos nas vilas do

Baixo Amazonas, que eram lideradas por um tal “*Preto Belisário* que comandava uma força de 300 cabanos, enquanto em Monte Alegre, no rio Curuá, era reconhecido um grupo de dois mil cabanos.” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 70).

Tavares Bastos, bem antes de Barbosa Rodrigues, em 1866, afirmou que os negros do Trombetas viviam "debaixo de um governo despótico e eletivo [provavelmente o dito Athanázio] com efeito eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e subdelegados são também electivos. Imitam nas designações de suas autoridades os nomes que conheceram nas povoações"(Bastos. A. C. Tavares. O valle do Amazonas. São Paulo: Nacional, coleção Brasileira vol. 106, 1866. p. 201.). Esses aspectos da organização quilombola denotam uma adaptação de modelos administrativos americanos. (...)

O fato de existir a "maior união", impedindo que houvesse "um só caso de homicídio", significava a presença de uma estrutura de poder que, mesmo diluída, administrava os conflitos internos garantindo o "proveito comum" e a "união", elementos indispensáveis à segurança e reprodução dessas sociedades. (...)

Mesmo que na segunda metade do século XIX tenha desaparecido a figura da corte, sua representação continua até os dias atuais nas manifestações culturais como o *aiué* e o *cordão do marambiré*, com os Reis de Congo, rainhas auxiliares, valsares, contramestre, onde a autoridade máxima está na figura do Rei de Congo. Um poder que poderia estar diluído entre os mais velhos, o que hoje é lembrado pelos remanescentes, que já não sentem o "*respeito dos jovens*". A autoridade de um idoso representava a de um pai. "Cada um manda em sua família". (Ibid.).

3.2.

Integração do quilombo na economia regional e as relações de patronagem na economia da castanha

Rosa Acevedo & Edna Castro (1998, p. 85-87) entendem que a ocupação negra no Trombetas exigem precisões em três campos, ou três momentos: (a) o primeiro referente ao domínio territorial, elaboração de uma malha intrincada de suas relações familiares, culturais e aperfeiçoamento dos saberes sobre a natureza, e ao adquirido reconhecimento das autoridades; (b) o segundo referente a percepção da reprodução quilombola, seguida de invisibilidade expropriadora, a desterritorialização dos quilombolas e ao discurso ideológico do não-trabalho e passividade do extrativismo; (c) e o terceiro que se refere ao “medo da escravidão e ao medo da liberdade”, ou à “profunda desconfiança em relação a sociedade envolvente”, que perdura até a atualidade.

Não podemos perder de vista que a ideologia racial, ou seja, a destituição da condição humana dos pretos e pretas que se perpetua nas camadas do espaço geográfico até o presente foi a base primeira para o violento e lucrativo sistema escravista que se perpetuou mediante a prática da invisibilidade que “persistiu como meio de realizar a ocupação e a colonização na avançada sociedade do mundo branco” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 88). O período anterior à transição do trabalho escravo para o trabalho livre (1870-1890) é marcado transformações materiais na dinâmica econômica e rearranjo da população no espaço na grande bacia hidrográfica do Amazonas que irão afetar diretamente a situação dos agrupamentos negros no Trombetas. Por exemplo a modernização de técnicas do maquinário a vapor e a metamorfose de Belém e Manaus consequente do lucro da renda da borracha. No campo político, acontecia a transição entre regimes de governo (monárquico ou republicano), no campo ideológico (nacional e internacional), emergiam o ideário de progresso (excludente) da civilização e:

(...) assuntos vitais como o trabalho livre e movimento abolicionista; sobre a questão da terra, do livre comércio e da navegação; discussões que diziam respeito a opções do tipo agricultura e extrativismo e/ou agricultura e indústria. (...) Como esse movimento irradia-se em direção ao Baixo Amazonas? E de que forma projeta-se nele a integração de grupos (índios e negros) e comunidades na órbita desse microsistema econômico e social? (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 102).

Após o relativo estancamento do crescimento da população escrava⁴¹ na maioria das províncias entre 1823 e 1854 o crescimento da população/trabalho livre mudaram os rumos da economia; e o resultado foi “a fusão num modelo econômico e de dominação político-social, expandido com as formas de produção extrativistas e articuladas às relações sociais de patronagem.” (Ibid., p. 104) que viera a findar na década de 1960. A região do rio Trombeta se destacava no extrativismo e beneficiamento de castanhas, óleo de copaíba, fornecimento de madeira com extrema contribuição da organização quilombola à economia regional. Os negros criaram um rede contato com os holandeses da Guiana, com os regatões e negociantes que comprovam “tabaco, salsaparrilha e castanha proveniente das regiões sob domínio dos ex-escravos” (Ibid., p. 110). Foi

⁴¹ O primeiro momento da Cabanagem e o segundo de abolição do tráfico de escravos em 1850; entre 1848 e 1885 a redução chegava era de 58% em Santarém. Óbidos mantinha o número mais elevado de escravos e toda a Comarca, embora acompanhasse a tendência ao decréscimo. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 105).

instalado um novo padrão de relacionamento e formas de controle que buscavam a institucionalização do mocambo que foi mediado pela igreja, porém, sem subverter a ordem racial. Ao contrário, foram interdidas as práticas econômicas da viração de tartarugas e corte de madeira.

A sociedade regional compartilhava do ideário do progresso no qual indígena e negro não se encaixavam ou apenas se incorporariam em situações precisas como peões, desqualificados e discriminados. (...) As decisões legislativas em matéria de emancipacionismo enfraqueciam progressivamente o poder econômico dos donos de escravos. A lei de 1871 (Lei do Ventre Livre de 28 de setembro) havia retirado da propriedade dos senhores de escravos no Baixo Amazonas, pelo menos 812 *ingênuos*, segundo o recenseamento da população em 1875. Frequentemente entravam em discussão ou em vigor, as determinadas leis de Locação de Serviços que regulamentavam contratos efetivados na agricultura com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições. (...) As leis de reforma do elemento servil e o processo de encaminhamento da abolição andavam paralelamente às preocupações com a reorganização do trabalho e do processo de formação de um mercado de trabalho livre no Brasil. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 112-113).

A economia da castanha ganhara novos agentes econômicos que promoveram o processo de privatização (compra, venda e arrendamento) das terras — fase que vai de 1885 até o primeiro quartel do século XX (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 132) — onde se encontravam os castanhais. De maneira generalizada, a primeira revolução industrial (1760-1860):

A emergência da propriedade privada instaura uma nova conotação do conceito de liberdade, que ficaria reservada a pequenos segmentos da sociedade, isto é, a um sujeito de tipo específico que se apropria dos excedentes produzidos, enquanto priva a maior parte de qualquer gozo de liberdade. (LIMA 2014, p. 259).

Os novos donos dos castanhais — eram famílias tradicionais da elite de Oriximiná e Óbidos, comerciantes locais com perfil urbano cuja base de acumulação provinha do comércio e transporte — integraram forçadamente a mão-de-obra negra e reorganizaram o trabalho, explorando as duras condições de trabalhadores e homens livres num sistema hierárquico de decisões unitárias, demarcado pelo monopólio da comercialização da castanha de suas propriedades e dependência estrutural dos negros que eram proibidos de comercializar autonomamente as castanhas coletadas. Era o momento incipiente da fase de transição entre o trabalho escravo/trabalho livre e de expansão da propriedade privada, que viera a sujeitar-los às novas condições de domínio da força de trabalho e apropriação da terra, sob o signo de um trabalhador “livre” para vender sua

força de trabalho e imerso de forma drástica numa relação sujeito-objeto que restringia sua capacidade de atividade e forças criativas através alienação material quanto ao significado do resultado do trabalho, que se complexifica com a expansão da divisão do trabalho.

A ideologia de valorização universal da propriedade privada solapa o trabalho, hipostasiando-o igualmente como equivalente geral na forma do trabalho livre, produto das transformações históricas que institui a sociedade burguesa. Essa generalização impossibilita a apreensão de determinados conteúdos acidentais da realidade objetiva, que seriam então reificados, privando o trabalhador de exercer seus próprios poderes essenciais, isto é, sua qualidade de agente criativo e transformador. Ao ser apropriado como uma propriedade, o objeto do trabalho contribui para a reificação do próprio trabalhador, colaborando para um estranhamento-de-si. (...) Uma vez que o trabalho se torna exterior ao homem, também o seu produto assume uma forma que lhe é estranha; ou antes, o produto de seu trabalho não possui uma forma, não é um objeto, mas, sim, uma coisa (...) (LUKÁCS, 2003⁴², p. 201 apud LIMA 2014, p. 259).

O estreitamento da fronteira do universo dos negros e da sociedade do entorno acontece devido o fluxo de descenso das cachoeiras em busca de condições mais favoráveis de reprodução da vida, pelo extremo quadro endêmico que teria contribuído para a o declínio de diversas atividades produtivas no Baixo Amazonas, principalmente do cultivo de cacau (1889-1910); fato que levou várias famílias à falência. Esses acontecimentos corroboraram para a renovação da teia de domínio e controle das populações negras via relações de patronagem, ou relações de clientela. A alternativa econômica dos comerciantes e fazendeiros foi a intensificação do interesse no extrativismo da madeira e da castanha. Fato que gerou a natureza dos conflitos advindos da especulação da nova mercadoria em circulação, a terra, que ameaçava a permanência da territorialidade dos quilombos (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

Os antigos moradores do Médio e Alto Trombetas (principalmente das famílias que se fixaram perto de Oriximiná e foram mais cooptadas pela patronagem) passaram a figurar nos livros cartoriais de forma quase invisível e inseriram-se na estrutura jurídica que regulamentava a posse da terra. Alguns trabalhadores extrativistas tiveram o direito de permanecer na terra, reconhecido através de relações sociais que emergiram: ocupantes, agregados, sitiantes, posseiros, etc. Entretanto, muitas unidades familiares não se mobilizaram para

⁴² LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

buscar se enquadrar nas cláusulas jurídicas do direito burguês porque “a lógica desses grupos (ou de indivíduos) não estava pautada pelo título da propriedade privada, o símbolo da terra, mas sim pelo trabalho.” (Ibid., p. 134). A privatização das terras e o estabelecimento de relações de patronagem, onde os negros continuaram desenvolvendo com relativa autonomia a agricultura, todavia se endividavam com os patrões que detinham o monopólio da compra e do transporte das castanhas. A dependência gerou um de proteção paternalista que chegou a gozar da confiança de parte dos subordinados para com:

“(...) o patrão que era o padrinho, o prefeito, o amigo do padre, uma presença que parecia sobrepujante sobre os outros”. (...) No livro de 1928 lê-se 10 atas de batizados de crianças e adolescentes com adoção do nome desse patrão. Vários dos entrevistados nesta pesquisa têm esse nome patronímico emprestado do padrinho e protetor. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p, 130).

Esse sistema de exploração de castanha atingiu lugar proeminente na economia do Estado, dotando os coronéis de poder e influência na hierarquia fundiária local, muitos, inclusive, fizeram carreira política nas Câmaras Municipais de Óbidos e subprefeitura de Oriximiná (que foi elevada à categoria de Município em 1934) no contexto dos governos da “revolução” de 1930.

O coronel Costa Lima usufruía de suas relações amistosas e políticas com Henrique Américo Santa Rosa que estava à frente da Secretaria de Terras Públicas, e aquele lhe abriu espaço apropriado para a legitimação do seu projeto de grande proprietário de terras e de castanhais no rio Trombetas. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 144).

A ruptura e decadência da gestão patronal e a crise da economia extrativista foram motivadas por um processo de fragmentação na modalidade de domínio (comércio e transporte), consagradas no auge da economia da castanha. Novos movimentos de pretensos proprietários e interesses econômicos redefiniram a cadeia patrimonial em Oriximiná a partir da venda das propriedades para:

(...) empresas do Sul do país e multinacionais motivadas pelos resultados dos estudos de prospecção de jazidas minerais, realizados por órgãos oficiais em meados dos anos 60. (...) como foi o caso dos herdeiros de Raimundo Costa Lima que venderam todas as suas propriedades para a empresa Rio Xingu S/A. Do outro lado dessa teia, os negros castanheiros continuam a faina de cada safra seguindo padrões do trabalho extrativista. O produto da coleta não desaparece com a decadência da cadeia de patronagem. Recriam estratégias de resguardo da autonomia, legado das gerações passadas, ao mesmo tempo, em que reafirmam direitos comunais de ir e vir tecidos pela ancianidade. Reconquistam a liberdade de enveredar nos castanhais referidos em seu passado, temporariamente aprisionados na cadeia

patronal. (...) Do alto a baixo do rio, reafirmam o discurso que sepulta os símbolos mais evidentes da relação patronal. (Ibid., p. 192).

3.3

As famílias remanescentes dos quilombos

Foi exposto anteriormente no texto que as cachoeiras foram a primeira unidade territorial dos quilombolas e momento oportuno para desenvolverem uma intimidade seu entorno através de práticas e estratégias de sobrevivência, a identidade étnica (continuamente recriada) e o alcance de uma existência social estável com concepções de valores éticos e princípios comuns. Surge daí o “corpo de representações da vida coletiva” que se fortalece através de práticas coletivas essenciais para a divisão do trabalho socialmente necessário, e do senso de cooperatividade entre as famílias e “os domínios parentescos que constituem o epicentro das relações sociais no Trombetas que regem a formação de alianças e da autoridade no interior do grupo (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 120). O sistema vigente é matrilinear, qualificado por famílias chefiadas por mulheres em papéis de organização. O casal recém coligado, geralmente, se situa na unidade territorial familiar da matriarca e reproduzem essa matriz de organização familiar, ou doméstica (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

O descenso (...) foi acompanhado por uma nova estratégia de disposição no território em que grupos pequenos – **famílias nucleares** –, resultado de casamentos, acabaram interligando rios, formando posteriormente famílias extensas que fixaram residência em outras paragens. Na verdade, **a existência de novas necessidades do grupo foram resolvidas pela mobilização do espaço**. Realmente, essa necessidade e lógica de reprodução nesse território, em sentido abrangente, os levou a fixar **regras de uso e de apropriação coletiva, sob reconhecimento de regras fixadas pelo grupo**. Através das relações espaço físico/quilombola cria-se uma unidade onde o quilombo não é, como facilmente imagina-se, um aglomerado de palhoças, mas sim a condição e existência do escravo aquilombado; o espaço físico, somente, define-se como tal por essa presença. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 78).

As diferentes direções do deslocamento de grupos familiares no período pós-abolição configurou uma estrutura social de comunidades remanescentes de quilombos em toda a bacia do rio Trombetas que afirmaram seu sistema de representação territorial integrado a partir da efetiva utilização produtiva e habitacional dos agrupamentos residenciais; um sistema de uso concebido de uma

cosmologia não-dual herdado de seus antepassados que respeitava espaços estabelecidos conforme as regras de uso dos grupos. A produção do espaço, ou, a geografia da ocupação quilombola é constituída por um desenho de comunidades que formam um conjunto incrustado de sítios elevados às margens do rio Trombetas e de lagos adjacentes. O isolamento das unidades familiares da sociedade formal, a proximidade de núcleos familiares integra-se à lógica do modo de vida cooperativo das famílias rurais.

A tensão homogenia-heterogenia desdobra-se, por fim, na contradição identidade-diferença. A identidade surge da centralidade que emana do princípio da localização. A diferença, da alteridade que emana do primado da distribuição. A centralidade da localização produz a identidade. A alteridade da distribuição, a diferença. O princípio da localização trabalha a favor da identidade, enquanto o princípio da distribuição trabalha a favor da diferença, em suma. Também aqui a contradição segue uma clara evidência: a sutileza da homogenia do lugar, a sutileza da identidade, suprimindo a diferença: a transparência da heterogenia do lugar a cruza da diferença, suprimindo a identidade. Tal como nas contradições anteriores, a coabitação se oferece como caminho dialético. Nas sociedades mais antigas, diferença e identidade coabitam um mesmo espaço de vida. Nas sociedades modernas, a identidade suprime a diferença, agudizando a totalidade da tensão. O acúmulo das tensões pela violência da ideologização do espaço, atua como um mecanismo de efeito retardado nestas sociedades, num confronto de energia e generalização intermináveis. (MOREIRA, 2009, p. 7-8).

As proximidades entre as unidades familiares (distribuídas na bacia do rio Trombetas) formam um complexo sistema de organização social, um “universo mitológico” de aprendizagem (principalmente das crianças nas atividades cotidianas) acerca da territorialidade e de suas raízes culturais. A ruptura com as estruturas econômico-sociais do passado colonial determinou os ex-excravos ao modo de vida camponês agroextrativista do território de seu domínio (não formal até a Constituição de 1988).

Os **espaços da atividade econômica** são distinguidos pelo **domínio dos rios** como lugar da pesca e de acesso às áreas de coleta de castanha, madeira e outros produtos; e **da floresta**, como espaço de caça e de plantação de roças. (...) Em torno da casa, numa extensão da intimidade de cada família, encontram-se cultivos de **plantas de usos medicinais e mágicos**. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 154-155).

A divisão social do trabalho é definida pela família que organiza a gestão coletiva do trabalho, que é uma forma de racionalizar as forças produtivas e maximizar os resultados e superar os limites impostos pela natureza. Contudo, a organização do trabalho não se limita ao grupo doméstico, estando as forças sociais mobilizadas para suprir às exigências de subsistência da comunidade mais

ampla, inclusive, dispostas para o puxirum, mutirões (não remunerados) organizados para trabalhos na roça ou nos castanhais. A divisão social do trabalho por sexo é caracterizada pela complementariedade entre homem e mulher e “não identifica-se grande seccionamento entre trabalho masculino e feminino, embora o trabalho doméstico seja realizado basicamente por mulheres e as tarefas de derrubada na mata para plantio, por homens.” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 164).

A concepção que rege o modo de produção dos descendentes de quilombos é o uso comum da terra “definido nos cânones do direito consuetudinário” (Ibid., p. 157), garantido a través da identificação identitária e na preservação dos recursos. Portanto a concepção da territorialidade desse grupo não pode ser subordinada à lógica da propriedade e do privado que inviabiliza as modalidades de uso comum da terra das populações camponesas. No rio Trombetas, as populações acumulam um conhecimento prático eficiente em relação ao seu modo de produzir e viver pois são “portadoras de uma sabedoria que permite integrar sua ordem social à lógica da natureza” (p, 168). O regime do rio (e o ciclo das águas) é principal elemento que rege a relação sociedade com a dominância da concepção do tempo da natureza. Em contraste com a ordem dominante da sociedade de classes.

As águas cedem ou enchem, e o calendário agroextrativista dos trabalhadores negros do rio Trombetas realiza novo movimento. Essa sazonalidade identifica a plasticidade dos tempos da natureza, na constituição da vida. Nos meses de junto a agosto, descortina-se o tempo de trabalho intensivo na roça. De janeiro a maio, os castanhais do Trombetas são visitados, habitados pelas famílias que temporariamente o povoam e enriquecem por novos sons da coleta, da quebra das castanhas. Nos demais meses, outras atividades intercalam-se com a mais permanente no calendário anua, a roça. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 166)

3.4

Conflitos territoriais contemporâneos e luta pela titulação das terras

O período que sucede as relações de patronagem que findaram nos anos 1960 é marcado por novas investidas e pressões territoriais para as comunidades negras. A queda do sistema patronal nos castanhais e a venda das propriedades para empresas com interesse mineral esquadriharam uma nova concepção de uso da terra e novas relações hierárquicas de poder apoiada em uma concepção de

desenvolvimento territorial (alheio às heterogeneidades da região), agora com novos agentes multinacionais ou nacionais de influência (mineradoras, hidroelétricas e órgãos públicos de preservação ambiental). Para ser instalada na área que atualmente ocupa, a MRN desapropriou 90 famílias. (ANDRADE, 1995).

Na bacia amazônica, os depósitos de bauxita são associados à série Barreiras do Terciário, constituídos de arenitos, siltitos e, ocasionalmente, conglomerados. As lateritas são encontradas no topo dos platôs, fortemente dissecados pela erosão, remanescentes do Peneplano Terciário, que se estendem ao longo do lado nordeste do rio Amazonas, desde as vizinhanças de Oriximiná até Jardilândia, no rio Jari. Esses platôs são bem definidos, têm os topos planos, achatados, com altitudes entre 150 m a 200 m em relação ao nível do mar. (SALOMÃO, 2009, p. 13)

O discurso (produção de significados, “verdades” e poder) do desenvolvimento e da modernização, sempre em movimento, nos anos 1970, passa a ser dotado de uma “face humana”, a “revolução verde” teve um caráter instrumental (revitalizar indústria química pós-guerra) e simbólico (a criação de necessidades) e associa-se à teoria da dependência. Sua expressão na hierarquia econômica da troca desigual entre a matéria-prima produzida nos países subdesenvolvidos e os produtos industriais dos países desenvolvidos. Ao pensar a América Latina, Schech & Haggis (2002) reconhecem a importância de pensar seu desenvolvimento em espiral, para superar a hierarquia dos modelos técnico-científicos europeus:

O significado inicial da cultura para se referir ao cultivo de natureza foi estendido para se aplicar ao “cultivo da mente humana”. Durante os séculos XVII e XVIII, esse significado se enredou com o desenvolvimento das distinções de classe nas sociedades da Europa Ocidental, estabelecendo uma qualidade hierárquica para o termo entre as quais não eram. Em meados do século XIX, **a mudança de iluminismo de uma visão religiosa para uma visão secular da história humana havia se entrelaçado nos modelos científicos de evolução humana que fomentaram uma definição de cultura como o processo de desenvolvimento social.** Num contexto de avanço tecnológico e industrial europeu e expansão imperial, a ideia de cultura como desenvolvimento social baseou-se em modelos científicos de evolução humana para descrever uma **hierarquia de desenvolvimento cultural através de sociedades e grupos sociais.** (SCHECH & HAGGIS, 2002, p.29).

Buscando relacionar “conhecimento” e “poder” para afirmar que a cultura do racismo e da discriminação institucionalizada é oriunda da concepção de “outro”. Kamali (2007) expõe que o racismo é inseparável do iluminismo, da filosofia e da ciência, e que a civilização europeia precisou negligenciar toda

complexidade e heterogeneidade que o legado do “Oriente” agregou aos saberes para por em prática, de forma autoritária, seu projeto civilizatório:

Edward Said, em sua obra influente, *Orientalismo*, apresenta com perspicácia as políticas anti-islâmicas e coloniais ocidentais formuladas na tipologia do orientalismo e como ele foi usado como um discurso subordinado por parte dos ocidentais (Ibid., p. 43).

Paralelo a esse movimento, “o mundo branco” anunciara novas referências de conflitos e “formas mais violentas de dominação de suas terras de trabalho” através criação da Reserva Biológica do Trombetas (1979) “conscientemente ou não, a área é reconhecida pelos negros como rica em castanhais (...)” (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 193) que teve o acesso proibido (pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) para a atividade do extrativismo que foram “obrigados a empreender deslocamentos longínquos para atingir as áreas de coleta que exigia antes 1 ou 2 dias a remo nos locais mais distantes” e passaram a ficara a 4,5 e até oito dias de distância numa viagem à canoa. (Ibid., p. 178-179). A decisão unilateral do governo federal da efetivação da UC reverberou negativamente em todos os setores da sociedade e abalou financeiramente todo o município (principalmente entre 1983 e 1987) que adquiriu tendência à estagnação após ter sua economia agrícola e extrativa desarticulada. Em 1989, o governo Sarney criou a FLONA Saracá-Taquera, que reúne terras pretendidas para concessão mineral e está contida na lista das iniciativas de concessões minerais, florestais, e de aproveitamento hidroenergético que sobrepõe todos os territórios quilombolas e indígenas de Oriximiná, conforme atestam os mapas abaixo.

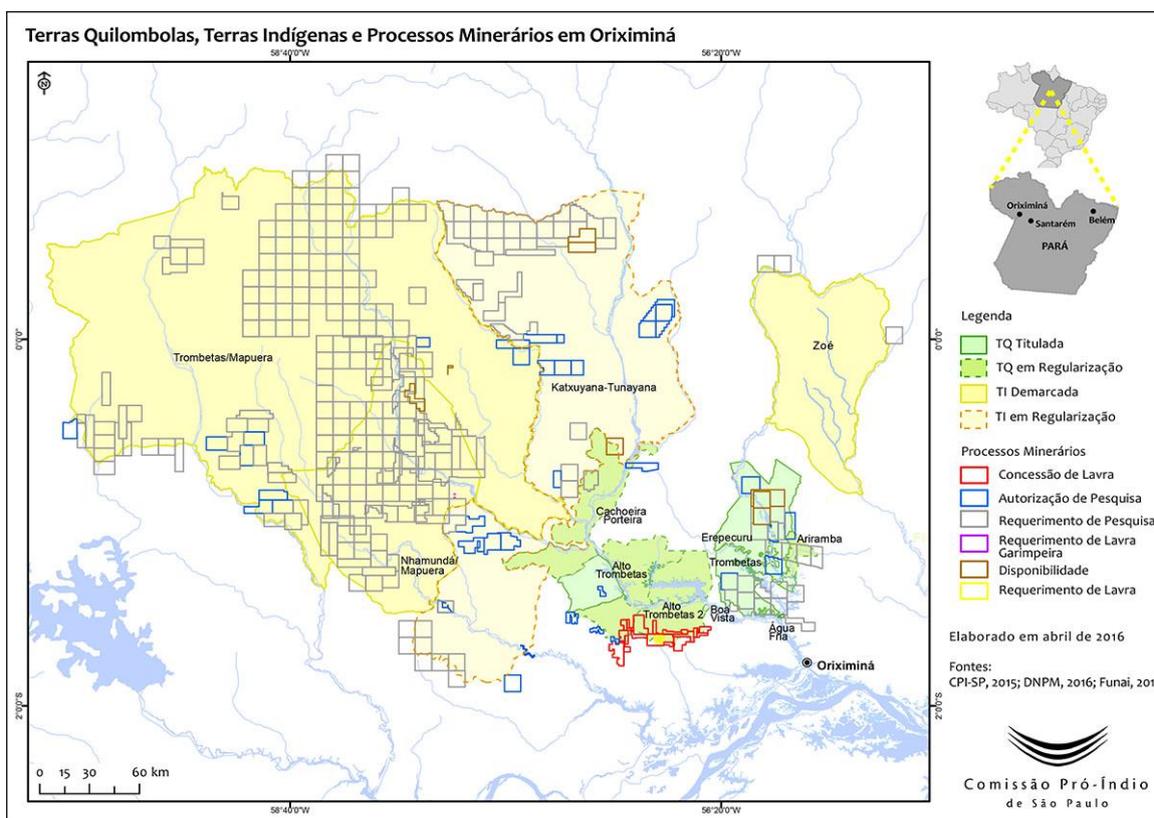
Assim, o que estaria ocorrendo na Amazônia a partir das demandas dos movimentos sociais, dos agricultores e pecuaristas e dos programas governamentais? Estar-se-ia diante de um grande processo de ordenamento territorial, de uma reforma agrária de novo tipo? Ou apenas da privatização de terras públicas que, mais uma vez, acabará por beneficiar os mais ricos, os grileiros e os latifundiários que terão legalizadas terras num contexto de consolidação do mercado de terras? Ou diante de um conflituoso processo de reordenamento territorial, com o reconhecimento de terras ocupadas por comunidades tradicionais, a redistribuição de terras a camponeses, a demarcação de áreas protegidas e, ainda, a legalização de grandes glebas como propriedades privadas, que resultaria numa Amazônia de imenso mercado de terras, áreas de concessão florestal e vastas áreas excluídas desse mercado, demarcadas como terras indígenas, reservas extrativistas e quilombos? (VIANNA JR., 2010, p. 86-87).

Quadro 5 Sobreposição terras quilombolas e unidades de conservação em Oriximiná.

Terra Quilombola		Área de Sobreposição com UCs (ha)		
Nome	Dimensão Estimada (ha)	Rebio Rio Trombetas	Flona Saracá-Taquera	Flota Trombetas
Alto Trombetas*	151.923	98.057	39.071	-
Jamari/Último Quilombo	138.822	97.037	39.041	-
Moura	18.491	-	18.431	-
Ariramba	23.418	-	-	10.046
TOTAL	332.654	195.094	96.544	10.046

Fonte: (ANDRADE, 2011, p. 15).

Mapa 6 TQ, TI e Processos Minerários em Oriximiná.



Fonte: CPI-SP.⁴³

⁴³ In: <<http://cpisp.org.br/publicacao/mapa-interesses-minerarios-em-terras-indigenas-e-quilombolas-em-oriximina/>>. Acesso em: 10/12/2018.

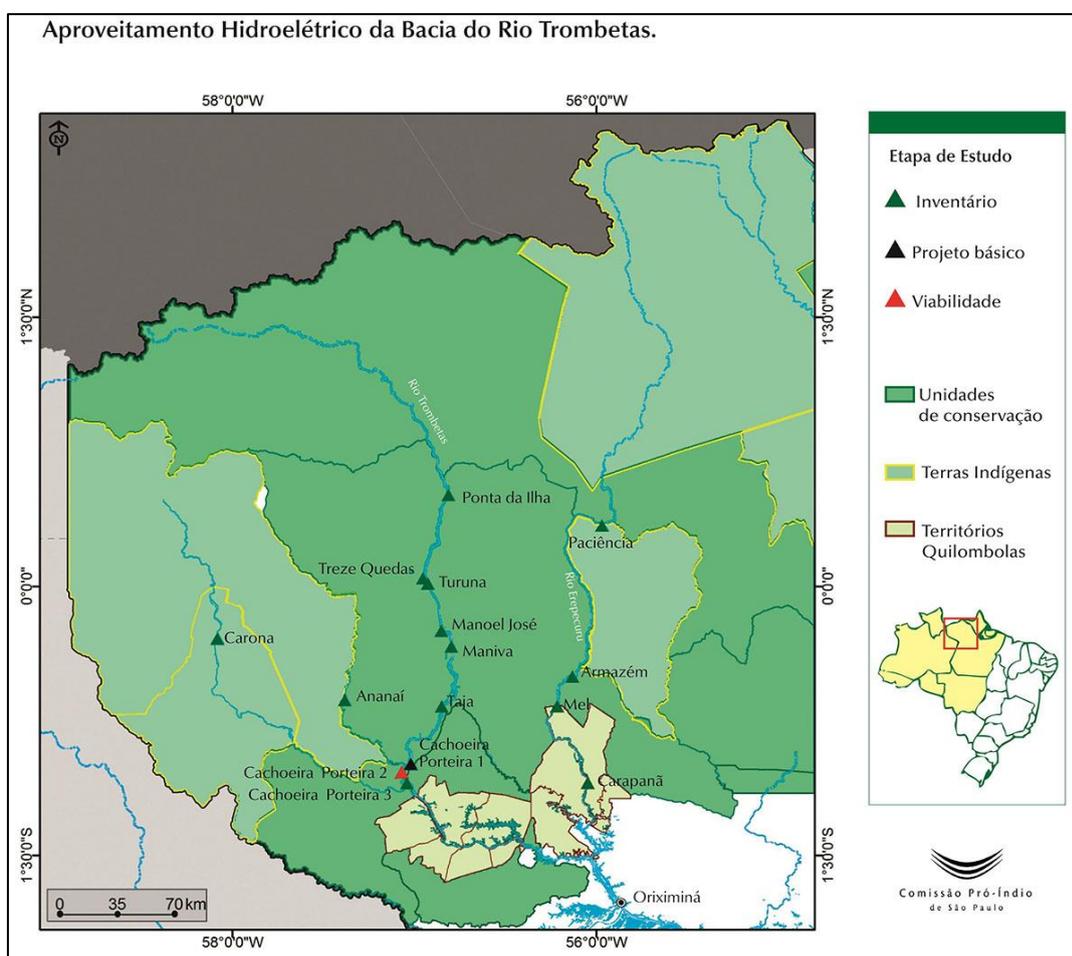
Quadro 6 Processos minerários em terras quilombolas.

Terra Quilombola	Nº de Processos	Área dos Processos (ha)	% frente à dimensão total da TQ
Água Fria	3	403,20	72,4%
Alto Trombetas	9	7.858,07	3,7%
Ariramba	9	17.692,96	75,6%
Erepecuru	48	140.093,94	64,3%
Jamari/ Último Quilombo	7	12.002,26	8,6%
Trombetas	18	62.264,58	77,0%
TOTAL	94	240.315,00	34,6%

Fonte: DNPM/CPI-SP

Fonte: (ANDRADE, 2011, p. 34).

Mapa 2 Aproveitamento Hidroelétrico da Bacia do Rio Trombetas.



Fonte: (ANDRADE, 2011, p. 34).

Quadro7 Titulares de processos minerários incidentes em terras quilombolas

Titular	Processos: fase e quantidade	Substâncias
Amazonas Exploração e Mineração Ltda.	Autorização de pesquisa - 6	Bauxita
Mineração Rio do Norte S/A	Concessão de lavra - 10	Bauxita
Vale S. A.	Disponibilidade - 33	Fosfato
Pará Metais Nobres Ltda.	Autorização de pesquisa - 1 Requerimento de pesquisa - 13	Ouro
BHP Billiton Metais S.A.	Disponibilidade - 2	Bauxita
Brasmdia Administração de bens, títulos e valores	Autorização de Pesquisa - 2 Requerimento de pesquisa - 1	Ouro
RBS - Redstone Mineração do Brasil Ltda.	Requerimento de pesquisa - 5	Bauxita
Posto Novo Progresso Ltda.	Requerimento de pesquisa - 4	Ouro
Pessoas Físicas	Requerimento de lavra - 2 Autorização de pesquisa - 1 Disponibilidade - 2 Requerimento de lavra garimpeira - 12	Bauxita Ouro

Fonte: (ANDRADE, 2011, p. 34).

O direito dos quilombolas à propriedade de suas terras está garantido pela Constituição Federal desde 1988 através do Artigo 68 que versa: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (SENADO FEDERAL, s/d).

As legislações estaduais são seguidas quando a titulação é conduzida pelo governo do estado. Atualmente, 10 estados. Os procedimentos para a titulação das terras quilombolas são orientados por legislação federal e também por legislações estaduais contam com normas próprias para a regularização das terras de quilombo: Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará (Instituto de Terra do Pará. Grifo meu), Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Na esfera federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão responsável por titular as terras quilombolas seguindo os procedimentos estabelecidos no Decreto Federal nº 4.887 de 2003 e na Instrução Normativa Incra nº 57 de 2009. (CPI-SP, 2015, p. 2).

Em 1989, a Procuradoria Geral da República firmou acordo com a ARQMO (com auxílio da equipe técnica da CPI-SP) que se responsabilizou à apresentar uma série de laudos periciais destinado a subsidiar as ações de titulações das terras ocupadas por remanescentes de quilombos de Oriximiná. O primeiro levantamento, da comunidade Boa Vista, foi concluído no início de 1994 (ANDRADE, 1995, p.81). Esse movimento mobilizou grupos que tinham se afastado da região e retornaram reivindicando a reintegração coletiva, ou até

mesmo títulos de assentamentos individuais, fato que demonstra diferenças e conflitos de interesse no processo (ACEVEDO & CASTRO, 1998 p. 10).

Apesar da morosidade do processo de demarcação e titulação das terras quilombolas, Oriximiná representa um marco nesta luta porque foi onde ocorreu a primeira demarcação que fez valer a nova determinação constitucional. A população quilombola chega a totalizar dez mil pessoas distribuídas em 37 comunidades na região. A pauta da titulação das terras move a luta social de indígenas e quilombolas que, quando necessário, articulam manifestações políticas na sede do INCRA em Santarém para cobrar agilidade nos procedimentos para a homologação das terras.

Atualmente, os quilombolas em Oriximiná detêm a propriedade de 361.825,48 hectares distribuídos por cinco territórios, onde vivem 25 comunidades. Esses cinco territórios representam 37,2% da dimensão total titulada no Brasil em nome de comunidades quilombolas e 57,2% da área titulada na Amazônia Legal. No entanto, 15 comunidades quilombolas em Oriximiná ainda aguardam pela regularização de suas terras. Os processos de titulação dos territórios Alto Trombetas, Jamari/Último Quilombo, Moura e Ariramba foram abertos pelo Incra e pelo Iterpa em 2004 e 2005 e envolvem uma área de dimensão estimada em 332.654 hectares. (ANDRADE, 2011, p.13, 15).

Quadro 7 Territórios Quilombolas em Oriximiná.

<p>BOA VISTA</p> <p>Titulada pelo Incra em 1995. Dimensão: 1.125,0341 hectares. Comunidade: Boa Vista</p>
<p>ÁGUA FRIA</p> <p>Titulada pelo Incra em 1996. Dimensão: 557,1355 hectares. Comunidade: Água Fria</p>
<p>TROMBETAS</p> <p>Titulada pelo Incra e pelo Iterpa em 1997. Dimensão: 80.887,0941 hectares. Comunidades: Mussurá, Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauacá.</p>
<p>EREPECURU</p> <p>Titulada pelo Incra e pelo Iterpa em 1997. Dimensão: 218.044,2577 hectares. Comunidades: Poço Fundo, Acapú, Jarauacá, Varre Vento Erepecurú, Boa Vista Cuminá, Santa Rita, Jauari, Araçá, Espírito Santo, São Joaquim e Pancada.</p>

ALTO TREOMBETAS

Parcialmente titulada pelo Iterpa em 2003/Retificado pelo Termo de Retificação Iterpa, de 17/12/2010. Dimensão: 79.095,5912 hectares
Em processo de regularização (Processo Incri nº 54100.002189/2004-16): 161.719,4276 hectares.
Portaria de Declaração e Reconhecimento publicada pelo Incri em 17.07.2018.
Comunidades: Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué.

MOURA

A ser titulada (Processo Incri nº 54100.002186/2004-74). Dimensão estimada: 18.491 hectares.
Comunidade: Moura.

ARIRAMBA

Parcialmente titulado pelo Iterpa em 2018.
Dimensão titulada: 10.454,5619 hectares.
Em processo de regularização (Processo Incri nº 54100.000755/2005-28).
Relatório de Identificação e Delimitação publicado pelo Incri em 03.04.2017 55 reconhecendo como território quilombola 12.496,2941 hectares.
Comunidade: Nova Jerusalém

CACHOEIRA PORTEIRA

Titulada pelo governo do Pará em 2018.
Dimensão titulada: 225.289,5222 hectares.
Comunidade: Vila Nova de Cachoeira Porteira

ALTO TROMBETAS 2

Em processo de regularização (Processo Incri 54501.001765/2014-59): 189.657,8147 hectares.
Portaria de Declaração e Reconhecimento publicada pelo Incri em 17.07.2018.
Comunidades: Juquirizinho, Juquiri Grande, Jamari, Curuçá, Palhal, Último Quilombo do Erepecú, Nova Esperança e Moura.

Fonte: CPI-SP, s/d.⁴⁴

⁴⁴ In: <cpisp.org.br/direitosquilombolas/>. Acesso em 02/01/2019.

4.

Microfinanças Microcrédito e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Neste capítulo, buscaremos compreender as consequências do paradigma desenvolvimentista que ordena o espaço agrário a partir da década de 1950 e a influência das diretrizes neoliberais das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI, etc.) para o desenvolvimento econômico-social da América Latina, através da difusão das microfinanças⁴⁵ voltadas para a geração de renda, consumo e auto-emprego das populações à margem do sistema financeiro tradicional, já a partir da década de 1970. Tendo em vista que a dissertação tem como temática central a expansão dos programas de microcrédito⁴⁶, será feito, também, um breve apanhado das experiências do microcrédito em escala global e nacional para que seja possível contextualizar o microcrédito produtivo orientado⁴⁷ referente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), seus agentes e beneficiários (as) do Grupo B nos Territórios Quilombolas do município de Oriximiná - PA.

O primeiro grande formato de orientações para o desenvolvimento no espaço rural brasileiro ocorre no período que surgem no fim dos anos 1950 com os ideais da Revolução Verde para modernização e industrialização (quimificação e mecanização) da agricultura brasileira, para que pudesse importar meios de produção e fornecer matérias-primas para a agroindústria no mercado interno e externo. Erigia-se neste momento, primeiramente o Sistema

⁴⁵ “Usualmente, define-se microfinanças como a oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro etc.) para a população de baixa renda que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional (BNDES. Microcrédito: avaliação da eficiência de instituições microfinanceiras. *Informe* n. 43, Rio de Janeiro, jul. 2002;; CGAP (CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOR). *About microfinance*.” (BARONE & SADER, 2008, p. 1250).

⁴⁶ “Já o microcrédito pode ser definido como todos os serviços financeiros para microempreendedores, excluindo-se o crédito para consumo. O Microcredit Summit o define como pequenos empréstimos à população muito pobre, para trabalhar por conta própria, permitindo gerar renda para seu sustento e de suas famílias.” (BARONE & SADER, 2008, p. 1250).

⁴⁷ “Em termos gerais, o microcrédito produtivo orientado é um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Destina-se a negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo.” (BARONE & SADER, 2008, p. 1250).

Nacional de Crédito Rural e posteriormente — a partir de acordos entre o Estado brasileiro, órgãos multilaterais, capitais nacionais e transnacionais — o Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro com as empresas Ford, Shell, Ciba Geyge, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Union Carbide, Hoeschte, Monsanto, Rhodia, etc. (TOLENTINO, 2013, p. 90).

Apesar da maioria da população rural ser formada de camponeses, essas políticas se direcionavam para a grande propriedade, fato que trouxe grande instabilidade fundiária no espaço rural, impossibilitando a reprodução do modo de vida camponês devido a maquinificação dos latifúndios. A mão-de-obra camponesa passa a ser dispensável e acontece uma grande transformação na distribuição geográfica da população, que passou a migrar para os grandes centros urbanos para atender a demanda de emprego do processo de urbanização; ou para as áreas de colonização na Amazônia, onde continuavam a se reproduzirem como camponeses (TOLENTINO, 2013, p. 92).

As contradições e os conflitos (inerentes a qualquer processo social) no campo oriundos deste modelo hegemônico de desenvolvimento imposto levaram ao esgotamento do mesmo e foi o motivo para o início das políticas públicas. Neste contexto, foram criadas, nos anos 1970, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), para implantação do paradigma do desenvolvimento regional a partir Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI): Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) que foi o marco da intervenção do Banco Mundial na agropecuária nordestina; o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO); e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA). Programas criados objetivando a “reorganização agrária, a complementação da infraestrutura, pesquisa, assistência técnica, crédito e comercialização via o modelo economicista de racionalidade empresarial” da Revolução Verde (TOLENTINO, 2013, p. 93-94).

A partir década de 1970, o Brasil e uma série de países da América Latina se encontravam com alta dívida externa, adquirida devido ao alto investimento em desenvolvimento capitalista e industrial nos anos 1950 e 1960 (CASTRO & SOUZA, 1985⁴⁸ apud. UGÁ, 2004, p. 56). O aprofundamento da crise fiscal fez com que ocorresse o fim do padrão de financiamento da modernização da agricultura consubstanciado no crédito rural oficial a baixas taxas de juros, legitimando e fortalecendo movimentos importantes no campo, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) (TOLENTINO, 2013, p. 95).

Nesse contexto de acirramento das lutas que envolviam a questão agrária, o governo federal cria o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). Entretanto, o capital, em nível macroeconômico, com seus organismos internacionais, respondia aos camponeses com políticas de desenvolvimento que em nada transformavam suas contradições. O Banco Mundial (BM) já produzia estudos acerca da agricultura brasileira, nos quais delineava as bases teóricas (representações!) pelas quais as políticas de desenvolvimento deveriam ser criadas. Um símbolo desse momento é o relatório “Brasil. O Gerenciamento da Agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais” (1993). (...) Nesse sentido, é bastante relevante reafirmar que o PRONAF, mesmo sendo uma política de desenvolvimento com premissas do BM, foi criado também a partir das reivindicações de alguns movimentos sociais, trazendo em seu cerne essa contradição. (Ibid. p. 96).

Na esfera internacional, o Consenso de Washington (1989) é um marco histórico fundamental porque nele foi debatido o tema da renegociação da dívida externa, sob a condição de adotarem o “receituário neoliberal” com propostas políticas e programas de ajustes econômicos estruturais para a “salvação” da América Latina. Neste contexto de crise, tais ajustes buscaram, entre vários objetivos, caracterizar o Estado como mínimo, debilitar a capacidade de decisão destes países, flexibilizar o mercado de trabalho, propor uma nova configuração de ordem social e combater a política econômica *keynesiana* e o padrão de proteção social do Welfare State e preparar as bases para o capitalismo liberal. O discurso do neoliberalismo como resposta à crise chega à Europa na final década de 1970; na Inglaterra em 1979; nos Estados Unidos, com Ronald Reagan em 1980. Já na América Latina, tem início na década de 1980 e é intensificado em 1989, após o Consenso de Washington (UGÁ, 2004, p. 55-56).

⁴⁸ CASTRO, A. B. & SOUZA, F. E. P. 1985. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

Dentre os pensadores influentes neste contexto, têm destaque John Rawls e sua obra *Uma Teoria da Justiça* (1971), e a defesa (abstrata) de um novo contrato social em que a justiça como equidade oriente à “estrutura básica da sociedade” a partir de princípios como igualdade entre as pessoas, o princípio da diferença e o princípio da equitativa igualdade de oportunidades (não necessariamente, distribuição equitativa de renda, pois o sistema tenderia a propor vantagens para todos). Douglas North e o movimento teórico denominado neoinstitucionalismo que buscava nova trajetória de crescimento e do capitalismo através de “organizações eficientes, capazes de estabelecer arranjos institucionais e direitos de propriedade, que criam incentivos para canalizar o esforço econômico dos indivíduos para atividades que aproximam as taxas privada e social de retorno” (NORTH, 1981; 1990⁴⁹, apud KRAYCHETE, 2005, p. 57). Assim como Amartya Sen (2000 apud⁵⁰ KRAYCHETE, 2005, p. 33-50) que “mantém os mesmos valores políticos — liberdade, igualdade, solidariedade e eficiência — encontrados na proposição rawlsiana”, tendo a justiça distributiva, o “desenvolvimento como processo de expansão de liberdades reais” e um “espaço da igualdade” como temática central de sua concepção crítica ao alcance limitado do “igualitarismo”. O processo de redefinição estratégica que ampliasse a atuação do Banco Mundial para além do apoio à infraestrutura e investimentos produtivos e atentou para a difusão de microfinanças e microempreendedorismo foi concebido devido os sinais visíveis de crise internacional nas décadas de 1970/80, objetivando:

(...) constituir um mercado orientado para as microfinanças como um dos elos entre o propósito de minorar a pobreza e um novo modelo de desenvolvimento. Tal problemática conforma-se como política sustentada nos princípios da justiça como equidade e na eleição do indivíduo como sujeito de crédito, em ambiente promovido pelo empreendedorismo competitivo. Ressalta-se, nesse sentido, que a constituição de um mercado microfinanceiro é parte do modelo que se vem procurando firmar a partir da administração da pobreza, seja pela filantropia seja pelo mercado, e resulta em negação do estatuto da cidadania, que propugna por direitos universais. (KRAYCHETE, 2005, p. 1).

⁴⁹ NORTH, Douglas C. *Structure and change in economic history*. New York: W.W. Norton & Company, 1981. 228 p. _____. *Institutions, institutional, change and economic performance*. Cambridge: University Press, 1990. 250p.

⁵⁰ SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras. 2000. 409 p.

As instituições de regulação política e econômica idealizaram um modelo de desenvolvimento para conciliar crescimento econômico, ideais neomalthusianos de controle de natalidade e investimentos em “capital humano” (Ibid.). Nos anos 1990 — a partir do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (1991)* — emerge um novo léxico teórico-metodológico que pretende garantir a estabilidade macroeconômica necessária para as concepções filosóficas neoliberais ditarem as diretrizes internacionais. Inúmeras pesquisas passaram a quantificar os dados da pobreza no mundo, todavia, não problematizariam os agentes responsáveis pela “administração da pobreza” (KRAYCHETE, 2005, p. 66-70). Posto isto, o uso do conceito de pobreza como marco teórico construído e premissa para inserção dos “pobres” nos aparelhos institucionais via políticas sociais residuais e focalizadas, como o microcrédito.

Para vencer o subdesenvolvimento e começar a trilhar o caminho do progresso, o Relatório enumera pré-condições e enuncia ações que orientem nessa direção. Entre as pré-condições, já prescritas por acordos entre o FMI, Banco Mundial e o Tesouro dos Estados Unidos, e que veio a público nomeado como Consenso de Washington, são indicados: cortar gastos, eliminar subsídios, privatizar as empresas estatais, abrir a economia ao mercado internacional, criar ambiente favorável aos investidores externos, tudo com vista a buscar acesso ao capital e aos mercados globais. (...) O Relatório relativo a 2001, mais centrado no desenvolvimento institucional, orienta para a definição do desenho de instituições eficazes. É o momento da seleção das melhores práticas, base para a boa governança. (...) Assim, cabe a uma boa instituição: encaminhar a informação sobre a situação do mercado, seus bens e participantes; definir e fazer observar os direitos de propriedade e os contratos, determinando os sujeitos de tais direitos e o momento de exercê-los; intensificar ou reduzir a concorrência nos mercados. (KRAYCHETE, 2005, p. 71; 78).

Constatando que uma grande quantidade de indivíduos nos países periféricos é incapacitada de conseguirem oportunidades, de atingirem um padrão de consumo mínimo e são carentes de bens de produção, o Banco Mundial passou a fomentar o microcrédito para promover a competitividade produtiva ao sujeito microempreendedor inserido na seguinte cadeia: “aumento da produtividade, desembocando no aumento do emprego e dos rendimentos pessoais, resultando na redução da pobreza.” (Ibid., p. 66). Nota-se que os programas de ajuste estrutural realizam interação entre Estado e mercado e afastam o Estado de seu papel de instituição que irá regular a macroeconomia para atender as demandas de empregabilidade, pois atribuem tal função para o individualismo e da racionalidade das operações de crédito e do

microempreendedorismo.

(...) Assim, para que a pobreza seja reduzida, faz-se necessário que o Estado atue apenas no sentido de aumentar essas liberdades e deve fazê-lo por meio da expansão das capacidades humanas dos *pobres*. Nesse sentido, pode-se perceber que, embora o conceito de capacidade humana seja mais abrangente que o de capital humano, ele também não pressupõe a existência de um Estado que garanta os *direitos sociais*, mas simplesmente a necessidade de um Estado caridoso, que tem deveres a cumprir apenas para com os pobres. A presença do Estado só seria necessária, portanto, em um primeiro momento, no sentido de aumentar as capacidades dos pobres, para, em um segundo momento, quando esses indivíduos já estivessem *capacitados*, o Estado já se tornaria desnecessário, passando a deixar que eles, individualmente, procurassem seu desenvolvimento pessoal no mercado. (UGÁ, 2004, p. 69).

Após esta breve apresentação do contexto internacional de fomento às microfinanças e ao microcrédito como instrumento de alcance das populações que não se relacionam substancialmente com o sistema financeiro tradicional, entraremos nos méritos de como foi o desdobramento desta iniciativa nas instituições financeiras brasileiras, que tiveram imensa dificuldade para se estabilizarem no âmbito da ampliação da oferta de microcrédito nos setores agrícola, informal e de pequenas empresas. A começar, pelo alto custo das inconveniências inerentes a qualquer sistema de crédito — caracterizados pelas informações assimétricas sobre os riscos das transações entre o tomador de recursos e o prestador; mecanismo de seleção de beneficiários aptos ao crédito; risco moral (risco do beneficiário desvirtuar o recurso e ficar inadimplente) — e pela “elaboração de contratos complexos⁵¹, com cláusulas restritivas e exigência de garantias e produção interna de informações (seções de análise de crédito e monitoramento de ações), entre outras.” (TONETO & GREMAND, 2002, p. 90). Os autores destacam que no meio rural estes fatores são agravados por diversos aspectos e, por isso, vários governos criaram — sem êxito na focalização, alcance e eficiência — instituições financeiras públicas e linhas de crédito específicas para o financiamento rural que “não modificavam a condição de vida do beneficiário e não retornavam, inviabilizando a sustentabilidade da política.” (Ibid.).

O fraco desempenho desse tipo de atuação do setor público, tanto pela dependência crescente de recursos orçamentários para cobrir os problemas operacionais como pelo baixo alcance atingido pelas instituições estatais, levou a várias transformações no tipo de intervenção. **Na questão do financiamento, o foco mudou do**

⁵¹ Uma das maiores reclamações dos beneficiários entrevistados.

crédito fornecido por instituições governamentais afastadas do público-alvo para o desenvolvimento de instituições específicas e arranjos financeiros alternativos que viabilizassem o acesso das camadas excluídas ao crédito, diminuindo o racionamento e a dependência de agiotas. Essa preocupação com o acesso ao crédito norteou o surgimento de várias experiências inovadoras de financiamento rural, merecendo destaque o “microcrédito”. **O objetivo dessas experiências é ampliar o alcance do financiamento, isto é, conseguir atingir aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional de forma eficiente e com um retorno que viabilize a sustentabilidade dos programas.** Entre as experiências bem-sucedidas nesse sentido destacam-se o Banco Rakyat na Indonésia, o Grameem Bank em Bangladesh, o BAAC na Tailândia e o Banco Sol na Bolívia. (TONETO & GREMAND, 2002, p. 91).

Torna-se, então, desafio do microcrédito, ser bem sucedido no alcance da população-alvo e na rentabilidade das operações financeiras, logo, houve uma descentralização das atividades de seleção, gerenciamento, monitoramento e acompanhamento do crédito para entidades estatais, público não-estatal ou privadas, que “podem assumir a forma de ONG’s, cooperativas de crédito, associações de poupança, bancos comerciais, entre outros.” (Ibid., p. 93). Neste estudo, os indivíduos que possuem a Declaração de Aptidão ao Crédito (D.A.P) são mediados pela EMATER-Oriximiná (que recebem dos beneficiários 2% do recurso para prestarem toda assistência técnica) para conseguirem os recursos junto ao banco filiado ao Pronaf. As diversas associações e cooperativas comunitárias (muitas vezes assessoradas por ONG’s e seus profissionais) desempenham papel importante na difusão de informações para os núcleos familiares do Rio Trombetas (muitas vezes em situação de semi-isolamento e isolamento); todavia, não participam diretamente do contrato. A participação de algumas ONG’s e associações comunitárias não caracterizam a configuração de operações em redes (formais e informais) entre entidades e beneficiários, que viabilizariam troca de informações, operações em conjunto para ganho de escala e diminuição dos riscos. Toneto e Gremand (2002) entendem que para terem sucesso no alcance do público alvo, as instituições financeiras rurais devem possuir flexibilidade suficiente para se adaptar às diferentes realidades; conhecer as demandas financeiras do público-alvo; possuir flexibilidade suficiente para se adaptar às diferentes realidades; e notar que o crédito não é única necessidade (assistência técnica, educação, outros serviços financeiros).

Entendendo estas necessidades, a partir de 2003, o Governo Lula “representou uma ruptura com o modelo político vigente nos últimos 20 anos” (BARONE & SADER, 2008, p. 1251), e objetivou incorporar a massa populacional do país no sistema de crédito para proporcionar um impacto macroeconômico através dos multiplicadores de renda e moeda. Objetivou, também, democratizar o acesso a diversos serviços bancários para a garantia de cidadania para redução da exclusão social dos trabalhadores informais através de três pilares: “a massificação de contas simplificadas (bancarização); o estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e a formação de cooperativas de crédito de livre associação.” (Ibid.). Em paralelo à concessão de “cartões do cidadão” para transferência de benefícios sociais como o “FGTS, Previdência Social, Abono Salarial, PIS/Quotas e Rendimentos, Seguro-Desemprego, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda, Auxílio-Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e Agente Jovem” (COSTA, 2010, p. 17) em bancos públicos, principalmente na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

A maior inovação financeira do governo Lula foi o crédito popular. Este programa não seguiu o modelo puro do microcrédito do Banco Grameen, em Bangladesh. Mas constituiu modelo propriamente brasileiro, contando com moderna tecnologia bancária, utilizada para enfrentar problemas específicos de sociedade urbanizada (84% da população mora em cidades), de massa (a quinta maior população no mundo), espalhada em território gigantesco (quase metade do continente) e com grande disparidade de renda. Fomentou mercado de consumo popular no país. Entretanto, o maior desafio social seria fazer a inclusão bancária dos milhões de recebedores de benefícios sociais – “os mais pobres entre os pobres”. Com isso, talvez se construísse o maior (e mais rápido) programa de democratização do crédito do mundo. (COSTA, 2010, p. 24).

4.1.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996⁵²) é um marco histórico de reconhecimento institucional da agricultura familiar, surgindo de uma demanda do Movimento Sindical por uma política pública que financiasse — com juros baixos, entre 2,5 a

⁵² Vide decreto completo em apêndice.

4,6 por ano — as atividades da agricultura familiar com taxas de juros diferenciadas visando o desenvolvimento rural sustentável. O quadro a seguir representa a linha cronológica das políticas públicas que culminaram no Pronaf:

Quadro 8 Cronologia das ações e programas que culminaram no Pronaf.

1994 - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP)
1995 - Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF);
1996 - Criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), para lidar com os conflitos fundiários;
1996 - Governo Federal (FHC) cria PRONAF, sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) / Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR);
1999 - Pronaf passa a ser vinculado ao recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que substitui o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF).

Fonte: (TOLENTINO, 2013, p. 96-97).

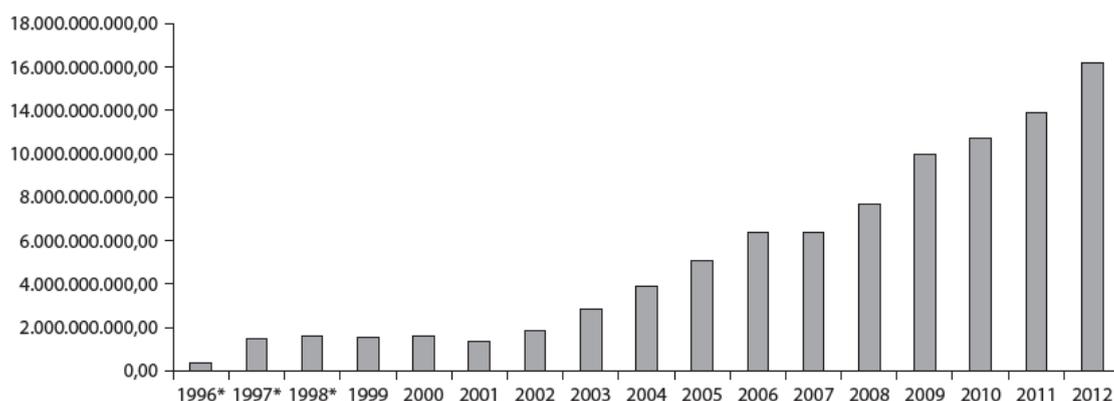
O programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. (MAPA, s/d). O Plano Safra da Agricultura Familiar (2017-2020) estão previstos R\$ 31 bilhões para a categoria social, no período de julho de 2018 até junho de 2019 (FETAEP, 2018).

Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a **Emater**, para obtenção da **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**, que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE). (IDRA, S/D).

O Pronaf é a política pública mais importante para a agricultura familiar e sua expansão — como indicam os gráficos do período 1996-2012 do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil — se deve pelo conjunto de mudanças para sua descentralização, destacando principalmente:

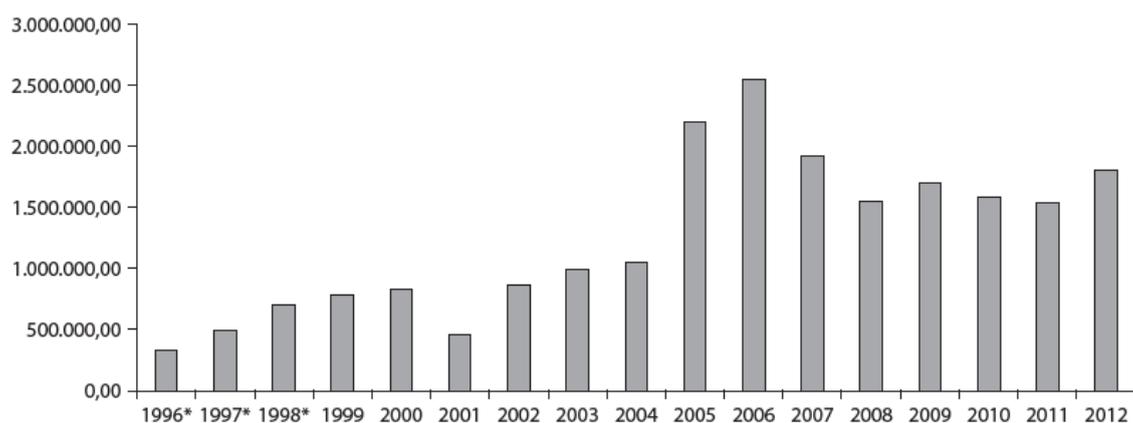
I) a flexibilização das regras financeiras (redução da taxa de juros, expansão do prazo de pagamento, aumento do limite de recursos por contrato etc.); II) mudanças institucionais no sentido de diversificar o público da agricultura familiar beneficiário (mulheres, jovens, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, grandes cooperativas etc.); III) a diversificação das atividades econômicas apoiadas (Pronaf Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia, Eco, Pesca etc.); IV) o aumento dos municípios abrangidos (que atingem mais de 97% atualmente); V) a simplificação das condições de acesso (redução de alguns entraves bancários maior facilidade de obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), eliminação da classificação por grupos de agricultores etc.); VI) o aumento da renda para fins de enquadramento dos agricultores no programa (a renda máxima para enquadramento atualmente no Pronaf é de R\$ 360 mil, ao passo que, no primeiro Plano Safra, era de R\$ 60 mil); VII) diversificação das fontes de financiamento, com crescente participação dos recursos obrigatórios (exigibilidades bancárias) e IHCD (Instrumento Híbrido de Capital e Dívida), além do aumento da utilização de recursos dos Fundos Constitucionais; e VIII) fortalecimento social e econômico da agricultura familiar nos últimos anos, exigindo maior relacionamento com as políticas públicas e com o sistema bancário. (GRISA et al, 2014, p.325)

Gráfico 2 Recursos aplicados no Pronaf (R\$ - valores constantes) de 1996 a 2012.



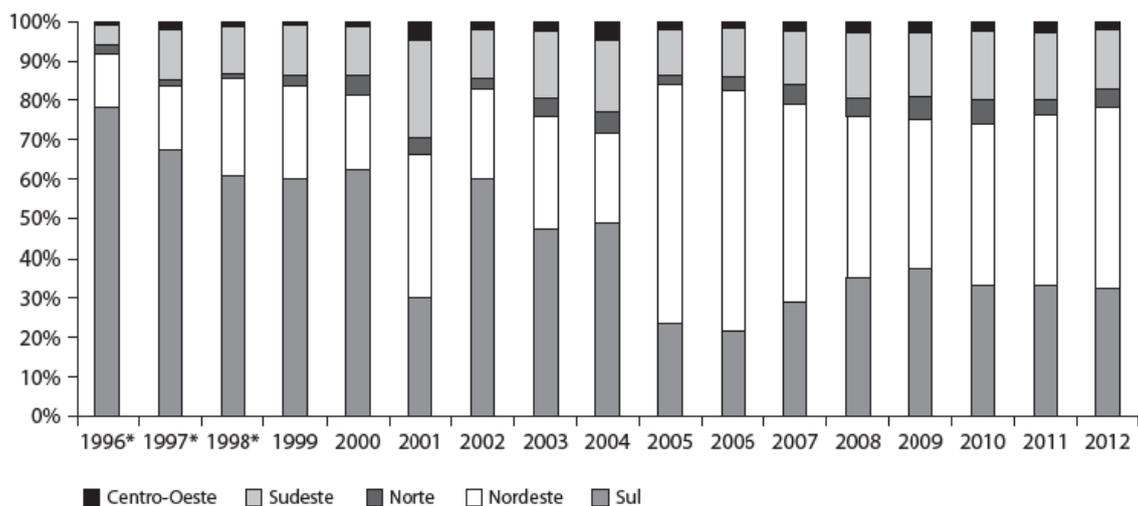
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos). In: (GRISA et al, 2014).

Gráfico 3 Número de contratos do Pronaf de 1996 a 2012.



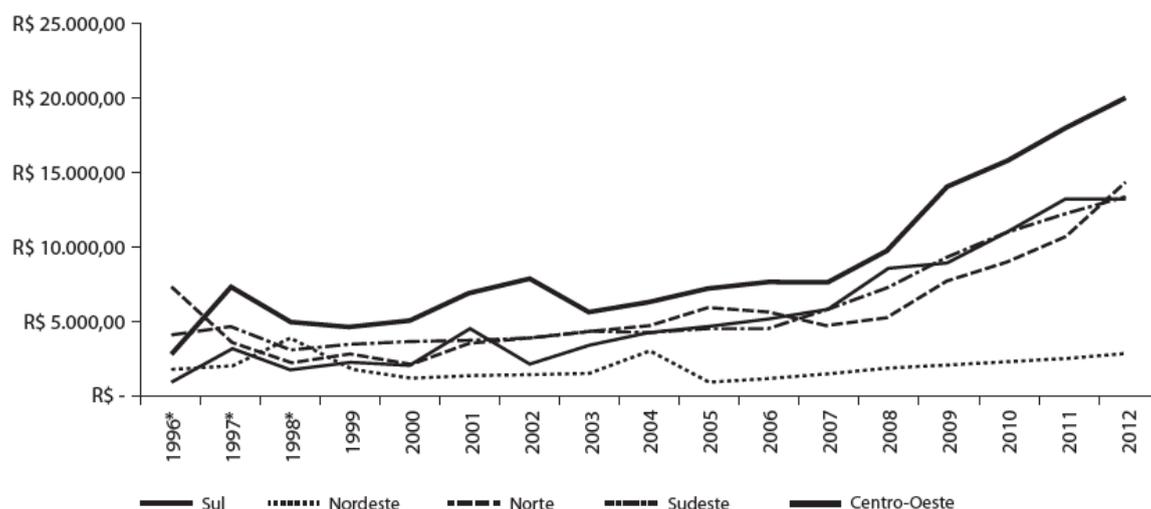
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos). In: (GRISA et al, 2014).

Gráfico 4 Distribuição dos contratos do Pronaf entre as grandes regiões brasileiras de 1996 a 2012.



Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos). In: (GRISA et. al, 2014).

Gráfico 7 Evolução dos valores médios (R\$) dos contratos do Pronaf entre as grandes regiões brasileiras no período.



Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos). In: (GRISA et al, 2014).

Dentre as várias análises e considerações dos autores sobre o Pronaf, a nós, interessa o que tange à distribuição de recursos e números de contratos entre as regiões e os estados federados⁵³, para demonstrar a histórica:

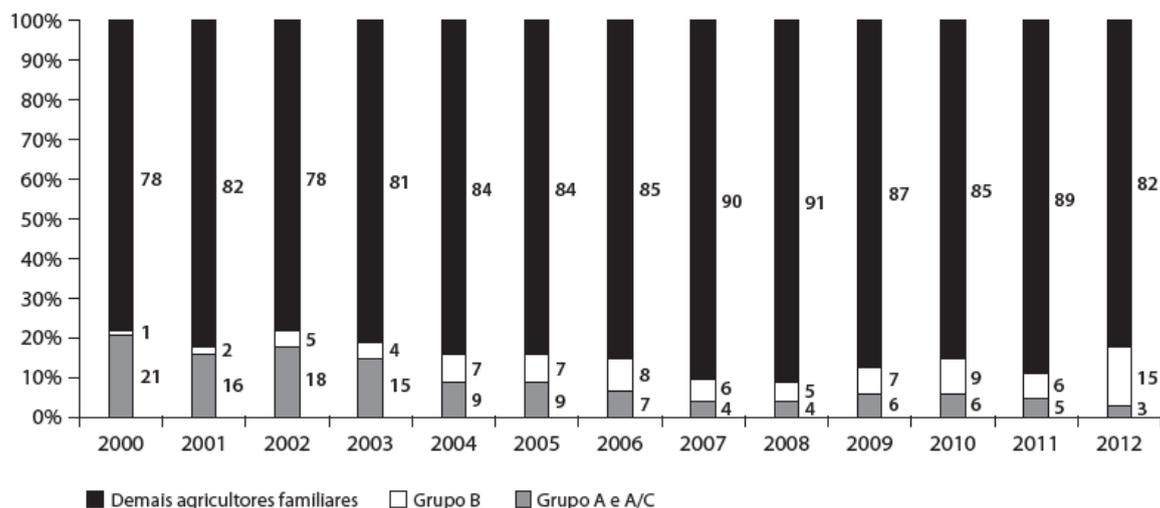
(...) incidência desproporcional do programa entre as regiões brasileiras, com prevalência massiva da participação da região Sul nos recursos aplicados e, não raro, também nos contratos efetuados (...) e os desequilíbrios dos contratos do Pronaf nas regiões Sul, Nordeste e Norte. (GRISA et al.2014, p. 330).

Apesar da crescente flexibilização e expansão — Nordeste e Norte, que aumentaram 320% e 217%, respectivamente, de 2002 a 2012 — o Pronaf tem resultados que se mantêm, como a concentração de recursos para os agricultores familiares mais capitalizados associados à produção de commodity (principalmente milho, soja e café) ou atividades inseridas na cadeia produtiva do agronegócio (GRISA et al.2014). Neste sentido, a literatura temática costuma questionar se o Pronaf faz “mais do mesmo”, pois se assemelha ao sistema de crédito tradicional em vários aspectos. A região Norte seria um exemplo de inovação que tende a fugir a esta regra, devido o financiamento a atores produtores de alimentos da agricultura tradicional (mandioca, feijão, arroz e outras lavouras) que historicamente não eram beneficiados pelas políticas

⁵³ “(...) em 2012, os estados que atenderam o maior percentual foram Santa Catarina (84,4%), Rio Grande do Sul (80,4%), Rio Grande do Norte (70,8%), Espírito Santo (58,4%) e Paraná (50,9%). Por sua vez, os estados onde este percentual foi mais baixo foram: Roraima (6,4%), Amazonas (11,5%), Rio de Janeiro (13,6%), Pará (14,6%) e Mato Grosso (21,3%).” (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014, p. 330).

agrícolas (Ibid, p. 342). Estes atores sociais, atualmente — mesmo que em posição desproporcional com as outras linhas de crédito do programa — estão contidos no Grupo B do Pronaf, assunto que iremos problematizar mais adiante.

Gráfico 8 Participação (%) dos Grupos do Pronaf na distribuição dos recursos de 2000 a 2012.



Fonte: SAF/MDA (2013 apud AQUINO, 2013⁵⁴). In (GRISA et. al, 2014).

Nesta pesquisa, valorizamos o Grupo B do Pronaf, pois é a linha de microcrédito rural acessada pelas famílias remanescentes de quilombos do Rio Trombetas, aplicado, geralmente, no custeio de produção na compra de materiais e ferramentas básicas para a manutenção dos sistemas de roça em terra firme ou “rancho” para o período de colheita extrativista. Estas famílias se enquadram na caracterização correspondente aos beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 20 mil e que não contratem trabalho assalariado permanente. Os recursos para o Grupo B “cresceram ao longo dos anos, passando de 1% em 2000 para 8% em 2006 (ano de maior participação da região Nordeste no número de contratos do programa) e 15% em 2012 (percentual que destoa dos valores de anos anteriores).” proporcionando melhorias na renda bruta anual do agricultor, que era de R\$ 1.500 em 2000 e alcançou R\$ 20.000 em 2013 (GRISA et al. 2014, p. 331).

⁵⁴ AQUINO, J. R. *Financiamento da agricultura brasileira: cenário atual e perspectivas*. In: 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober). Belém, 2013.

O Grupo B do Pronaf contempla o financiamento (de no máximo R\$5 mil com taxa de juros de 0,5%) a agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas) que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O limite por família é de R\$ 15 mil, considerando-se o somatório dos financiamentos concedidos com direito a bônus de adimplência (25% sobre cada parcela da dívida que for paga até a data de seu vencimento), caso seja concedido. A concessão de novos créditos nesta linha fica condicionada à prévia liquidação do financiamento anterior. (BNDES, s/d).⁵⁵ Atualmente, o Grupo B representa a maioria dos beneficiários do Programa e isto ocorre porque, como atestam Magalhães & Abramovay (2015), o Governo Federal “não só ampliou os recursos disponíveis para o Programa, como criou as estruturas administrativas necessárias para que chegassem às regiões destinatárias”. O Programa, de fato, é capaz de proporcionar efeitos expressivos, mesmo que pontuais e não estruturais, para a renda da família e de certos municípios que tem a agricultura familiar como principal fonte de recursos.

(...) Mas não só as famílias ganham. Muitos municípios apresentam ganhos expressivos com o Pronaf. Apenas com os contratos do Pronaf B, os municípios do estado do Ceará, por exemplo, no ano de 2005, viram suas economias fortalecidas em média 7% com relação ao total das transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Municípios e Fundef, dentre outros), segundo dados do Tesouro Nacional. Em dois municípios, Tabuleiro do Norte e Iracema, o total de contratos de Pronaf correspondeu a mais da metade do valor da soma de todas as transferências constitucionais. Em um terço dos municípios o acréscimo na economia municipal proporcionado pelo Pronaf foi de mais de 10% do valor das transferências. (...) Em dez municípios do Ceará, os contratos do Pronaf B somam mais de 10% do valor das transferências. Ou seja, o Pronaf é responsável por uma expressiva transferência de renda para famílias e para municípios pobres. Longe de constituírem uma particularidade de países pobres ou uma forma de clientelismo, estas transferências de renda são fundamentais também nos países desenvolvidos. (MAGALHÃES & ABRAMOVAY, 2015, p. 10).

Os autores entendem que esta linha de crédito é a que melhor traduz a ideologia do Banco Mundial no World Development Report de 2006 para o combate da pobreza no meio rural através da “abertura de caminhos” nos mercados que estão inseridas, interferindo na matriz da distribuição de renda por meio da ampliação do acesso ao crédito formal a populações que a ele até então

⁵⁵ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-microcredito-grupo-b>

não tinham acesso. Em sua maioria, estes beneficiários não possuíam qualquer relação com o sistema bancário, salvo recebimento do Bolsa Família e da aposentadoria. Apesar do aumento da popularização e diversificação das linhas de crédito, esses dados não representam um salto qualitativo na relação entre os indivíduos e os bancos, pois além de haverem mediadores para a obtenção do crédito (em nosso caso, EMATER-PA e algumas ONG's; em outros casos podendo haver sindicatos), os bancos não oferecem outros produtos aos agricultores familiares.

Esta estrutura de mediação permitiu reduzir de maneira significativa os custos do Programa, tanto para os agricultores como para os bancos. A forte presença das organizações sociais e da extensão abriu caminho a que a própria elaboração dos contratos e dos requisitos formais à obtenção dos recursos sofressem notável simplificação: mesmo que em algumas situações estas exigências ainda permaneçam, como mostram os relatórios de campo, a abolição da necessidade de registrar os contratos em cartórios e de uma pesada documentação é claramente sentida nas entrevistas e nos grupos focais. Mais que isso: os sindicatos (em Oriximiná, o INCRA é responsável pela emissão da D.A.P. Grifo nosso), além de emitir a Declaração de Aptidão, selecionam a clientela a receber os recursos, poupando o banco deste que, em princípio, seria um dos mais importantes trabalhos de uma organização financeira na concessão de empréstimos (2). Da mesma forma, no caso da extensão, o projeto técnico em que vai apoiar-se o uso dos recursos é simplificado na forma de um "kit" composto de algumas poucas possibilidades. Na maior parte das vezes, os projetos técnicos são massificados, o que reduz os custos dos contratos e permite, portanto, ampliar o público do programa. Este conjunto formado por movimento sindical, extensão rural e bancos compõe um ambiente institucional voltado fundamentalmente a massificar o Programa e não se pode ignorar seu sucesso neste sentido. (MAGALHÃES & ABRAMOVAY, 2015, p. 5).

Diversas problemáticas estão pendentes na estrutura de funcionamento do Programa, que para além da massificação do acesso do Pronaf B, deve zelar pela qualidade do uso que os beneficiários estão fazendo do recurso. Eis algumas destes problemas básicos na estrutura de funcionamento do Pronaf B:

- a) Os projetos de uso dos recursos, elaborados por extensionistas dos órgãos públicos ou de empresas privadas, são massificados e respondem a um leque restrito de possibilidades (...);
- b) O fato de os agricultores não se tornarem clientes dos bancos exprime a precariedade das transformações trazidas pelo tão importante e esperado acesso ao crédito. (...) Os agricultores, com muita frequência "descontam o cheque" recebido do PRONAF com deságio junto ao comércio local (...);
- c) Os recursos recebidos do PRONAF não abrem caminho a mudanças no círculo de relações sociais dos agricultores, que continuam a comprar e a vender dos atores com os quais habitualmente se relacionam. Mesmo quando passam a criar gado ou pequenos animais,

relacionam-se com mercados massificados e com atores que tradicionalmente dominam a organização destes mercados (...);

d) Os subsídios do PRONAF B apresentam uma ambiguidade básica: por um lado, o rebate por pontualidade no pagamento é um incentivo eficiente à adimplência. Mas com um subsídio tão elevado, é impossível saber se a devolução dos recursos deve-se a seu uso eficiente e a seu poder de estimular a geração de renda ou se está associada justamente à vantagem do próprio subsídio (...);

e) Na tentativa – nem sempre bem sucedida como mostram algumas situações descritas nos trabalhos de campo – de dirigir os recursos do PRONAF B a faixas bem determinadas de agricultores, estes são credenciados pelas organizações sociais locais (sindicatos) ou pela extensão. No caso do sindicato, é importante assinalar que este poder de credenciamento produz distorções. Em algumas regiões formam-se “custos de intermediação sindical”: um presidente de sindicato, por exemplo, queria que a filiação fosse obrigatória para os beneficiários do PRONAF, já que se beneficiam de um serviço (o certificado de aptidão) oferecido pelo sindicato. Além disso, a mediação sindical abre caminho para o risco de que apenas as bases dos sindicatos se beneficiem com o programa, o que tende a excluir os mais pobres e mais desorganizados, entre os agricultores. (MAGALHÃES & ABRAMOVAY, 2015, p. 5-9).

Seguindo a linha do pensamento crítico que associa o Pronaf ao processo de mercantilização do modelo de desenvolvimento produtivista vigente, sustentado na tecnificação, entende-se que o Programa está inserido em uma ambiguidade básica por ser “um programa que apoia e estimula os agricultores familiares, intensificando a sua inserção no padrão produtivista de agricultura, mesmo que na formulação original os seus objetivos sejam os de buscar alternativas a este desenvolvimento convencional.” (GAZOLLA & SCHNEIDER, 2005, p. 4). Os autores entendem que esta renda do microcrédito pode não gerar a diversificação produtiva e vulnerabilizar a produção de autoconsumo e a segurança alimentar, devido a dependência dos agricultores familiar com relação aos mercados que estão inseridos. O Pronaf não seria capaz de realizar o processo de reconversão produtiva das unidades, que proporcionaria a diversificação dos gêneros agrícolas e das atividades produtivas.

No momento em que o agricultor familiar pega um financiamento do Pronaf junto às instituições bancárias, a primeira coisa que lhe ocorre é como vai realizar o seu pagamento. Isso o faz chegar à conclusão que não se pode investir na produção para autoconsumo, pois se gastar os recursos do Pronaf nesta atividade, que não vai lhe gerar um excedente monetário em termos líquidos, como ele vai pagar o financiamento? A saída encontrada, então, é utilizar a força de trabalho familiar e a sua área de terra com os cultivos comerciais e de maior inserção mercantil, o que acaba vulnerabilizando a produção para autoconsumo espacial e temporalmente. (...) **Este tipo de especialização da produção gerada pelo Pronaf acaba por jogar por terra a própria lógica de operação e de reprodução social das**

unidades familiares, que tendem a funcionar com base em sistemas produtivos e atividades econômicas diversificadas e não com um elenco restrito de opções de cultivo e de reprodução social. A verdadeira lógica de reprodução da agricultura familiar por onde esta se assenta e, inclusive, o Pronaf a define em contraposição a lógica da agricultura patronal, é a da diversificação do que é produzido no interior de tais unidades. (GAZOLLA & SCHNEIDER, 2005, p. 8-9).

Adentrando nos méritos da subjetividade do sujeito social da agricultura familiar, Tolentino (2013), em tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da USP, argumenta, a respeito do desenvolvimento do Pronaf e as contradições entre a representação hegemônica do sistema de crédito e os usos dos camponeses. Este trabalho se destaca na bibliografia temática devido a originalidade em abordar tanto as pressões da representação hegemônica, quanto a resistência exercida pelos sujeitos ao projeto de homogeneização das ruralidades. Para tal, o autor identifica um paradoxo na estratégia de incorporar os camponeses beneficiários na rota do projeto produtivista e desenvolvimentista, quando em sua criação, o Programa é vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA; um ministério que sempre atuou com a produção agropecuária a partir da grande propriedade, e essencial no período da Revolução Verde) e não ao MEPF, criado a partir do contexto de acirramento das lutas no campo e extinto em 1992, quando a questão agrária praticamente some na esfera do Governo Federal. Logo, o Pronaf se configura como uma conquista dos movimentos sociais do campo, todavia, sua estrutura “é extremamente favorável a utilizar os camponeses como um componente essencial para a acumulação de capital e (...) tendia a colocá-los (agricultores familiares) em uma situação de subordinação ao capital.” (TOLENTINO, 2013, p. 98).

A questão torna-se mais complexas no que tange à microcrédito orientado para populações rurais situadas em áreas de interesse do mercado internacional de commodities, conseqüentemente, em situação de vulnerabilidade territorial. É interessante para os grandes conglomerados empresariais que as comunidades (“verdes”) estejam institucionalizadas sob um regimento, para que possam ser inserir minimamente na estrutura burocrática do sistema e se tornarem passíveis de cooptação. A bibliografia sobre Pronaf narra inconveniências e inadimplências nas operações de crédito por vários motivos. Uma delas se associa ao fato das parcelas não se flexibilizarem conforme sazonalidade da produção desrespeitando

a concepção de tempo da agricultura familiar e o modo alternado de atividades produtivas.

Outro fator que compõe a complexidade empírica da pesquisa, é que os beneficiários do Pronaf, moram em um município de fronteira amazônica, região estratégica para a geopolítica que, historicamente, são tidas como passíveis de intervenção federal sob a premissa de vazios demográficos. O município de Oriximiná, no Pará, é o segundo maior do país e conta com inúmeras unidades de conservação, que mantém extensas formações da floresta tropical úmida na Amazônia. Atualmente, o mercado de crédito de carbono se expande na bacia do Rio Trombetas e demanda a expansão do paradigma técnico- científico que não tolera a presença de famílias nesses espaços de conservação. São áreas em que o uso dos “recursos” do solo e do subsolo está em disputa entre população local e os interesses privados ou público-privados. Oriximiná conta, também, com diversos Territórios Quilombolas e Indígenas demarcados e titulados, fator que tenciona esta relação de conflito. A valorização do espaço amazônico como reserva natural no município faz com que a bacia do Rio Trombetas seja extremamente movimentada por fluxos de capital e organizações civis de direitos humanos, saúde, educação, muitas vezes fomentadas por dinheiro de compensação de danos ambientais das empresas de mineração (neste caso, bauxita) estrangeiras. Como o Fundo Amazônia, por exemplo, que abre editais para atividades e projetos na região. Portanto, estamos tratando de uma localidade que goza de uma atenção internacional privilegiada, se compararmos com a vulnerabilidade e falta de assessoria/assistência burocrática e técnica que atinge diversas populações amazônicas.

O cenário se demonstra extremamente complexo, tendo em vista a multiplicidade interesses e atores. Neste sentido, como podemos entender o papel do microcrédito rural (enquanto política pública desarticulada) orientado para o aumento produtivo de famílias em situação de semi-isolamento (baixo, médio e alto curso do Rio Trombetas), com baixa renda monetária, baixa escolaridade e pouquíssimo acesso à informação? Como o microcrédito pode transformar as práticas da dinâmica territorial? A dissertação caminhará para a compreensão de

como este fenômeno está orientado para o não desenvolvimento territorial, e sim, para a inserção dessas famílias em circuitos curtos de comercialização e consumo.

4.2.

O Pronaf B em Oriximiná

O trabalho de campo para coleta de dados do Pronaf B em Oriximiná foi realizado no período entre os dias 13 e 17 de agosto de 2018. Fiquei alojado no centro da cidade e agendei encontros com quilombolas beneficiários (as) do Pronaf B, representantes da Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná (CEQMO); da ARCORQ; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER – PA); e com representante dos assuntos quilombolas na Secretaria de Educação. O Banco da Amazônia S/A responsável pelas operações de crédito tem sede em Óbidos e, infelizmente, um contato que me foi passado não respondeu minhas ligações, por isso não houve contribuição desta instituição. Foram feitas entrevistas semiestruturadas buscando compreender as possíveis transformações na dinâmica territorial dos quilombolas que captaram ou captam o recurso.

Devido ao fato de que na semana que estive no trabalho de campo, estar acontecendo uma Chamada Pública para os (as) beneficiários (as) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas dependências da Igreja da Paz⁵⁶, no centro da cidade de Oriximiná, não foi preciso ir até às comunidades para realizar as entrevistas, pois muitos dos que aderem ao PNAE também captam recursos do Pronaf. Este acontecimento foi importante, pois caso houvesse necessidade de adentrar o rio Trombetas para encontrar com os beneficiários, a pesquisa se tornaria muito mais onerosa, tendo em vista o alto custo da alimentação, da gasolina e a laboriosa logística para ter acesso a uma embarcação a nossa disposição. Sendo assim, há de se destacar o papel da rede de informações formada por pesquisadores e agentes extensionistas do terceiro setor que estão em constante contato com os (as) comunitários (as) através de diversos projetos. Estes extensionistas souberam me informar quem poderia contribuir com o trabalho,

⁵⁶ Igreja da Paz de Oriximiná. Endereço: Av. Castelo Branco, 1111 - Santíssimo, Oriximiná – PA.

além de facilitarem o fator *confiança* na relação entre entrevistado (a) e pesquisador.

Na oportunidade (agosto de 2018), Diversos barcos comunitários estavam atracados no centro da cidade durante os trâmites da chamada pública e os comunitários quilombolas entrevistados são majoritariamente do TQ Erepecurú (comunidades entre parênteses) foram: D.T (Tarumã), E.S (Pancada), 47 anos; L.M.P (Boa Vista do Cuminã), M.R (São Joaquim), 49 anos. Da Terra Quilombola Trombetas: M.G.M (Serrinha), 61 anos.

Entre os entrevistados, as respostas ao questionário semiestruturado não destoaram muito, talvez pela similaridade do perfil das beneficiárias, dos trâmites das operações de crédito e das exigências/dificuldades para o acesso do PRONAF no município, devido a irregularidades no INCRA. A maioria teve conhecimento do Programa pela associação comunitária; recebe pouca ou regularmente informações sobre o PRONAF; têm contato regular com a cooperativa, mas pouco contato com a EMATER e o BASA S/A; a maioria acha que o dinheiro do recurso é insuficiente para garantir o pagamento das parcelas (dois não tiveram complicações); nenhum deles mudou o modo de produção, nem os gêneros plantados/consumidos, depois do contato com o crédito e com a assistência técnica extensionista (mas, segundo os técnicos, existem casos em que a mudança de técnicas causa benefícios à produção); a maioria escoia a produção nas feiras livres, pelo PNAE e por atravessadores que sobem os rios; todos os projetos dos entrevistados são para o fortalecimento do sistema de roças (principalmente para o plantio de mandioca) os bens de consumo mais comprados são: motor para canoa. Todos sugeriram que as questões burocráticas do Pronaf, que geralmente, perpassam mais de uma instituição, precisam ser flexibilizadas para que o Programa possa ter um bom desempenho qualitativo.

A EMATER-PA é a empresa estadual de assistência técnica principal articuladora entre os programas sociais e as famílias da agricultura familiar. A matriz é em Belém e Oriximiná está na regional de Santarém. Trabalham cinco técnicos, número muito pequeno de pessoas. As principais funções da EMATER

no Pronaf B é elaborar o projeto junto ao (à) beneficiário (a) e prestar a assistência técnica. A agricultura familiar é prioridade pra EMATER. Os principais Programas atendidos: PRONAF, PNAE, Luz no Campo, minha casa minha vida, programa nacional de habitação rural. Elaboram projeto de roça sem fogo, trilha da produtividade (espaçamento/seleção de material/limpeza, sem máquinas) que pode chegar a dobrar a produção de 12 toneladas/ ano, para 24 ton. A bibliografia temática acerca do Pronaf B costuma pregar a integração do Programa com os outros que atendem a agricultura familiar. Por este ângulo, (BOSQUILIA & PIPITONE, 2017, p. 15) defendem a integração do PNAE ao PRONAF no município de Piracicaba – SP.

Outro aspecto apontado na pesquisa seria a possibilidade da criação de uma linha específica no PRONAF, correspondente apenas à organização dos agricultores familiares que quiser realizar parceria com o PNAE. Essa linha de investimento faria que a ligação entre os dois programas fosse organizada de uma maneira mais eficiente para ambos os programas públicos, além de esclarecer muitas dúvidas técnicas e operacionais por parte dos agricultores familiares que desejam escoar seus produtos para o PNAE.

Difícilmente alguém começar uma produção a partir do recurso do microcrédito, as famílias fortalecem a produção familiar já existente. A elaboração do projeto é feita com uma vistoria prévia na residência para analisar quais são os gêneros produzidos e as melhorias necessárias para fortalecer a produção familiar. O extensionista faz a visita à terra (que não pode ultrapassar no máximo 300 hectares) e emite a DAP. É exigida uma declaração que ateste a posse da terra no território titulado. O dinheiro do crédito é dado em espécie no ato do contrato. O BASA S/A é o responsável pelas operações e já chego no parque de exposição a realizar evento na cidade para organizar a captação do recurso. Como está situado em Óbidos, o repasse em Oriximiná é feito pelo BB. Quase todos os indígenas possuem conta ou poupança e guardam o dinheiro. Os extensionistas estão em contato direto com os bancos e controlam o andamento das operações. Sobre a comunicação da EMATER com os beneficiários, o técnico extensionista considera que tem pontos a melhorar, como a comunicação social/divulgação.

Na primeira transação do PRONAF B, o valor do crédito do Grupo B é de R\$2.500,00 e o beneficiário ganha um bônus e paga somente R\$1.900,00 (se

pagar dentro do prazo). Cada produtor (a) pode acessar no máximo R\$ 20 mil por ano em sua DAP. A maior demanda é o de custeio da produção de mandioca e custeio da casa de farinha (forno, máquina para ‘masserar’ a mandioca) e para trabalhar no extrativismo da castanha-do-brasil, que tem a safra no período janeiro-maio. O trabalho na castanheira é feito ou de forma coletiva (um grupo de quatro coleta as castanhas e divide o lucro de forma igual), ou individual. Apesar de o crédito ser individual, em um relato, foi dito que o grupo realizou pelo trabalho em conjunto e pagaram seus débitos no banco, ou seja, o microcrédito (enquanto política individualizada), não necessariamente, afeta a coletividade do trabalho.

A maior dúvida das pessoas é como se enquadrar no Pronaf. Pessoas que tem comércio, por exemplo, que tem a agricultura como atividade secundária, não consegue acesso ao microcrédito, porque a renda da propriedade tem que ser, no mínimo, 50% oriunda da agricultura.

Está embutido no projeto, o pagamento de 2% da operação para a EMATER poder viabilizar a assistência. Quando o MDA existia, realizavam-se convênios específicos para captar recurso destinado à assistência técnica do Pronaf B. Atualmente não existem mais, contam apenas com os recursos do estado do Pará. O Plano Safra (2017/2019) alterou os termos e valores para o financiamento da assistência técnica, fato que deixou vários projetos em suspensão, por ainda não estar definido quem irá pagar a taxa. Na oportunidade, os técnicos estavam aguardando a confirmação do setor jurídico da empresa e estavam com diversos projetos parados. Uma entidade sem fins lucrativos que presta serviços para algumas associações no Trombetas já foi parceira da EMATER e ajudou os extensionistas a realizarem os custosos trabalhos de campo. Este fato demonstra a importância crescente dessas instituições na Amazônia, devido a maior mobilidade para captação de recursos e para realizar projetos com as famílias.

O local com mais beneficiário no município, proporcionalmente, é a localidade da Cachoeirinha (não pertencente a territórios quilombolas), onde a população assentada que vive em área de várzea e em moradias suspensas para

não serem alagadas em períodos de cheia. Realizam plantações são em canteiros suspensos em estacas, que demandam mais recursos. Estas comunidades apresentam bom desempenho nas transações de crédito. A linha de crédito mais acessada em Oriximiná é a Mais Alimentos (pra quem possui renda familiar anual de R\$20.000).

Existem cerca de 150 beneficiários em Territórios Indígenas, concentrados mais no rio Mapuera e Cachorro. Apresentam melhor desempenho que os quilombolas devido a melhor governabilidade das lideranças.

Os territórios quilombolas é o que mais tem D.A.P e é a área que mais tem inadimplência e irregularidades no SERASA. Em 2018, o governo federal fez um programa para negociar dívidas através do Projeto de lei 8676/17⁵⁷ (que deu descontos de até 80%), mas teve pouca adesão. Precisamos levar em conta a dificuldade dos técnicos extensionistas em realizar comunicação e em orçar trabalhos de campo para entender as falhas na divulgação de informação que podem ajudar na qualidade do Programa. O contato emergencial entre EMATER e comunidades é feito pelas rádios e telefones comunitários ou pelos barcos de linha das comunidades que semanalmente vão ao centro de Oriximiná. Foi constatado que muitos beneficiários ao menos se referem ao microcrédito rural pelo no do Programa (PRONAF); no momento da entrevista, aconteceu mais de uma vez a situação de que o entrevistado não associam o crédito ao termo “PRONAF”, sendo preciso descrever: “aquele programa que você pega a parcela do crédito e tem que pagar depois...”; para que fosse possível iniciar o diálogo.

Segundo os técnicos extensionistas, os produtores pedem indicações de canais de comercialização, mas corriqueiramente não conseguem atender a demanda e são resistentes à aplicação de métodos industriais, principalmente no cultivo da mandioca. Esse sintoma pode estar associado à tradição viva do cultivo tradicional e à outras prioridades de destino para o excedente (já apontadas neste trabalho) nem sempre comercializável. As regiões com melhor qualidade de mandioca produzem cerca de 5 sacas por semana e não vendem o produto a

⁵⁷Vide notícia: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/551722-PROJETO-SIMPLIFICA-RENEGOCIACAO-DO-CREDITO-RURAL.html>

menos de R\$200,00/saca porque a qualidade permite. Há quem venda por R\$80,00.

Os extensionistas atestam que o PRONAF tem capacidade de melhorar a renda devido os juros muito baixos. Apesar do potencial, a assistência técnica não consegue ter o desempenho necessário para atuar bem em toda a extensão do município por falta de técnicos e recursos para os trabalhos de campo. Há carência na regularidade de manutenção dos materiais de trabalho; todo os 3 carros estão quebrados. Na oportunidade, contavam apenas com uma moto para os trabalhos na estrada.

Em 2018 fizeram 4 milhões em projeto de crédito (não somente para a agricultura familiar). Em 2017 as operações ficaram em torno de R\$400 mil. Apesar dos altos números, a prefeitura somente ajudou nos custos em uma oportunidade em que o BASA concedeu um crédito emergencial devido os constrangimentos causados nas casas pela subida do rio. Nesta oportunidade, a prefeitura ofertou R\$1.300 revertidos em alimentação e combustível. Nos municípios onde a prefeitura ajudar a EMATER (empresa do Estado) o quadro do PRONAF é melhor. A histórica metamorfose dos agentes comerciais da propriedade privada (donos dos castanhais e pecuaristas) em agentes políticos nos leva a questionar a motivação política para o auxílio da AF. Há um setor na prefeitura que ajuda os quilombolas que vão ao centro com gasolina, todavia, é preciso esperar muito tempo para conseguir os recursos e mais ainda para agendar uma conversa com o secretário pertinente aos assuntos das famílias remanescentes dos quilombos.

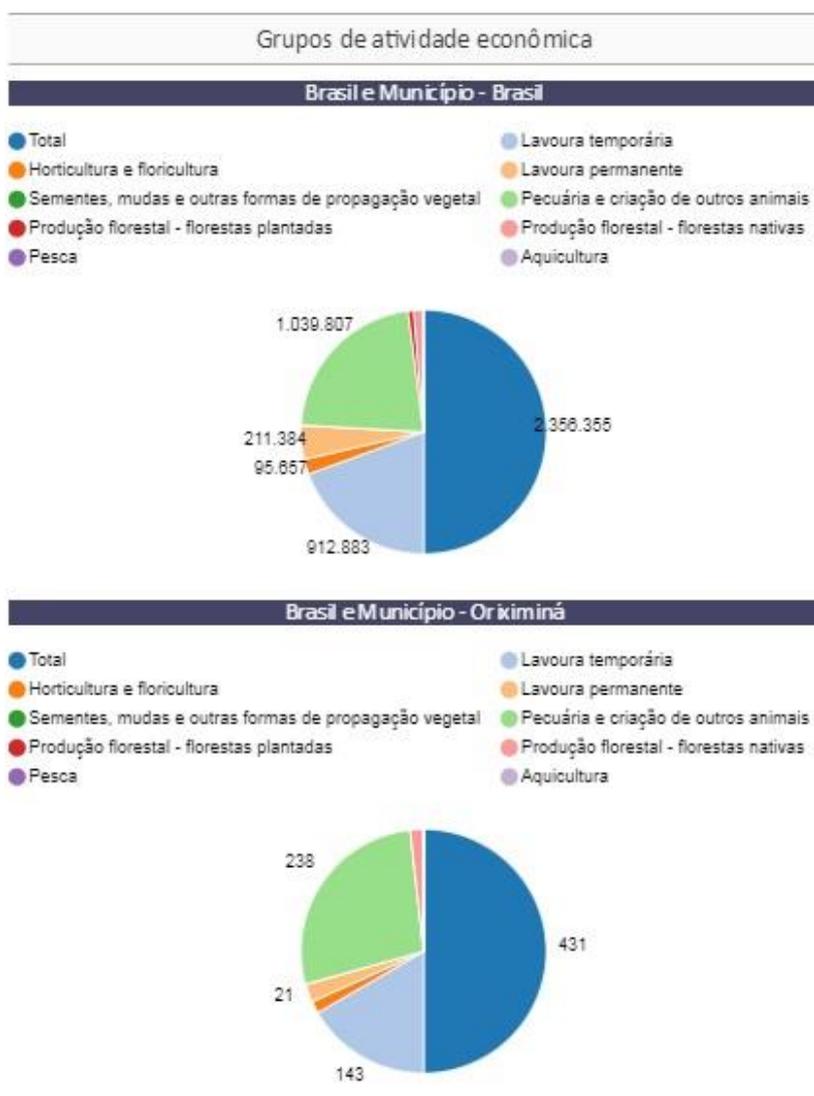
O número de projetos do Pronaf em Oriximiná vem caindo em todas as linhas de crédito. Associa-se a esse fato as burocracias que impedem o acesso à política. Há diversas pessoas que não conseguiram renovar ou acessar as operações porque suas terras estão com a RB (Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA) irregulares no sistema do INCRA, que apresenta sobreposições na demarcação das unidades familiares, devido ao cruzamento de informações dos pontos marcados pelo GPS. Outro grande fato que está atrapalhando o acesso é a mudanças nos termos (que perdura

a 4 anos), que inviabiliza o acesso de toda uma região (alguns municípios) assistida pela mesma agência do BASA, caso esta ultrapasse o limite de inadimplências. Dessa forma, os recursos de cada município se tornam dependente dos esforços de toda a região para a adimplência do programa; algo impossível de ser controlado pelos extensionistas, que já se estão demasiadamente sobrecarregados nas etapas do Programa. Por esse motivo, a EMATER está a 2 anos sem fazer novos projetos, somente renovando os já feitos. O BASA está a 3 anos sem fazer um projeto novo na região.

Já foram emitidas mais 1470 DAP's (EMATER-PA) em Oriximiná, sendo que os técnicos afirmaram atenderem mais pessoas vindas dos municípios vizinhos de Óbidos e Terra Santa, que buscam serviços básicos e gerais em Oriximiná. Algumas pessoas desativam as operações, outras não procuram mais a política de microcrédito. Atualmente, os quilombolas no PRONAF B somam 391 DAP's emitidas, sendo: 264 expiradas; 123 ativas; 4 canceladas (CASA CIVIL, s/d)⁵⁸. Esses dados se assemelham com os números dos diferentes usos do Pronaf B coletados no site do IBGE (2006).

⁵⁸ In: <<https://www.smap14.mda.gov.br>>. Acesso em: 5/01/2019.

Gráfico 9 Usos do recurso do PRONAF B Brasil/Oriximiná - PA.



Fonte: IBGE (2006).⁵⁹

Um problema atual é que a maioria das DAP dos territórios quilombolas, que valem por três anos, venceram em outubro de 2018, fato que irá paralisar uma grande quantidade de transações do Pronaf. Outra situação é que as unidades de conservação, por cercar a possibilidade de atividades extrativistas, é um fator determinante para a emissão da D.A.P dos (as) comunitários (as), que devido as restrições da área que habita, não podem ter acesso às políticas públicas.

⁵⁹ In: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 02/01/2019.

Este contexto nos leva a conclusão de que o Pronaf está praticamente estagnado no município e está longe de alcançar o seu potencial de transformação social. Potencial atestado pelos extensionistas, lideranças e beneficiários que relatam que o Programa “ajuda pouco porque dá pouco”. Houve queixa referente à pouca quantia do recurso, comparado com o crédito concedido aos produtores capitalizados do perímetro urbano, que acessam linhas de crédito que permitem a comprar de bens de produção, o aumento na produção e o sucesso na cadeia das operações de crédito. Este problema se associa à rigorosidade dos sistemas de crédito, que, pretendem alcançar o maior número de pessoas, mas não está disposto a correr o risco de lidar com populações e situações onde não há um fluxo positivo de informação. O quadro abaixo traz os principais sintomas das transformações territoriais que podem ganhar força a partir do acesso e uso do microcrédito rural nos TQ de Oriximiná.

Quadro 9 Transformações na dinâmica territorial quilombola motivadas pelo microcrédito

Transformações na dinâmica territorial quilombola motivadas pelo microcrédito
Fortalecimento da ideologia acumulação primitiva do capital;
Aumento na capacidade de consumo;
Fortalecimento psicossocial da sociedade de consumo;
Projeção capitalista do excedente a partir da relação com o tempo hegemônico das parcelas;
Tendência à diferenciação interna de renda;
Individualização do processo produtivo e do uso dos recursos;
Tendência à remuneração de atividades do trabalho coletivo;
Afastamento das questões políticas e agrárias para busca de soluções institucionais;
Regulação do universo do trabalho por instituição financeira S/A;
Afastamento da atuação do Estado na região para protagonismos de atores <i>outsiders</i> e multiescalares do capital;
Permanência de estruturas hierárquicas de poder;
Alta taxa de inadimplência entre quilombolas beneficiários, impossibilidade de acessar políticas públicas e consequentemente aumento da vulnerabilidade social.
Fortalecimento da angústia e da sensação de negligência estatal das questões quilombolas;
Integração precária nos mecanismos reguladores da sociedade formal;

A integração substancial com o PNAE (Lei n.º 11.947, de junho de 2009) parece ser um bom caminho a ser percorrer, porque é uma política que garante o escoamento⁶⁰ de uma parcela da produção para um cliente certo, a Prefeitura de Oriximiná que deve comprar até 30% da merenda escolar da agricultura familiar. Todavia, o PNAE ainda não é capaz de satisfazer a oferta dos produtores que se envolvem num trâmite estressante para conseguir uma venda maior e convivem com atrasos do pagamento. É preciso sempre levar em conta que essa dificuldade de escoamento é motivada pelos históricos mercados estratificados, que não valoriza a mão-de-obra agroextrativista, logo, uma política para agricultura familiar que não altere as estruturas agrárias opressoras, não poderá prover uma melhoria na renda das famílias.

O Programa tem potencial de ser uma política pública que auxilie a permanência e o engajamento político dos núcleos familiares no território porque eles precisam ter a maioria da renda proveniente da agricultura familiar. Estes sujeitos sociais estão sempre em busca de políticas e de auxílio para a produção. Os entraves burocráticos relacionados ao andamento do Pronaf B em Oriximiná acusa a fragilidade e a incapacidade de propor o desenvolvimento territorial participativos dos Programas (desarticulados) conquistados pela categoria da agricultura familiar. Esta questão soa como uma modernidade inconclusa (MARTINS, 2017) que os homens e mulheres de sociabilidade simples foram precariamente inseridos em mecanismos e políticas do idealizadas sob o signo de progresso e desenvolvimento da modernidade, que anunciam várias possibilidades de existência, todavia, trata-se de uma modernidade inconclusa que não consegue assegurar os discursos que prega.

O sucesso do Pronaf na região depende de diversos fatores associados à privatização das terras e à morosidade da demarcação e titulação das terras tradicionalmente ocupadas. O INCRA tem papel essencial no acesso às políticas públicas e se apresenta com um dos maiores entraves ao sucesso do Pronaf na região. Qual seria a motivação dos agentes políticos em melhorar o PRONAF na

⁶⁰ Os produtores também participam de feiras, mas a atividade não é muito rentável devido os custos do transporte fluvial e da alimentação no período da viagem.

região, tendo em vista que os beneficiários precisam ter o acesso a terra regularizado? A integração entre os órgãos públicos para a formação de uma rede de acesso a informação e auxílio de recurso é urgente. Assim como a transparência e a atualização dos dados nas plataformas online precisa ser fluida para que as pesquisas possam identificar os pontos fracos e auxiliar nas remediações de maneira pragmática.

O universo amazônico e a atuação dos diversos agentes e políticas públicas são imensamente complexa e contraditória. O sujeito pesquisador, principalmente não acostumado com essa realidade, pode cair em armadilhas teórico-metodológicas caso não atribua a flexibilidade aos conceitos que a dimensão material do real solicita na região. Dessa forma, constata-se que a o microcrédito rural é uma conquista da agricultura familiar, que consegue uma linha de crédito específica, todavia, a ideologia de combate à pobreza via distribuição de dinheiro, conforme foi abordado no trabalho, está inserida em um pacote de medidas que visa primeiramente a expansão das relações de capital. O controle das atividades produtivas e práticas em área em que a terra está em processo de valorização e de privatização, e amenizar o compromisso do Estado em garantir direitos básicos como o emprego, e atribuir essa responsabilidade para instituições não governamentais e sem fins lucrativos, instituições do sistema financeiro (bancos) e à individualização da renda via auto-emprego, no universo em que os sujeitos (complexos), historicamente, se entendem como corpo coletivo da agricultura familiar.

(...) As transferências de dinheiro têm sido defendidas por um lobby da justiça que reconhece que os pobres não podem assumir total responsabilidade por sua pobreza (...) a democratização capital obscurece verdades importantes sobre como a pobreza é produzida e como as mulheres são sobrecarregadas com as responsabilidades pela pobreza. (BALLARD, 2013, p. 820).

A política pública analisada, apesar de ser uma conquista por abranger linha de crédito para este grupo social, há de ser mais flexível, caso contrário, pode pouco agregar no que tange à autonomia e mobilidade frente aos mercados estratificados e, ainda, estimular uma homogeneização e racionalização das distintas ruralidades e concepção de tempo; estimulando uma nova relação entre os sujeitos sociais e sua dinâmica territorial, tendo vista que, para não ficar

inadimplente, há de ser ter mais excedente e mais estratégias de distribuição das mercadorias.

5.

Considerações Finais

A aplicação do recurso conforme o projeto desenvolvido junto à EMATER é essencial para que as parcelas sejam honradas em dia. Todavia, devido a precarização da empresa de assistência técnica, os extensionista de Oriximiná não gozam de estrutura hábil para acompanhar os muitos projetos que desenvolvem em toda a extensão do município. Dessa forma, foi dito por mais de um entrevistado que ocorrem casos em que a (o) beneficiária (o) que precisa de dinheiro para alguma urgência (de saúde, por exemplo), desvia o recursos e não se alinha à proposta do Pronaf, que é fortalecer a agricultura familiar. Acontece também, dos (as) beneficiários (as) captarem o recurso e desviarem para a compra de bens de consumo (motor para barcos e canoa, por exemplo) que são úteis para a vida no Trombetas, todavia, não representam, necessariamente, o fortalecimento da agricultura familiar conforme projeto feito com a EMATER. Neste sentido, o Pronaf transforma a possibilidade de consumo dos sujeitos sociais quilombolas e os insere numa dinâmica de compra de bens industrializados, feito com materiais não-biodegradáveis que são descartados na mata e ficam por lá apodrecendo. Outra questão que se relaciona com isso é o fortalecimento da dimensão técnico-científica (motor) do transporte fluvial quilombola, que tem suas raízes na navegação a remo para alcançar longas distâncias em trechos com águas bravas. Constata-se então que, da forma como o Programa está sendo aplicado, o dinheiro extra do microcrédito rural inserido na renda dos núcleos familiares tem capacidade de transformar e enfraquecer práticas que foram importantes para a reprodução do espaço quilombola à feição da construção sóciometabólica.

Por outro lado, o desvio do recurso para suprir outras necessidades pode ser entendido como dois sintomas: a) resistência às determinações do sistema de crédito, que pode ser comparada com a histórica resistência e negação às exigências dos aparelhos burocráticos da sociedade formal; b) falta de informação e entendimento de que o microcrédito rural não é uma doação e que o pagamento

das parcelas é obrigatório para que o CPF do indivíduo não restrinja o acesso à outras políticas públicas e serviços.

Podemos fazer o exercício de questionar: Imaginando um cenário em que o Pronaf em Oriximiná estivesse fluindo e aumentando o número de contratos nos territórios quilombolas — o que não pode ocorrer no presente devido irregularidades fundiárias no INCRA — e os beneficiários tivessem acesso regular ao crédito; o fortalecimento da renda da agricultura familiar seria alcançado, ou somente aumentaria a capacidade de consumo das famílias, que as afastariam de práticas importantes da dinâmica territorial e tornaria a mata um lixão de bens de consumo industriais? Pode ser que ainda seja cedo para termos estas evidências, fato é, que a conjuntura atual está caminhando para que o Pronaf se restrinja apenas aos momentos de desenvolvimento do projeto com a EMATER e de captação do dinheiro; sendo ignoradas as etapas de acompanhamento da produção, e de pagamento das parcelas.

Reitera-se que a quantia do dinheiro do microcrédito rural (apesar de pouca) é sim muito importante para questões pontuais da agricultura familiar em Oriximiná, tendo em vista as carências e dificuldades de escoamento que a categoria apresenta. O acesso à uma linha de crédito específica é uma conquista para a categoria que historicamente é invisibilizada nos planejamentos estratégicos estatais que restringem e menosprezam sua atuação em todo o Brasil, principalmente pelos impactos e cooptação do agronegócio.

Não podemos apenas nos ater as potencialidades das transformações negativas inerentes aos sistemas de crédito, e sim, garantir que este atue qualitativamente e de forma que suas contradições e exigências se adequem às problemáticas concretas do território. Atualmente, o maior problema é a falta de uma solução articulada entre as instituições envolvidas no Pronaf (principalmente o Estado e o BASA S/A), para que regularizem as questões fundiárias que impossibilitam a continuidade do Programa. O segundo maior problema é a falta de recursos para a assistência técnica fazer trabalhos de campo para acompanhar a difusão do Pronaf B. Entendemos que a morosidade para resolver estes problemas está intimamente relacionada com a indisposição da sociedade formal e dar

visibilidade às prioridades aos direitos conquistados pelas famílias remanescentes de quilombos do rio Trombetas. Principalmente, quando o maior problema que atrapalha o funcionamento do Pronaf B está associado a questão da regularização fundiária das terras coletivas em Oriximiná, que esbarra com interesses multiescalares e privados da MRN, das unidades de conservação. Quanto interessa à MRN (principal mediadora do TQ) destoar os laços de uma relação hierárquica que fragiliza os quilombolas e, ainda, fortalecer uma política pública que traz benefícios aos agricultores familiares (sujeitos que disputam o uso dos recursos com essas instituições)?

Para esta pesquisa, a não-transformação estrutural das opressões à agricultura familiar, ou seja, a permanência dos aspectos que mantêm a condição de fragilidade perante o mundo institucional é uma forte evidência de que, assim como as transformações, as permanências também apresentam indícios que atestam o não interesse dos agentes envolvidos em fortalecer o do universo agricultura familiar quilombola de fato. Esta apuração torna o Pronaf passível de uma avaliação negativa, pois em Oriximiná, ele está destoando de seus objetivos que seriam interessantes à agricultura familiar no Trombetas e realizando uma “administração” (ou perpetuação) da pobreza. Isto expõe sua face de ser uma política para o controle da agricultura familiar (atividade importante para o sociometabolismo local), alinhada às diretrizes internacionais para a difusão das microfinanças em direção às populações classificadas como “pobres”, não cooptadas pelo sistema financeiro formal, logo, porções populacionais que não contribuem para a expansão da acumulação primitiva do capital.

No plano concreto, as complicações do Pronaf em Oriximiná contribuem para a manutenção da angústia das lideranças dos núcleos familiares. A temática da agricultura familiar é muito cara e sensível para estes sujeitos sociais. Eles fazem várias reuniões ao ano com instituições e associações comunitárias, visitam o centro da cidade para assinar contratos sazonalmente, participam de chamadas públicas e feiras livres. Quando se deparam com uma política de microcrédito rural que não funciona, se deparam com mais uma decepção e mais entraves para sua existência. Mais um direito conquistado na “sociedade branca” (ACEVEDO & CASTRO, 1988) que não consegue se concretizar devido problemas na

mediação (por agentes não quilombolas) do Programa. Não podemos perder de vista que a condição de semi-isolamento das famílias remanescentes de quilombos as coloca em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Logo, quando Pronaf, enquanto política pública que discursivamente se propõe a desenvolver a AF esbarra em entraves burocráticos, causa frustração aos beneficiários e aspirantes ao crédito. Essa frustração soma-se a todas as frustrações (e permanências) presentes no cotidiano quilombola: a disputa territorial com agentes da propriedade privada; morosidade na demarcação e titulação das terras que lhe são garantidas por lei; falta de acesso regular a sistemas de educação e saúde; falta de lazer; alto preço do combustível para os barcos e diesel; dificuldade de acesso à luz e à internet; dificuldade de escoamento da produção; falta de dinheiro para suprir necessidades básicas não advindas dos recursos territoriais; ausência no lucro das cadeias comerciais que participam.

Numa abordagem que supõe a disputa de poder e legitimidade do uso do espaço entre agentes multiescalares inseridos no contexto da financeirização do espaço, o Pronaf B funciona como membro do conjunto de ações que fortalecem a ideologia rentista em detrimento das racionalidades e práticas que não corroboram com a expansão da malha capitalista. Ou seja, o discurso de fortalecimento à agricultura familiar do microcrédito rural é contraditório, pois em sua gênese, está a perpetuação das lógicas hegemônicas do poder financeiro (representado pelo BASA S/A). Lembremos que uma das queixas dos beneficiários quilombolas é que os agricultores e pecuaristas do perímetro urbano consegue acesso a linhas de crédito muito superiores. Fato que demonstra a conivência do sistema de crédito com a perpetuação da assimetria do poder e controle territorial das atividades produtivas. Lembremos também que o racismo é fundamental para a manutenção dessa estrutura hierarquizada.

Essas permanências são resíduos negativos que se perpetuam no espaço e são condição primeira para que os interesses dos usos privados sobreponham os interesses do uso coletivo e sociometabólico do território. A frustração é extremamente importante para enfraquecer a vontade de resistência territorial e perpetuação das singularidades de seu modo de vida. Para os agentes do capital, quilombolas frustrados, desarticulados, sem segurança alimentar e sem

perspectiva de melhorias nas condições de trabalho, significa o caminhar para alcance de suas metas privadas. Portanto, o Pronaf B, pode ser considerado como um elemento capaz de fortalecer a desterritorialização e controle da agricultura familiar quilombola.

Os sintomas de transformações na dinâmica territorial quilombola são evidentes no plano psicossocial dos sujeitos (ROCHA, 2008), que se percebem cada vez mais imersos nos aparelhos burocráticos individualizados e podem estar se afastando de um senso crítico que garanta o protagonismo coletivo e deliberativo das questões pertinentes à melhoria da condição de vida quilombola. Com certeza, o Pronaf reforça um comportamento quilombola articulado aos interesses institucionais, portanto ele pode ser considerado tido enquanto um item desagregador da territorialidade. As expectativas e temáticas quilombolas são transferidas para soluções formais que dificilmente serão alcançadas. Afastando-os das soluções originais que confrontam as circunstâncias que lhe são impostas; característica dos ancestrais fugidos da escravidão que constituíram a originalidade do sociometabolismo quilombola na bacia do rio Trombetas.

Este trabalho pretendeu dissertar sobre o fenômeno de expansão do microcrédito rural nos territórios quilombolas da bacia do Rio Trombetas. O Pronaf B pode ser lido como uma conquista pra categoria da AF, paralelamente, como um elemento da sociedade formal potencialmente a serviço de intenções que destoam do discurso de desenvolvimento territorial. O Programa oferece poucos recursos aos remanescentes de quilombos, e por isso não apresenta estrutura que proporcione as transformações desejadas pelos beneficiários. Na prática, o acesso e uso da política pública esbarram em uma série de burocracias que o afasta do público alvo. A situação do Pronaf B no município de Oriximiná está em decadência e diversas pessoas físicas não conseguem renovar suas Declarações de Aptidão ao Pronaf (D.A.P) devido a complicações fundiária no INCRA e à inadimplência regional no BASA S/A que não permite que, por hora, sejam desenvolvidos novos projetos para os beneficiários que procuram o recurso do microcrédito. Sendo assim, a logica rentista do movimento de mundialização da financeirização do espaço intercepta o sociometabolismo entre as comunidades e suas territorialidades.

A histórica reprodução do espaço e da dinâmica territorial quilombola necessitam estar em constante reprodução, pois a território é a condição de existência desse grupo étnico (ACEVEDO & CASTRO, 1998). Qualquer nova forma de institucionalizar a organização coletiva do trabalho familiar deve ser investigada, porque ao longo dos séculos, as populações escravizadas no baixo Amazonas vêm sofrendo tentativas de inclusão precária na malha dos sistemas burocráticos, financeiros, jurídicos, produtivos, etc.

6.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.

AB'SABER, Aziz. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método. **Estudos Avançados**. [online]. Vol.3, n.5, 1989.

AB'SABER. A N. **Os Domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

ACEVEDO, Marin, R.E; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões das matas e dos rios. Belém**. CEJU/UFPA-NAEA, 1998.

AFONSO, H.W; MAGALHÃES, J.L.Q. O Estado Plurinacional da Bolívia e do Equador: Matrizes para uma releitura do Direito Internacional moderno. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** n. 17 – jan./jun. 2011.

AQUINO, J.R; SCHNEIDER, S. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. V.1, N.2, pp. 309-347. - Dezembro, 2011.

ASCELARD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ASCELARD, H(org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ANDRADE, Lúcia M.M. **Os Quilombos da Bacia do Rio Trombetas**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 38, nº1, 1995.

ANDRADE, Lúcia M.M. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. São Paulo: Comissão Pro Índio de São Paulo. 2011.

ANTAG. **Bacia Amazônica. Plano Nacional de Integração Hidroviária: Desenvolvimento de Estudos e Análises das Hidrovias Brasileiras e suas Instalações Portuárias com Implantação de Base de Dados Georreferenciada e Sistema de Informações Geográficas.** ANTAQ/UFSC/LabTrans. 2013. In: <<http://web.antaq.gov.br/Portal/PNIH/RTBaciaAmazonica.pdf>>.

BALLARD, R. **Geographies of development II: Cash transfers and the reinvention of development for the poor.** *Prog Hum. Geogr.* 37: 811. 2013.

BARONE, Francisco M.; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Rev. Adm. Pública*, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, nov./dez. 2008.

BERQUE, A. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p.84-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração Nacional, Desenvolvimento Capitalista e Projetos Modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da Mineração Rio do Norte - PA. **Revista NERA** - Presidente Prudente. Ano 18, nº. 28 – Dossiê pp. 92-105, 2015.

BOSQUILIA, Samira G.D.C; PIPITONE, Maria A.A integração do PNAE com o PRONAF: Oportunidades e Desafios. **Impulso**, Piracicaba 27(70), 7-16, set.-dez. 2017.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: Levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar.** Maria Teresa Franco Ribeiro, Carlos Roberto Sanchez Milani (Organizadores). - Salvador : EDUFBA, 2009.

BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 1025-1062, dez. 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil**. Campinas. SP: Instituto de Economia - UNICAMP, 2010.

CHESNEAUX, Jean. **Uma outra relação com o espaço e com o tempo**. In: Modernidade-Mundo. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

CPI-SP (Comissão Pró-Índio de São Paulo). **O Caminho da Titulação das Terras Quilombolas**. 2015. In: <http://cpisp.org.br/terras/html/download_baixar.aspx?Arquivo=CaminhoTitula%E7%E3o_digital_2015724164455.pdf>.

DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBER, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R., A Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. **Editora Unijuí**. Ano 2, n. 4. Jul./dez, 2004.

DANTAS. Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues. Paisagem como categoria da análise geográfica. **UFRN**. Natal, 2008. In: <http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaço/Org_Esp_A05_BIM_WEB_SF_110708.pdf>.

DÁVALOS. P. El "Sumak Kawsay" ("Buen Vivir") y las Cesuras del Desarrollo. **Biodiversidad en América Latina y El Caribe**. 2010. In. <https://www.researchgate.net/profile/Pablo_Davalos2/publication/285025127_El_%27Sumak_Kawsay%27_%27Buen_vivir%27_y_las_cesuras_del_desarrollo_1a_parte/links/56f766a208ae95e8b6d2bfe0/El-Sumak-Kawsay-Buen-vivir-y-las-cesuras-del-desarrollo-1a-part?origin=publication_detail>.

DUQUE, A.N.F. Quilombos do Trombetas: Embates com o capital internacional na Amazônia. **Revista Historiar**, ano I, n. I. 2009. In: <<http://www.uvanet.br/historiar/index.php/1/article/view/11>>.

ESCOBAR, A. **El post-desarrollo como concepto y práctica social en Daniel Mato (coord.): Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización.** Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2005, pp. 17-31.

FETAEP (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná) - Plano Safra Plurianual da Agricultura Familiar 2018/2019. Carilha PRONAF. 2018. In: <http://www.fetaep.org.br/arquivos/cartilha_plano_safra_plurianual_2017_202026-6-17_15-20-41.pdf>.

FUNES, E.A. **Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas.** 2000. In: <<http://cpisp.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/ComunidadesRemanescentesMocambosAltoTrombetas.pdf>>.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER,S; . As “duas caras” do Pronaf: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?. **XVIII Congresso SOBER**, Ribeirão Preto SP. julho/2005.

GUAPINDAIA, Vera Lucia C. Além das margens do rio - a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA. Tese doutorado apresentada ao **Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo**. 2008. In: <www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2011%20-%20artigo%206.pdf>.

GUAPINDAIA, Vera Lucia Calandrini ; JÚNIOR, João Aires de Ataíde da Fonseca . Metodologia de delimitação no sítio arqueológico Cipoal do Araticum na região do rio Trombetas, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 3, p. 657-673, set.-dez. 2013.

GRISA, C.; WESZ JR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014. In: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n2/07.pdf>.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octavio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

IDRA (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura**. S/D. In: <http://www.rurap.ap.gov.br/interno.php?dm=937>>. Acesso em 13/01/2019.

IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). **A floresta habitada: História da ocupação humana na Amazônia**. 2015 In: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>>. Acesso em: 13/01/2019.

IRIGARAY, C. T.J.H. Pagamento por serviços ecológicos e o emprego de REDD na Amazônia. In: **Direito e mudanças climáticas: serviços ecológicos**. / organizado por Paula Lavratti e Vanêsa Buzelato Prestes. – São Paulo : Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010.

KAMALI, M. Multiple modernities and Islamism in Iran. **Social Compass**, 2007. In.: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0037768607080833>>.

KIEFFER-DOSSING, Astrid. Juntando os fios das coleções Katxuyana. **Revista de @antropologia da UFSCar**. R@U, 9 (1), jan./jun. 2017.

KRAG, Márcia Nágem. **Relatório de Pesquisa Sobre o Estudo da Cadeia de Valor da Castanha-do-Brasil nos Municípios de Oriximiná e Óbidos: Período: 06 a 16 de Fevereiro de 2014**. PPG Ciências Agrárias UFRA, 2014. In: http://www.geo.fuberlin.de/geog/fachrichtungen/anthrogeog/gender/Ressourceno_rdnier/download/Relatorio-de-Pesquisa_APL-Castanha-do-Brasil-Oriximina-e-

[Obidos-MNK-Abril-2014- 2 .pdf](#) >.

KRAG, Márcia Nágem **A Governança do Arranjo Produtivo Local da Castanha-do-Brasil na Região da Calha Norte, Pará.** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 03, p. 589-608, Jul./Set. 2017. In: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000300589>.

KRAYCHETE, E. O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista. **Tese (Administração) Programa de Pós-graduação em Administração da UFBA.** Salvador. 2005. In: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/banco-mundial-desenvolvimento-microfinancas-paises-periferia-capitalista>>.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. In:< http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001.

LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes.** In: Educação e Realidade, set/dez, 2009.

LIMA, Elias Lopes de. **O sujeito da atividade prática. Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica.** Rio de Janeiro. Consequência, 2014.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações e o Possível. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996

LUNA. L. A. Representação e produção do espaço: duas conceituações analisadas

por Henri Lefebvre. **Diaphonía**, e-ISSN 2446-7413, v. 3, n. I, 2017.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B**. Consultoria Plural, 2006.

MARQUARDT, Bernd. Historia de la Sustentabilidad. Um concepto medioambiental em la historia de la Europa Central (1000-2006). **Historia Crítica n.32**. Bogotá, julio-diciembre, p.1806. 2006.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A diferença contra a desigualdade. Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MASSEY, Doreen. O Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). O Espaço da Diferença. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **3ª Oficina de Desenvolvimento de Metodologia para Avaliação das Salvaguardas de REDD+**. Ministério do Meio Ambiente, Belém, 2018. In:<http://redd.mma.gov.br/images/salvaguardas/Oficinas_Sisredd/sisredd_oficina3_listapresenca.pdf>. Acesso em: 25/02/2019.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Programa apoia metas climáticas do Brasil**. 02/Agosto/2017. In:<<http://www.mma.gov.br/informma/item/14255-noticia-acom-2017-08-2477.html>>. Acesso em: 25/02/2019.

MMA/IBAMA. **Plano de Manejo da Rebio Trombetas**. 2004. In:<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades/coservacao/rebio_trombetas.pdf>.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira – Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, R. **Cultura, Sustentabilidade e Saberes Assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade**. 28º Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 2004. Caxambu. Minas Gerais, 2004.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). **Território, territórios- ensaio sobre o ordenamento** 2ª. Ed. Niterói-RJ. DP&APPGEO/UFF, 2006.

MOREIRA, RUY. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **GEOgraphia**, ano III, nº 5. Niterói: PPGEO/UFF. 2009.

NASSER, A. C. A.; FUMAGALLI, M. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-37.

OSEKI, Jorge Hajime. Unico e o homogeneo na producao do espaco. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PENNA-FIRME, Rodrigo; BRONDIZIO, E. S. Quilombolas como comunidades verdes? Contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica. Brasil. **Ambiente & Sociedade (Online)**, v. 20, p. 141-162, 2017.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. Tradução de Anne-Sophie de Pontbriand Vieir. **Revista Política & Sociedade**. Nº 14 - abril, 2009.

PEREIRA, E.; RAMBELLI, G.; CAMARGO, P. F. B., CALIPPO, F. R.; BARBOSA, C. A. P. Arqueologia subaquática na Amazônia: documentação e análise das gravuras rupestres do sítio Mussurá, rio Trombetas, Pará, Brasil.

Revista de História da Arte e Arqueologia, Belém, v. 11, p. 109-126, 2003. In: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2011%20-%20artigo%206.pdf>.

PEREIRA, P. C. X. . Preço e valor na financeirização da produção do espaço. In: Álvaro Ferreira, João Rua e Regina Célia de Mattos. (Org.). **O espaço e a metropolização. Cotidiano e ação**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, p. 171-211.

PIRES, E. L. S. Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.23-49, ago./dez. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Contexto. Rio de Janeiro – RJ, 2017.

RADOMSKY, Guilherme F.W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **RBCS**. Vol. 26 Nº 75. Fevereiro, 2011.

ROCHA, F.E.C. Avaliação psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado da Paraíba. Tese apresentada ao Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social UFPB/UFRN, 2008.

RUA, João. Desenvolvimento: Em Busca da Regeneração de Um Conceito. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20-26 de março de 2005. USP. São Paulo. 2005.

RUA, João. **Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007¹.

RUA, João. Desenvolvimento e Sustentabilidades: Uma Perspectiva Geográfica. **II Fórum Internacional de Meio Ambiente Brasil/Japão**. 2007².

RUSSI, Adriana. Tamiriki, pata yotono kwama: A reconstrução de uma casa, a valorização de uma cultura e o protagonismo dos ameríndios Kaxuyana às margens do Rio Cachorro (Oriximiná-PA). **Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro. 2014.

SALOMÃO, R. P. Densidade, estrutura e distribuição espacial de castanheira-do-brasil (*Bertholletia excelsa* H. & B.) em dois platôs de floresta ombrófila densa na Amazônia setentrional brasileira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Naturais, Belém, v. 4, n. 1, p. 11- 25, jan.- abr. 2009. In: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/bmpegcn/v4n1/v4n1a02.pdf>>.

SANSOLO, D.G. Significados da paisagem como categoria de análise geográfica. Niterói: **ANPGE**, s.n.t. 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SENADO FEDERAL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Artigo 68 da Constituição Federal**. S/D. In: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_06.12.2017/art_68.asp>. Acesso em: 23/04/2019>.

SCHECH, S; HAGGIS, J. **Development: a cultural studies reader**. Wiley-Blackwell. 2002.

SCOLES, Ricardo. Do Rio Madeira ao Rio Trombetas, novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 14, n. 2, abr. 2016. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/549>>. Acesso em: 06 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v14i2.549>.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Insurreição do uso. In: **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**, 1996.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à**

luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SILVA et al. Potencial do Extrativismo da Castanha-do-Pará na Geração de Renda em Comunidades da Mesorregião Baixo Amazonas, Pará. **Floresta e Ambiente**, 20 (4):500-509, out./dez. 2013.

ŞORMAN, Alevgül H. Metabolismo Societal. In: D'ALISA, G; DEMARIA, F. KALLIS, G (org.). **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. 312 p.

TOLENTINO, M.L.D de Lima. **O (des)envolvimento do Pronaf: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses.** Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade de São Paulo. 2013.

TONETO JUNIOR, R; GREMAUD, Amauri Patrick. Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, nº 25, p. 90-104, jun./dez. 2002. In: <http://desafios2.ipea.gov.br/082/08201006.jsp?ttCD_CHAVE=2074>.

UGÁ, Vivian D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 55-62, nov., 2004.

VAINER, C. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Estudos Urbanos e Regionais**, Niterói, v. 9, p. 9-23, 2007.

VERDI, Adriana R; PIRES, E.L.S. As dinâmicas territoriais locais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 33-53, jul./dez. 2008.

VIANNA JR., Aurélio. Reforma Agrária e Territórios: uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária. In: ASCELARD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e

Planejamento Urbano e Regional, 2010.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/PPGG, 2008.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Contribuição à crítica da Economia Solidária**. Rev. Katál. v. 11 n. 1 p. 105-115. Florianópolis.

